

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

COLONIZAÇÃO, TERRA, CONFLITOS E RELIGIÃO
A atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná

GABRIELA THÁIS MATTIA DA SILVA

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2018

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

GABRIELA THAÍS MATTIA DA SILVA

**COLONIZAÇÃO, TERRA, CONFLITOS E RELIGIÃO
A atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) *Strictu Sensu* em História, para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Trabalho e Movimentos Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, *campus* de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva, Gabriela Thaís Mattia da
COLONIZAÇÃO, TERRA, CONFLITOS E RELIGIÃO : A
atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do
Paraná / Gabriela Thaís Mattia da Silva;
orientador(a), Davi Félix Schreiner, 2018.
119 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon,
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras,
Graduação em HistóriaPrograma de Pós-Graduação em
História, 2018.

1. Palotinos. 2. Oeste do Paraná. 3. História
Agrária. I. Schreiner, Davi Félix. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GABRIELA THAÍS MATTIA DA SILVA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 2 dia(s) do mês de março de 2018 às 14h00min, no(a) Sala de Aula do PPGH (60), realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Gabriela Thaís Mattia da Silva, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Davi Felix Schreiner, Marcos Nestor Stein. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Davi Felix Schreiner, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Colonização, terra, conflitos e religião: a atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná.". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Marcos Nestor Stein. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Davi Felix Schreiner

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)


Marcos Nestor Stein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GABRIELA THAÍS MATTIA DA SILVA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Claércio Ivan Schneider
UNICENTRO

Gabriela Thaís Mattia da Silva
Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 6213/2016-GRE



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
– MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE



PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "Colonização, terra, conflitos e religião: a atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná."

Nome do concluinte: **Gabriela Thaís Mattia da Silva**

Integrantes da Banca: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (orientador) (UNIOESTE), Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (Unioeste), Prof. Dr. Claércio Ivan Schneider (UNICENTRO).

Parecer:

A Banca, após análise, aprovou a Dissertação, concluiu a adequação, observando as formas de texto expressadas na argumentação. Resoltem a necessidade de apresentar de forma detalhada as estruturas do texto utilizados, as observações necessárias foram apontadas e exigidas por parte da

Marechal Cândido Rondon, 02 de março de 2018.

Assinatura

Assinatura

Assinatura

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Nosso Pai, por me dar a sabedoria necessária para seguir sempre em frente com os meus sonhos, mesmo diante das provações e dificuldades enfrentadas ao longo do caminho. Só tenho a agradecer pelas graças alcançadas e sonhos realizados.

Aos meus pais Adenilson e Elaine, minha eterna gratidão por serem tão maravilhosos comigo, me incentivando e apoiando para concretizar os meus objetivos. O apoio de vocês foi fundamental para que este sonho se realizasse.

Ao meu orientador, Professor Dr. Davi Félix Schreiner, por toda a paciência, ajuda, compreensão e incentivo na construção desta dissertação. Muito obrigada por compartilhar de seus conhecimentos, estando sempre aberto para o diálogo, sem dúvidas, um grande exemplo de Professor.

Agradeço a todos que foram meus professores durante o Mestrado, em especial aqueles que estiveram presentes na minha Banca de Qualificação, contribuindo com apontamentos e reflexões: o Professor Dr. Márcio Antônio Both da Silva, e o Professor Dr. Marcos Nestor Stein, por ter fornecido o Relatório do Plano de Colonização da Pinho e Terras, documento que contribuiu muito para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos e colegas, que me apoiaram nesta caminhada, seja através de uma palavra de incentivo, de boas vibrações e de pensamentos positivos. A todos vocês, meu muito obrigada.

RESUMO

Esse trabalho aborda a constituição conflituosa do processo de expansão da propriedade privada da terra, denominado de colonização. Nas narrativas de memorialistas, colonizadores, agentes e instituições religiosas sobre o Oeste do Paraná, das empresas colonizadoras e de parte da historiografia, a concepção de colonização parte de um pressuposto homogêneo, sem litígios ou de quase ausência deles. O objetivo desta dissertação é ampliar o debate sobre as relações que permearam a colonização e a disputa por terras, envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti, como uma das dimensões do processo de colonização. A atuação dos padres palotinos foi abordada a partir de sua articulação com a empresa colonizadora Pinho e Terras e de uma ocupação de terra, com desdobramento de confronto judicial, envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai. No seu conjunto, o estudo procura evidenciar que o processo de ocupação, que se engendrou na região Oeste do Paraná, não ocorreu de forma pacífica. Houve diversos conflitos agrários. Tais conflitos relacionados entre si, direta ou indiretamente, foram marcados por confrontos, entre os quais, os no âmbito do poder judiciário.

Palavras chave: Palotinos; Oeste do Paraná; História Agrária.

ABSTRACT

This work addresses the conflictive constitution of the private land ownership expansion process called colonization. In memorialist's, colonizers', agents' and religious institutions' narratives about the West of Paraná, as long as in colonizing companies' and part of historiography's, the conception of colonization starts from a homogenous presupposition, without disputes or even their absence. The purpose of this dissertation is broadening the debate about the relations that permeated colonization and land dispute, involving the Vicente Pallotti Society as one of the colonization process' dimensions. The Pallottine priests' performance was approached from their articulation with Pinho e Terras colonizing company and from a land occupation, with judicial confrontation deployment, involving the Vicente Pallotti Society and Sabino Pergentino Delai. As a whole, the study aims to show that the occupation process, which took place in the western region of Paraná, has not occurred in a peaceful way. There were several agrarian conflicts. These conflicts were related to each other, directly or indirectly, and were marked by confrontations, among which, those within the judiciary branch.

Keywords: Pallottine; West of Paraná; Agrarian History.

LISTA DE ABREVIATURAS

BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio

CODAL – Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural

DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização

FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MARIPÁ – Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A

PINHO E TERRAS LTDA – Companhia Colonizadora Pinho e Terras Ltda.

SAC – Sociedade Apostolado Católico

SPU – Serviço de Patrimônio da União

SVP – Sociedade Vicente Pallotti

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

FIGURA 1. Mapa geográfico do município de Palotina.....	14
FIGURA 2. Mapa político do estado do Paraná.....	15
FIGURA 3. República de Palotina.....	44
FIGURA 4. República de Palotina.....	45
FIGURA 5. Festa da Soja em Palotina 01/06/1975.....	73
FIGURA 6. Município de Guaíra.....	81
FIGURA 7. Protocolo ao S.P.U.....	100
FIGURA 8. Protocolo 941/55.....	101
FIGURA 9. Memorando do S.P.U.....	102
FIGURA 10. Escritura de doação da área do litígio.....	103
FIGURA 11. Área litigiosa.....	112

SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1: A COLONIZAÇÃO, OS PADRES PALOTINOS E CONFLITOS...32	
1.1 Ocupação, colonização e conflitos.....	34
1.2 No cotidiano da colonização.....	42
1.3 A atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná.....	61
CAPÍTULO 2: NARRATIVAS, COLONIZAÇÃO E DISPUTA JUDICIAL PELA TERRA.....	68
2.1 A obra memorialista de Pe. Reginato.....	68
2.2 O conflito entre a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai.....	88
2.3 Discursos dos advogados e testemunhas.....	93
Conclusão.....	116
Bibliografia.....	121

INTRODUÇÃO

Na historiografia regional, acerca da região Oeste do Paraná, observamos o destaque conferido à interpretação da ocupação da terra, que se coaduna com matérias da imprensa regional, como pacífica e harmônica. Neste sentido, em revistas e jornais que circulam na cidade de Palotina, é possível estabelecer uma delimitação da elaboração destas representações sociais a respeito da ocupação e colonização, bem como delas como uma das dimensões constitutivas da formação dos municípios no Oeste do Paraná, mas que, ao mesmo tempo, são reveladoras de conflitos pela terra, desnudando o discurso sobre a colonização.

Desta maneira, o objetivo da pesquisa é ampliar o debate sobre as relações que envolveram as disputas por terras, como uma das dimensões da constituição agrária do município de Palotina e de Terra Roxa. Essa questão será abordada a partir de um estudo sobre a ocupação da terra com o desdobramento de um confronto judicial de uma área envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai. Para além de constituir uma comunidade em bases do catolicismo, a nossa hipótese é de que os padres palotinos participaram e objetivavam lucros ou vantagens com a comercialização da terra, em parceria com a colonizadora e, ou, por iniciativa de compra e revenda.

O município de Palotina emancipou-se no dia 25 de julho de 1960, de acordo com a Lei Estadual nº 4.245. Anteriormente, Palotina pertencia ao município de Guaíra. De um modo geral, as terras do município em tela e as de todo o Oeste do Paraná eram bem vistas, devido a sua boa qualidade e a grande quantidade de água. Por estas qualidades, o município acabou atraindo centenas de famílias de migrantes como, por exemplo, os de descendência italiana e alemã, que viram em Palotina a chance de sobreviver por meio da terra, trabalhando em suas pequenas colônias no sistema familiar.¹

¹ BRÜNE, Sabrina. *Conflitos agrários no Oeste paranaense: o município de Palotina e suas terras litigiosas (1956-1976)*. In: 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. UNIOESTE – Campus Toledo, 2014, p. 7.

A seguir apresentamos o mapa da divisão política do Paraná, em 1960, quando Palotina e Terra Roxa ainda faziam parte do município de Guaíra, e um segundo mapa, do atual estado do Paraná com as localizações dos municípios analisados.

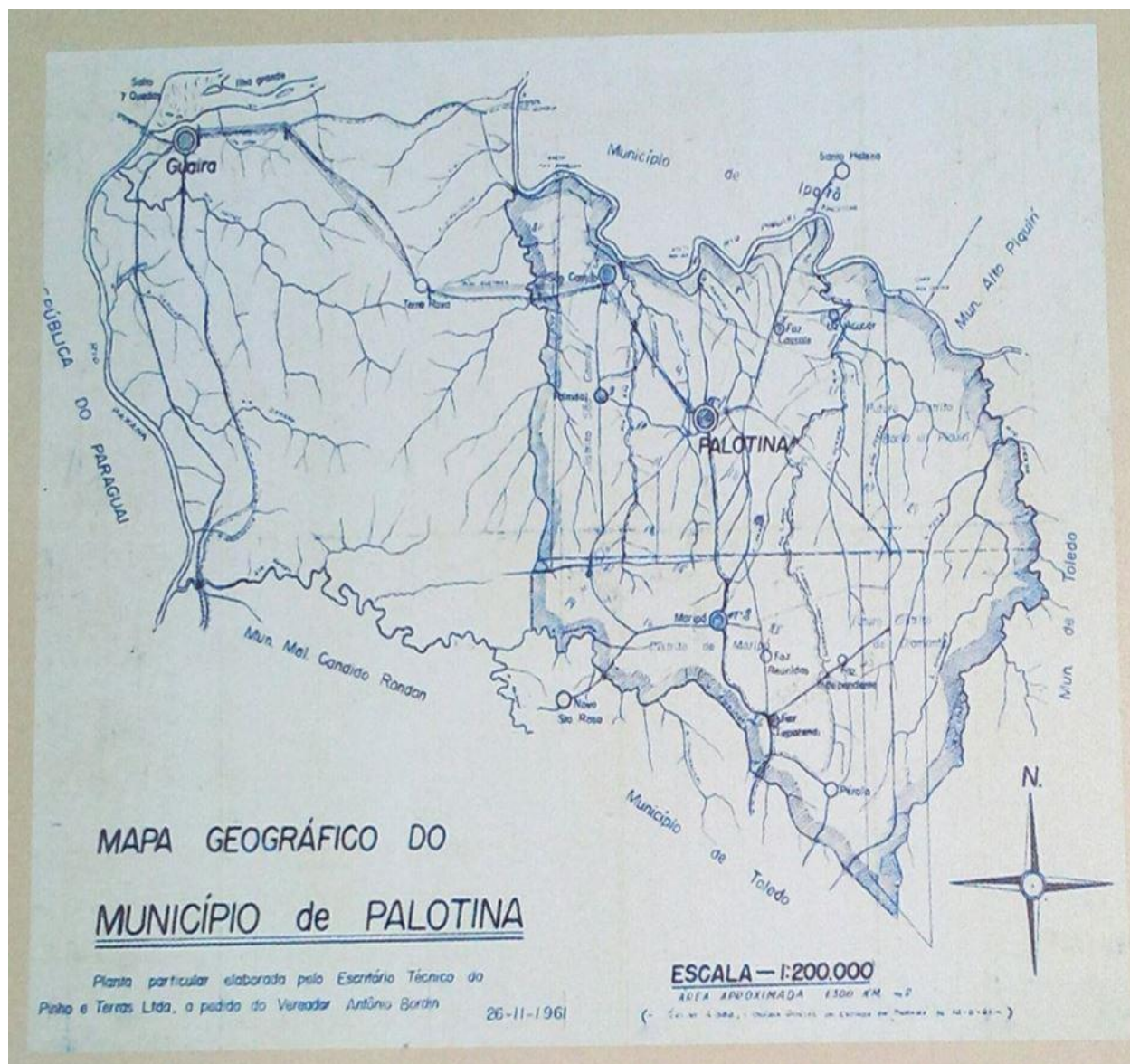


FIGURA 1. Mapa geográfico do município de Palotina, de 1961.

Fonte: *Atlas ambiental Mata Viva: Palotina, PR. 1.* Ed. São Paulo: Geodinâmica, 2013, p. 17.

Os primeiros padres da Sociedade Vicente Pallotti chegaram em Palotina no ano de 1954, onde está localizada atualmente a sede da paróquia do referido município. Sabino Pergentino Delai, uma das partes envolvidas no processo, era natural do estado do Rio Grande do Sul, filho de Miguel e de Rosa Delai. A área em

disputa localizava-se no atual município de Terra Roxa, que na época, pertencia, assim como Palotina, ao município de Guaíra.

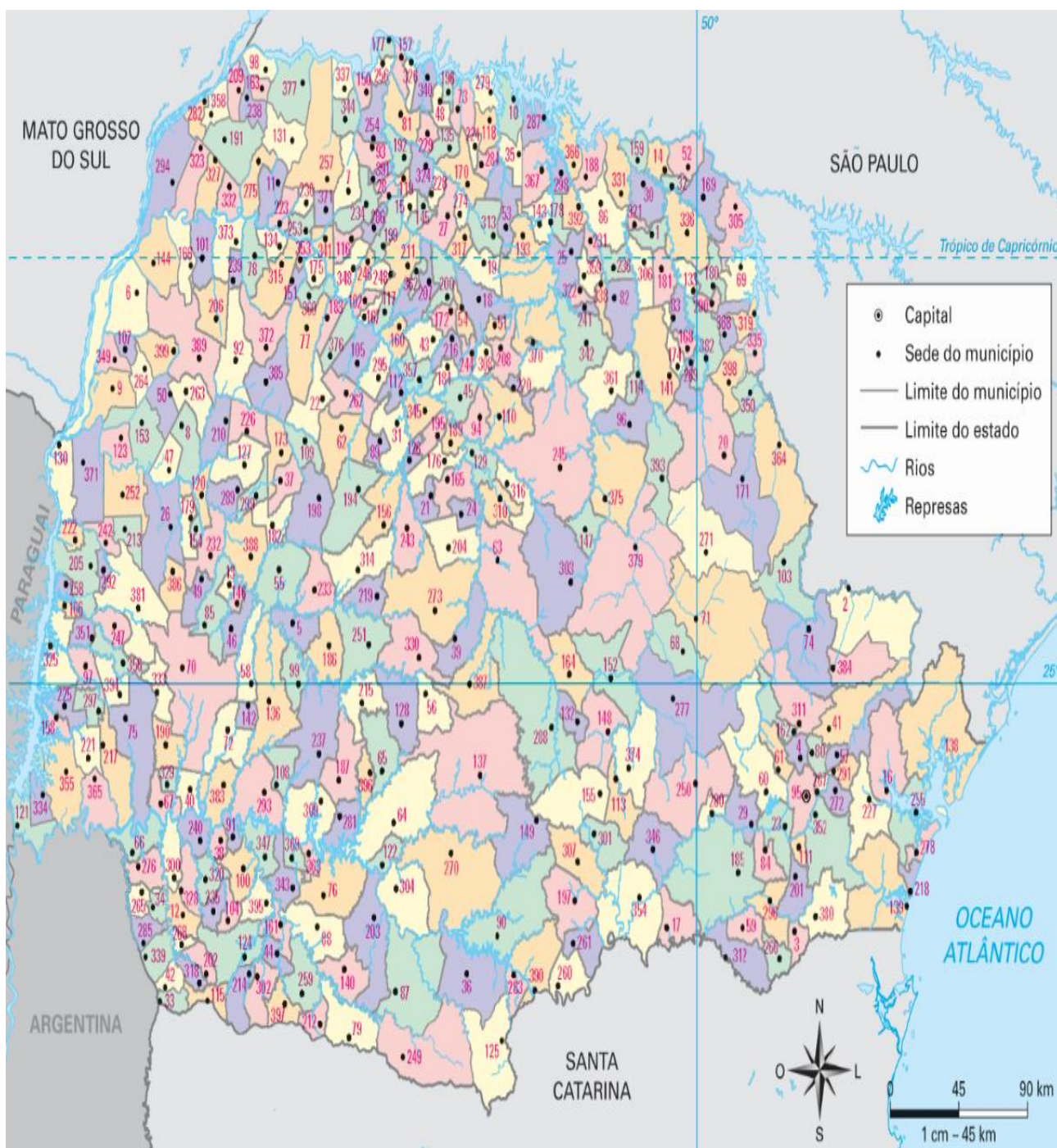


FIGURA 2. Mapa político do estado do Paraná. (2015)

Fonte: <http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Parana-Historia-Geografia-03>.

Na figura acima, o município de Palotina localiza-se na área de nº 252, Terra Roxa na área nº 371, e Guaíra na área de nº 130.

A disputa entre Pergentino e os palotinos nos permite inferir que, se as representações sociais de afirmação da colonização propalavam ideais de progresso, a fertilidade das terras e a bravura dos imigrantes frente à “selva perigosa”, centralizadas no colonizador, que nas narrativas, via de regra, é o herói que enfrentou os obstáculos pela sua bravura e pelo seu trabalho, os conflitos pela terra no judiciário são indícios de outras relações conflituosas, de disputas e de confrontos.

Nesse sentido, esta pesquisa, na contraposição da heroicização do passado, dos agentes colonizadores e colonos, e de uma interpretação memorialista de parte da historiografia, que explicita a colonização como pacífica e até harmoniosa, objetiva ampliar o debate sobre a ocupação e a colonização.

Westphalen, Machado e Balhana² destacam que, por volta de 1920, teve início o processo de ocupação efetiva das terras nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, principalmente por famílias vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A vinda dessas populações para o Paraná foi motivada pela expansão dos minifúndios no Rio Grande do Sul, que segregou muito dos migrantes de suas terras agrícolas. Outros atrativos para a vinda de tais populações foram a qualidade das terras, a ideia de terras devolutas, a presença de madeiras de lei e a erva-mate na região. Segundo os autores, estes também foram os motivos responsáveis por trazerem à região as companhias particulares exploradoras de erva-mate e de madeira:

A conjuntura favorecia, nessas áreas, um tipo de ocupação extensiva, rarefeita, pela concessão de grandes tratos de terras devolutas, pelo Governo do Estado, a companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense e sem a efetiva colonização do território concedido. (...) A ação, porém, das companhias foi tipicamente de exploração, depredatória e espoliadora. Eram, via de regra, companhias estrangeiras, inglesas ou argentinas. Muitas nem sequer tentaram a colonização (...).³

Tal afirmação, de que a conjuntura favorecia uma ocupação extensiva e rarefeita, tem como argumento que o início do processo de ocupação do Paraná foi

² WESTPHALEN, MACHADO, BALHANA. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Bol. Univ. Fed. Pr. Depto. De História. Nº 07. Curitiba: UFPR, 1968, p. 4.

³ Ibidem, p. 4.

fomentado pelo ouro de lavagem, o tropeirismo, e a erva-mate, devido ao processo de expansão territorial da cultura do café no Norte, concentrando-se basicamente no primeiro e segundo planalto do Paraná.

As áreas de terras do Estado que eram consideradas devolutas, se constituíram apenas como objeto de exploração das companhias particulares e, devido a isso, a colonização de tais territórios não se mostrava como algo atrativo, porém, algumas das companhias particulares que atuavam na exploração de recursos naturais, mais tarde, com a desvalorização destes recursos, se voltaram para a venda de lotes agrícolas passando também a atuar como colonizadoras do Estado. A atuação de tais companhias motivou inúmeros conflitos, principalmente quando elas passaram a exigir, de populações já estabelecidas no território do Paraná, o pagamento das terras tituladas para elas posteriormente. De acordo com Davi Félix Schreiner:

A partir dos anos 20, o povoamento se intensifica na região Norte e, em ritmo menos intenso, nas regiões Oeste e Sudoeste. A propriedade privada como forma expande-se sobre o território como mercadoria, se realiza concretamente as demarcações, renda do solo, cercos, produzindo relações entre indivíduos (de contrato e de subordinação, entre outras). Surgiram grandes latifúndios. As propriedades com mais de 100 hectares cobriam 84% da área total do Paraná.⁴ Desde o momento da passagem dos primeiros viajantes, da chegada dos bandeirantes e dos obrageros⁵, vindos do outro lado do Rio Paraná ou da Europa e, mais tarde, com a chegada dos “homens de negócio” das Companhias Colonizadoras privadas (...) e dos colonos a maioria teuto e ítalo-brasileiros, migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Sudoeste e Oeste do Paraná tornaram-se a terra dos sonhos de riqueza e de uma nova pátria⁶.

⁴ Cf. PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Hucitec, 1981. Apud: SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. Tese de Doutorado em História. FFLCH, USP, 2002. p. 72-73.

⁵ - “Na região em estudo, o termo foi utilizado com o significado que lhe era atribuído na Argentina, designando grandes propriedades concedidas pelo governo. Significa originalmente local onde se trabalha manualmente. O proprietário ou dono da concessão é o obragero. Como não foram cumpridos os objetivos para as quais foram instaladas, de colonizar e dotar a região de infraestrutura, durante a vigência da Primeira República, as obras foram extintas.” SCHREINER, 2002, p. 73.

⁶ Ibidem, p. 72-73.

Diante disso, é neste período que, segundo o autor, “a colonização constituiu um projeto totalizante: ocupar um novo chão, explorar os seus bens de forma privada, submeter os seus naturais, sobrepor um modo de ser e uma forma de apropriação da terra sobre outros”⁷. Estas concessões foram fomentadas em troca de favores políticos, embasadas em negócios com grupos econômicos nacionais e estrangeiros numa região de fronteira.

Segundo José de Souza Martins, em seu livro “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”, a disputa pela terra já ocorria nos anos finais do Brasil Império e no início do Brasil República:

A tendência observada é a da aceleração do deslocamento da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários de empresas. Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica ou para “dentro” como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para vários pontos mais distantes.⁸

Nesta direção, abordaremos a questão das narrativas, procurando analisar como elas são constituídas a partir dos seus significados. Deste modo, como a migração, a busca por uma área de terras por famílias de migrantes e a religião permeiam o processo de colonização, como os padres palotinos participam da ação de colonização da empresa colonizadora, como atuam na formação de uma comunidade cristã, bem como qual o seu envolvimento na disputa pela terra. Nesse sentido, é possível percebermos um processo mais amplo de disputas por terras que ocorreram no estado do Paraná envolvendo companhias colonizadoras⁹, governo estadual, posseiros, entre outros, como os conflitos da Revolta de Três Barras em

⁷ Ibidem, p. 74.

⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.175.

⁹ No Paraná destaca-se a atuação das seguintes companhias colonizadoras: A Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, na região Norte; a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná – Maripá, Mate Laranjeira e Pinho e Terras no Oeste; e a Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Limitada – CITLA, no Sudoeste.

1964, a Guerra de Porecatu em 1951, a Revolta dos Colonos em 1957, entre outros.¹⁰

Existem diversos trabalhos que possuem como tema de pesquisa conflitos pela terra. O trabalho de Mayara da Fontoura das Chagas, intitulado *“Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a re(criação) da memória da revolta de Três Barras do Paraná (1964-2014)”*¹¹. Mas, de acordo com Mayara, mesmo com diversas abordagens sobre os conflitos motivados por disputas de terras no Paraná, pouco se tem atentado para as relações e às formas como estas são constituídas, interpretadas e significadas por aqueles que participaram das revoltas e outros que apenas puderam ter conhecimento.

Outro trabalho acadêmico é a dissertação de mestrado de Antônio Myskiw, intitulado *“Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terras no Oeste paranaense (1961/1966)”*¹². Neste trabalho, Myskiw discute os conflitos de terras que ocorreram na região Oeste do Paraná, para através deles abordar os discursos do governo no período referente às discussões de reforma agrária no Estado. O autor analisa alguns casos de conflitos de terras ocorridos na região Oeste nos anos de 1961 e 1966. Myskiw faz o uso de fontes orais, judiciais, administrativas e jornalísticas, e se dedica a analisar os discursos elaborados por Ney Braga, e sua equipe de governo sobre os conflitos agrários no Paraná e a relação destes com as discussões da reforma agrária no período. A Revolta de Três Barras também foi um dos conflitos abordados por Myskiw, a qual ele chamou de *“Levante de Posseiros de Três Barras”*.

No seu conjunto, podemos afirmar que esses conflitos ocorreram, como aborda José de Souza Martins, no processo de expansão do capital, ou, em sua expressão, frente de expansão. Esta noção, segundo o autor é mais rica e adequada

¹⁰ Para se obter informações, conferir: GOMES, Iria Zanoni. 1957. *A Revolta dos Posseiros*. 2. Ed. Curitiba: Criar, 1987. PRIORI, Ângelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011. WESTPHALEN, MACHADO, BALHANA. *Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno*. Bol. Univ. Fed. PR. Dpto. De História. Nº 7, Curitiba: UFPR, 1968.

¹¹ CHAGAS, Mayara da Fontoura das. *Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a re(criação) da memória da revolta de Três Barras do Paraná, 1964-2014*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015, 158 p.

¹² MYSKIW, Antônio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terras no Oeste paranaense (1960/1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ: 2002.

para o estudo de relações em espaços de fronteira. Os sujeitos não estão apartados da natureza. Tais espaços e relações são permeados por temporalidades e distintos modos de viver. Também se caracterizam por práticas e relações sociais diversas, que promovem encontros e desencontros nas vivências dos sujeitos. A fronteira deve ser abordada como “concepção de fronteira do humano”. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, sua dimensão econômica é secundária”.¹³

Desse modo, já na década de 1930, evidências apontam que os palotinos atuaram no âmbito religioso, político e econômico e em conjunto com as empresas colonizadoras, principalmente as que tiveram atuação no estado do Paraná com a dupla política de expandir a propriedade privada no campo além de formar uma comunidade católica, onde os moradores fossem preferencialmente vindos da região Sul, como no caso específico de Palotina, a maioria dos entrevistados que aparecem no livro do memorialista Pedro Reginato são de Concórdia, Santa Maria e Severiano de Almeida, no Rio Grande do Sul.

Em Palotina, os padres palotinos e a empresa colonizadora Pinho e Terras realizaram a colonização da Gleba Piquiri. Desse modo, a Sociedade Vicente Pallotti adquiriu por meio da doação de Ruy de Castro, representando essa colonizadora, no dia 27 de dezembro de 1957 duas áreas, totalizando em 782, 29 hectares.¹⁴ Os padres também atuaram no município de Guaíra, cujas terras foram colonizadas pelas empresas Maripá, Pinho e Terras e CODAL, respectivamente nas áreas dos atuais municípios de Maripá, Palotina e Terra Roxa, no Paraná.

Ao mesmo tempo, como partícipes desse processo, os colonos vindos do Sul, formaram uma comunidade, porém não harmônica, como a expressão pode supor. Na história do município de Palotina, alguns sujeitos, como é o caso dos trabalhadores vindos de outros estados como, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, sofreram um processo de invisibilidade em relação as suas trajetórias de

¹³ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 141.

¹⁴ “Área esta registrada no livro 3-A de transcrição e transmissões, talão nº9 páginas 98 e 99 sob o nº 1.689 e 1.690 Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Comarca de Toledo.” Cf. FREITAG, Alaercio da Costa. “*Dai a César o que é de César...*”: um caso do litígio pela terra em Terra Roxa-Pr (1953-1962). Monografia (Curso de História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2007. p. 33.

trabalho no ciclo da hortelã e no desmatamento da região. Predominando nas representações a figura do colono de origem europeia, o germânico visto como pioneiro e colonizador.

Há um significativo silêncio em relação as disputas por terras, ou seja, o processo colonizador não apenas ampliou a expansão da propriedade da terra, mas produziu um “apagamento” ou silenciamento de memórias, permanecendo a do vencedor (a das companhias colonizadoras, dos padres palotinos, bem como nos materiais produzidos pelo município) na qual aparece a imagem heroica do colono, do pioneiro, a ação da companhia colonizadora e a Sociedade Vicente Pallotti.

Sobre os materiais produzidos pelo município de Palotina, temos a revista “Palotina: rumo ao futuro”, edição produzida em maio de 1991. Sobre a história oficial da cidade, a revista relata:

Palotina iniciou sua colonização em 3 de setembro de 1953, com a chegada dos primeiros pioneiros: Domingos Francisco Zardo, João Bortolozzo, Luiz de Carli, Bernardino Barbieri, João Egídio Clivatti, Eugênio Leszczynski, Eurico Nenevê, Amado Vilaverde e Francisco Studzinski, oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (...)

Com os pioneiros veio também a fé católica (...). O nome Palotina é uma homenagem aos padres palotinos, que estiveram presentes desde a derrubada das primeiras árvores, além de terem sido testemunhas do desbravamento da região e responsáveis pela implantação da religião, da cultura e da paz.¹⁵

E ainda, com relação ao progresso da cidade,

Tão crescente e resplandecente quanto o sol, Palotina é sinônimo de trabalho, fraternidade e de desenvolvimento. É um verdadeiro oásis dentro do Oeste paranaense, possuindo solo que é considerado dos mais férteis de todo o Brasil, prova disto são os títulos que ostenta, de Capital Nacional da Soja e Destaque Nacional na Produção de Trigo.¹⁶

A revista “Palotina: rumo ao futuro”, possui duas edições, a do ano de 1991 e 1992. Foi uma revista produzida durante a gestão do prefeito do município da época,

¹⁵ PALOTINA: rumo ao futuro. Edição: maio de 1991, p. 02.

¹⁶ Ibidem, p. 03.

Márcio José Moreira (1989-1992), com o intuito de apresentar para a população as realizações da administração municipal, como, por exemplo, investimentos relacionados à saúde, indústria, educação, agricultura, serviços sociais e urbanos, infraestrutura, viação, aquisição de veículos e equipamentos, e por fim, a administração de finanças.

A partir do primeiro trecho retirado da revista, sobre a história do município de Palotina, nota-se a preocupação em citar os nomes de alguns pioneiros, deixando claro que esses eram oriundos dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, permanecendo então a memória dos “vencedores”. Somado a isto, há também na segunda parte do relato, o interesse em demonstrar a forte presença dos padres palotinos que foram “testemunhas do desbravamento da região” e “responsáveis pela implantação da religião”, devido a esse fato, a cidade recebe o nome em homenagem aos religiosos palotinos. Diante disso, vemos que a revista voltou o seu interesse a dois grupos que fizeram parte da colonização: os padres palotinos e os chamados pioneiros, em detrimento de outros sujeitos.

Tendo como referência as questões até aqui apontadas, essa pesquisa se justifica na medida em que poderá contribuir com a historiografia no que diz respeito ao conhecimento de um dos conflitos motivados por disputas de terras, envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti e o colono Sabino Pergentino Delai. E ao situarmos esse conflito entre a SVP e Sabino, no contexto de ocupação e colonização, visualizamos uma multiplicidade de disputas por terras em diferentes regiões do estado, no processo de expansão da propriedade privada.

Nesta direção, analisaremos narrativas contidas no processo judicial ocorrido na atual cidade de Terra Roxa, envolvendo os padres palotinos, que faziam parte da Sociedade Vicente Pallotti, e Sabino Pergentino Delai. Através dos depoimentos da autora do processo (SVP), de suas testemunhas, bem como do réu, também acompanhado de suas testemunhas, será possível problematizar o que compreendemos por memória, e como esta é pensada por meio da rememoração.

Ao discutir acerca da memória, para Michel Pollak existe uma memória comum a um grupo ou a uma sociedade, que difere da oficial que seria a “imagem

que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam impor”.¹⁷ Através dessas disputas notamos a presença de alguns silêncios presentes nas memórias compartilhadas pelos envolvidos no processo e a maneira como elas são transmitidas na presença do juiz, por exemplo. De acordo com Pollak,

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. (...) há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e a reivindicação, o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização.¹⁸

Segundo Pollak¹⁹, entendemos que há esforços por aqueles que estão narrando, em confrontar suas narrativas com uma memória compartilhada desse movimento de luta, que não tem a pretensão apenas de preservar as memórias sobre o conflito. Essa contextura tem objetivos ligados a exaltar alguns acontecimentos e a esquecer outros. De acordo com o autor, um dos motivos dos esquecimentos e silêncios, se deve ao fato de serem momentos de grande sofrimento, sendo assim esquecidos, ou não trazidos à tona pela fala, ou mesmo ações de caráter pejorativo perante o grupo em que os sujeitos que narram vivem, ações como estas, muitas vezes são relegadas ao silêncio.

Para que seja possível analisar as narrativas tanto no processo judicial quanto no livro “História de Palotina (1954-1979)” de Pe. Reginato, no que diz respeito as noções de colonos e posseiros, é importante analisar o papel social da diferença, sua diferenciação em relação ao outro, como uma forma de legitimação.²⁰

¹⁷ POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1959, p. 08.

¹⁸ Ibidem, p. 08-09.

¹⁹ Ibidem, p. 09.

²⁰ CHAGAS, Mayara. Op. Cit., p. 22.

Quando se faz a análise de argumentos utilizados como provas que fazem parte de um processo judicial, deve-se estar ciente de que estes estão envolvidos em outras questões como, por exemplo, quem fala, para quem fala, de onde se fala, entre outros. Nesse sentido, tendo como referência a noção de memória desenvolvida por Pollak, essas questões são as que devem nortear a análise das narrativas, porque nos possibilitam compreender como as memórias são apresentadas.²¹

Neste viés centra-se o estudo das relações que envolveram a disputa e a apropriação da terra, neste caso, a ocupação de uma área na qual os padres da Sociedade Vicente Pallotti alegavam ser os proprietários, como dimensão no processo de constituição do município de Palotina, através da articulação entre instâncias de ordem político-ideológica, econômica, empresarial e religiosa. Abordaremos de que maneira se dava a relação entre a Companhia Colonizadora Pinho e Terras com os colonos descendentes de alemães e italianos, compradores de terras, e a relação destes com os padres palotinos, que também estavam atuando juntamente com a Pinho e Terras na colonização de Palotina.

Para tal, delimitamos como marco temporal os anos de 1954 a 1965, por ser o período em que se iniciou a colonização de Palotina e, também, por ser nesse momento que cresceu rapidamente o número de trabalhadores vindos de outros estados, tanto em busca de trabalho temporário como, por exemplo, no ciclo da hortelã, como em busca da compra de terras, neste caso, em sua maioria de colonos. E, por ser o período (década de 1960, sobretudo a partir da segunda metade) onde se tem início o processo de mecanização da agricultura.

A problemática inicial da minha pesquisa foi tecida a partir do meu incômodo ao perceber a ausência de outros sujeitos na constituição da história vista como “oficial”, bem como a quase inexistência na menção de disputas e conflitos por terras. Essa ausência foi possível encontrar em revistas, como a “Palotina: rumo ao futuro”, e em eventos comemorativos do município. Tais meios não dão conta da história da multiplicidade de sujeitos que ocuparam e atuaram na formação agrária local, mostrando apenas os migrantes descendentes de italianos e alemães. Há uma escolha seletiva para a afirmação dos reconhecidos como propulsores da construção

²¹ Ibidem, p. 22-23.

socioeconômica e política do município. Esta seletividade, possivelmente, tenha relação com o processo de ocupação do espaço que compreende atualmente o município de Palotina, permeado por interesses empresariais e religiosos.

Nesta direção, elegemos um estudo de caso sobre um processo de litígio de terras, envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti e um descendente italiano vindo do Sul, chamado Sabino Pergentino Delai. Este caso ocorreu em uma área chamada Gleba Maracaju, localizada no município de Terra Roxa-Pr, lembrando que neste período, Terra Roxa era uma vila pertencente à Guaíra.

Assim como Terra Roxa, o atual município de Palotina nos anos 1950, período em que ocorreu o processo judicial, envolvendo padres palotinos, era um distrito que pertencia também ao município de Guaíra, situado na faixa de fronteira, de acordo com a Constituição de 1937, artigo 166.²²

Palotina emancipou-se em 25 de julho de 1960. Já a cidade de Terra Roxa, onde ocorreu o conflito que desencadeou o processo, deixou de pertencer à Guaíra no ano de 1961 e foi concedida a Companhia de Oscar Martines e outros, em 1955, sendo denominada inicialmente de Companhia Ipiranga e, posteriormente, designada de Companhia para o Desenvolvimento Rural (CODAL).

Em 28 de março de 1957, a Sociedade Vicente Pallotti instaurou um processo de manutenção de posse contra Sabino Pergentino Delai (Autos de nº 46/60 registrado as folhas 01 do livro nº 02 de 28 de março de 1956), que ocorreu durante a colonização recente, dirigida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI).

O interesse não é deter-se sobre o processo judicial em específico, mas sim procurar contrapor a um discurso regional, que relata uma ocupação harmoniosa e progressista, os desencontros, os conflitos e confrontos numa área de fronteira. No caso em que abordamos, a Sociedade Vicente Pallotti entra com um processo contra o réu Sabino Pergentino Delai, resultando em um conflito, como indicam os Autos de Manutenção de Posse, na narrativa abaixo:

²² Ver BRASIL. Lei nº 6634, de 02/05/79 e Decreto nº 85.064, de 26/08/80.

Como as terras situadas na Serra Maracaju são férteis e ótimas para cultura, sempre há quem a elas volte seus olhos, cheios de cobiça, procurando um meio para tornar-se proprietário.²³

A partir do trecho anterior, retirado da petição inicial elaborada pelo advogado da SVP, e de outras evidências que se somam, procuraremos demonstrar que o período de colonização não foi marcado por uma ausência de conflitos. O processo judicial, por si só, é uma evidência de que houve conflitos relacionados a terra e, que o processo foi uma das alternativas encontradas pelas pessoas para recorrer aos seus direitos ou para garantir direitos que não possuíam e nem poderiam, pois não são de fato os donos e detêm direito a posse da terra.

Além do processo judicial mencionado, serão utilizadas como fonte entrevistas realizadas com alguns colonos que fizeram parte da colonização de Palotina, entrevistas essas que se encontram presentes no quarto capítulo do livro “História de Palotina (1954/1979)”.²⁴ E, ainda, utilizaremos trechos do Livro Tombo transcritos na monografia de Alaercio Freitag.²⁵

No seu conjunto, concebemos as fontes para esse trabalho como narrativas que fizeram parte da fala das testemunhas do processo judicial e também nas entrevistas produzidas pelo Pe. Reginato, que compõem seu livro “História de Palotina (1954-1979)”. Não obstante suas diferenças e ao modo de dialogar com elas, as observações de Portelli, sobre a elaboração de narrativas dentro de um campo compartilhado de relações, de vizinhança, de grupos e classe social, também orientam a operacionalização de nossa investigação histórica.²⁶

Uma parte das bibliografias que analisam especificamente a colonização do município, constitui-se de “histórias municipais”. Destacamos, entre as quais, a obra

²³ AUTOS de Manutenção de Posse reg. A fls 1 do livro nº 2 sob o nº 43/60, autuação dia 28 de março de 1956. p. 03.

²⁴ REGINATO, Pe. Pedro. *História de Palotina (1954-1979)*. Editora Pallotti. Santa Maria – RS, 1979.

²⁵ FREITAG, Alaercio da Costa. “*Dai a César o que é de César...*”: um caso de litígio pela terra em Terra Roxa – PR (1953-1962). (Trabalho de conclusão de curso em História) – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007, 84p.

²⁶ PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os fatos*. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Editora Tempo, Rio de Janeiro, nº 2, p. 59-72, dez, 1996.

comemorativa citada anteriormente, referente aos 25 anos de fundação do município, chamada “História de Palotina (1954-1979)”, de Pe. Pedro Reginato.

De um modo geral, constroem o histórico da cidade enfocando episódios e sujeitos que se destacaram principalmente pela liderança religiosa. Desse modo, o interesse a partir dessa pesquisa é construir um conhecimento fora dos paradigmas tradicionais até então muito utilizados. Nesse escopo, situamos a obra que trata de questões relacionadas à ocupação do Oeste do Paraná, como a obra de WACHOWICZ (1987) “*Obrageiros, mensus e colonos*”.²⁷ Já a obra de Liliane Freitag (2001)²⁸, e a monografia de Alaercio Freitag (2007)²⁹ tratam especificamente sobre os municípios estudados em questão, Palotina e Terra Roxa.

A obra de Liliane Freitag, intitulada “*Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo Oeste paranaense (1937-1954)*”, aborda a colonização do extremo-oeste paranaense, que através da vinda das companhias colonizadoras de capital privado, atuaram e contribuíram para a formação da região. O trabalho problematiza a constituição do espaço colonial na região de fronteira, presente na trajetória dos colonizadores, que construíram suas histórias, juntamente com os demais agentes da colonização.

Já a monografia de Alaercio, intitulada “*Dai a César o que é de César...*”: um caso do litígio pela terra em Terra Roxa-PR (1953-1962)”, trabalhou com a análise do processo ocorrido entre a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai. Para efetuar a análise deste processo, o pesquisador buscou compreender as imagens construídas sobre a colonização para poder entender a perspectiva na qual a mesma encontrava-se envolvida. Dessa forma, a monografia foca na questão da terra, os sujeitos históricos, para em seguida, analisar o conflito em questão.

Nesse sentido, o nosso trabalho se aproxima do trabalho de Alaercio no sentido de abordar a constituição de conflitos no processo de expansão da propriedade privada da terra no período de colonização de Palotina. O texto do autor contribui para avançarmos na análise do processo de ocupação da terra e sobre os

²⁷ WACHOWICZ, Ruy, Christovam. *Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense*. 2ª Edição. Ed. Vicentina, 1987.

²⁸ FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)* Cascavel: Edunioeste, 2001. 140p.

²⁹ FREITAG, Alaercio. Op. Cit., 2007. 84 p.

conflitos agrários, em especial, no que tange ao processo judicial. Sua leitura e interpretação nos permite contrapor o discurso regional que relata uma ocupação harmoniosa e progressista. O que difere em nosso trabalho, é que analisamos a partir do diálogo com as fontes, os três grupos envolvidos no processo de colonização: os colonos, os padres e a empresa Pinho e Terras. E além disso, procuramos perceber as diversas formas de poder exercidas por esses sujeitos que fizeram parte da colonização, como foi o caso dos padres palotinos, ou seja, as suas diversas formas de poder e a grande influência que os padres tiveram no período em questão.

O processo de colonização do território do Paraná apontava para uma situação, como aponta o autor a partir de Lenharo, com articulações de uma “(...) época histórica em que as experiências totalitárias demonstram um forte apego à sacralização do político como instrumento de dominação (...)”.³⁰ Ou seja, a partir dos anos de 1930, “(...) foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da premência de uma nova ordem, centrada no poder do estado”.³¹

A partir desta conjuntura, surgiram também outras questões, dentre elas, a presença de um forte ideário nacionalista, com a forte presença do Estado promovendo e atuando na condução da chamada Marcha para o Oeste.³² A colonização no Oeste do Paraná, durante as décadas de 1950 e 1960, desdobram-se na esteira desse processo iniciado nos anos de 1930, por exemplo, no que se refere ao “tipo humano” que deveria promover a ação de colonizar, os colonos teuto e o ítalo-brasileiros.

Nesse sentido, para avançarmos na análise, recorreremos ao diálogo com as evidências, como ensina E. P. Thompson.³³ Ao nos propormos trabalhar com um universo de evidências históricas como caminho investigativo, é possível confrontar modos de lidar e interpretar a realidade, o que nos permite identificar valores e

³⁰ LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2ª. Ed. – Campinas: Papyrus, 1986, p. 18.

³¹ Ibidem, p. 19.

³² FREITAG, Liliane. Op. Cit., p. 19.

³³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 385p.

interesses na visibilidade que trazem sobre os chamados “pioneiros de Palotina” e a temporalidade em questão.

Para tal questão, inerente ao objetivo central desse estudo, qual seja, de analisar as relações que envolveram as disputas e a apropriação das terras como dimensão no processo de constituição do município de Palotina, utilizamos como fonte registros oficiais e não oficiais, apresentados a seguir.

Assim, por meio das narrativas, os sujeitos vão reorganizando suas experiências e, ao mesmo tempo, lembrando o passado. Nesse sentido, temos as reflexões de Ecléa Bosi³⁴ e Paul Thompson³⁵. Desse modo, por meio destas memórias colhidas, efetuamos uma interpretação da construção histórica da colonização permeada pela elaboração de memórias.³⁶

As entrevistas que serão utilizadas fazem parte do livro “História de Palotina (1954/1979)”. São treze entrevistas no total, das quais selecionamos sete, pois nos permitem discutir assuntos que vão ao encontro do tema da pesquisa. Entendemos que por meio das narrativas e escritas orais, os narradores vão reconstruindo suas experiências e lembrando o seu passado. Trabalhamos com as narrativas a partir das observações de Portelli, sobre sua elaboração dentro de um campo compartilhado de relações.³⁷

Para o levantamento dos acontecimentos que tomaram lugar no município de Palotina e Terra Roxa, as principais fontes bibliográficas foram o livro “História de Palotina” de Reginato, que relata o período da colonização de Palotina, desde o momento em que ainda era uma vila pertencente ao município de Guaíra, até a sua emancipação, contando ainda com o relato dos diversos chamados pioneiros, que vieram nas caravanas a fim de efetuarem a compra das terras, organizadas pelos padres palotinos em parceria com a colonizadora Pinho e Terras. Padres estes que estavam envolvidos em um processo de litígio de terras, de uma área chamada

³⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2. ed. – São Paulo: T.A. Queiroz, EDUSP, 1987.

³⁵ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³⁶ FREITAG, Liliane. Op. Cit., p. 22.

³⁷ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº 14, São Paulo, 1997.

Gleba Maracaju, localizada no município de Terra Roxa. Em particular, esse processo de litígio envolveu a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai.

Para tratar dessa questão, utilizamos o processo de manutenção de posse instaurado pela SVP contra Sabino Delai, em 28 de março de 1956. A escolha desse processo deu-se por conter narrativas e ele próprio se constituir como contraposição a ideia de colonização pacífica e harmoniosa. A partir de evidências contidas no processo, procuramos explicitar os conflitos relacionados a terra. O processo judicial foi uma das alternativas encontradas pelas pessoas para recorrer aos seus direitos sobre a terra, mas havia pessoas que recorriam a outros métodos como, por exemplo, a contratação de jagunços para expulsar os chamados “intrusos”, entre outros meios.

Diante disso, conforme já foi dito em um momento anterior, a problemática inicial da pesquisa se deu ao perceber nessa trajetória da composição da história do município de Palotina, a ausência de alguns sujeitos. É possível verificar essa ausência nas datas comemorativas como, por exemplo, no aniversário do município (25 de julho), onde todos os anos se faz um desfile para homenagear a cidade, destinando um momento para contar a sua história, procurando sempre enfatizar o papel da figura do pioneiro, visto sempre com uma espécie de herói.

Os meios de comunicação como, por exemplo, a revista da época “Palotina: rumo ao futuro” além dos eventos comemorativos, não dão conta da história de multiplicidade dos outros sujeitos que ocuparam e teceram diversas relações na formação agrária local, procurando evidenciar sempre a vinda dos migrantes descendentes de alemães e italianos. Vemos que há uma escolha seletiva para a afirmação dos reconhecidos como propulsores da construção socioeconômica e política do município. Nesse sentido, propomos o estudo de caso sobre o processo de litígio de terras envolvendo a SVP e Sabino, comentado nos parágrafos anteriores.

O interesse não é tratar somente do conflito, objeto do processo judicial, mas também contrapor a um discurso regional que relata a colonização como harmoniosa e progressista. O caso que envolve a Sociedade Vicente Pallotti, indica que a questão não se colocava apenas em termos de acesso à terra, mas sim na dimensão

do poder que eles viriam a exercer sobre quem não a detinha, a exemplo do que nos mostra seu estudo sobre os conflitos pela terra de Márcia Maria Menendes Motta.³⁸

Em suma, a partir desse estudo procuramos ampliar o debate sobre as relações no processo de colonização e a disputa por terras, envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti. A atuação dos padres palotinos nos remete a articulação que mantiveram com a empresa colonizadora Pinho e Terras e a abordagem sobre a ocupação de uma área de terras, que engendrou um confronto judicial, envolvendo a SVP e Sabino Pergentino Delai. No seu conjunto, procuraremos explicitar que o processo de ocupação na região Oeste do Paraná não ocorreu de forma pacífica. Houve inúmeros conflitos agrários, inclusive que se fizeram no âmbito do judiciário.

O trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos a colonização de Palotina, a atuação da SVP e da empresa colonizadora Pinho e Terras, bem como as narrativas de migrantes. Nos atemos a atuação da Sociedade Vicente Pallotti na relação com a colonizadora, pontuando dimensões do cotidiano da colonização.

No segundo capítulo, analisaremos narrativas presentes na obra memorialista “História de Palotina (1954-1979)”, do padre Pedro Reginato, procurando evidenciar que, não obstante, a visão ufanista e harmônica da colonização é capaz de fornecer indícios de conflitos pela terra na área em estudo. Na sequência, em contraposição a visão harmônica da colonização, abordaremos uma disputa judicial por uma área de terras localizada no atual município de Terra Roxa, mais especificamente em uma área chamada Gleba Maracaju, envolvendo a SVP e Sabino Pergentino Delai, instaurado em 28 de março de 1956.

³⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

CAPÍTULO 1

A COLONIZAÇÃO, OS PADRES PALOTINOS E CONFLITOS

A proposição de constituição de um Estado efetivamente nacional, de acordo com Liliane Freitag, permeou fortemente o discurso político no processo de colonização, no qual se insere a colonização do município de Palotina, entre os anos de 1954 a 1965. Segundo ela, “Na óptica dos teóricos do Estado, os escritores-funcionários naquele momento instituíram um novo começo histórico, uma nova ordem jurídico-política calcada na necessidade da integração e do alargamento do território nacional”. Assim, esses intelectuais teriam tratado de construir a ideia da necessidade de uma sociedade homogênea.³⁹

Na esteira desse pensamento, afirmava-se o argumento que a segurança nacional se encontrava ameaçada devido a presença de estrangeiros. Assim, o governo federal e o do Paraná trataram de difundir representações sociais, com o intuito de formar uma consciência nacional, além de praticar a defesa do território, no qual se insere a política de colonização.⁴⁰

O termo colonização nos remete, em nosso estudo, necessariamente a denominada Marcha para o Oeste, iniciada em 1937 pelo governo de Getúlio Vargas. De acordo com Lenharo, a política de colonização do Estado Novo foi “estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais e no interior do país, as chamadas áreas vazias”. Para ele, a política de colonização “foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram afetados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades”.⁴¹

É importante salientar, como mostra Claércio Schneider⁴², que a noção de “vazio demográfico” vai além da intenção de afirmar a inexistência de população em

³⁹ FREITAG, Liliane. Op. Cit., p.19.

⁴⁰ Ibidem, p. 19.

⁴¹ LENHARO, Alcir. Op. Cit., p.14.

⁴² SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. Curitiba: Tetravento, 2002, p. 90.

uma área demográfica. “Nele podem estar em jogo a busca do consenso, da afirmação primeira fundadora, enfim de determinada construção histórica”. Nesta direção, observamos que a colonização e o chamado “pioneirismo” e sua exaltação são representações fundadoras de Palotina. Entretanto, devemos lembrar que essas terras não se encontravam vazias. Diversos estudos historiográficos e antropológicos mostram a presença de povos indígenas que, atualmente, reivindicam suas antigas terras, como podemos verificar nos meios de comunicação, por exemplo, em Guaíra e Terra Roxa, inclusive com argumentos materiais, tendo à vista de sítios arqueológicos, um deles em Terra Roxa.

No que se refere a colonização do Estado Novo, sua proposta propunha a colonização centrada na pequena propriedade, articulada ao sistema cooperativo de produção e comercialização: “tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo.” E, coadunado a essa questão, “o alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava juntamente com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem coproprietários do território nacional.”⁴³

Ao mesmo tempo, como mostra José Vicente Tavares dos Santos, entre 1945 e 1964, “A República populista retomou a política de colonização enquanto resposta, ideológica e política, às lutas de classes no campo”, pois havia, com elas, “inquietação das populações rurais diante de suas condições de produção e vida”. Assim, “(...) revigora-se a política de colonização, ligada à ocupação de novas áreas de terras”.⁴⁴

Este processo não se fez sem a elaboração de representações sociais, “pelo uso e pelo culto das imagens, dos símbolos, das comparações, ensinamentos por meio das parábolas evangélicas, da fala figurativa, que o cristianismo e o catolicismo, em particular, costumam propagar”.⁴⁵ Em outras palavras, há uma articulação e uso da religião para fins políticos que objetivam efetivar a colonização.

⁴³ Ibidem, p.15.

⁴⁴ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *A política de colonização no Brasil contemporâneo*. In: Reforma agrária, jan/fev/mar/abril, 1995. p. 19-24.

⁴⁵ Ibidem, p.16.

Isto se evidencia em relação a colonização do atual município de Palotina, onde a empresa colonizadora contava com o apoio dos padres palotinos para efetuar a venda dos lotes de terras aos colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nota-se que havia um certo jogo de interesses por parte da empresa em comercializar as terras e, por parte dos padres em formar uma comunidade católica composta por italianos e alemães, como veremos ao longo do capítulo. Em outras palavras, dirige-se politicamente ao que interessa, sem a necessidade de precisá-lo, de demonstrá-lo, o convencimento é alcançado por outras vias, à margem das tensões ideológicas e das contradições que uma definição comporta.

1.1 Ocupação, colonização e conflitos

Os conflitos agrários no processo de ocupação e colonização na região Oeste do Paraná ocorreram, não raras vezes, permeados por documentos falsificados, terras irregulares, posse de propriedades, entre outros. As partes envolvidas nessas questões eram a União, o Estado do Paraná, as empresas colonizadoras de terras, os posseiros e os colonos. O desdobramento destes acontecimentos foi marcado pelo uso da violência física e simbólica, muitas vezes utilizada como um plano de ocupação, característica do processo de colonização numa área de fronteira.⁴⁶

Para Bourdieu, o poder simbólico trata-se de um poder invisível o qual só pode ser exercido com a participação dos que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem, que o trabalho irá se construir.⁴⁷ Para esse autor, “a noção de fronteira caracteriza-se em que nunca é mais que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento (...) segundo os elementos que ela reúne tenham semelhanças mais ou menos fortes (...). A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta.”⁴⁸

⁴⁶ BRÜNE, Sabrina. Op. Cit., p. 01-02.

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 14-15.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 14-15.

Conforme nos aponta Sabrina Brüne, o uso da violência com o intuito de se resolver os conflitos pela terra “foi multilateral, ou seja, em um determinado momento a briga se dava entre o Estado do Paraná e a União, depois entre colonizadora e Estado, ora entre colonizadora e colonos, posseiros contra grileiros e, Estado contra colonos.”⁴⁹ Deste modo, como os colonos e os posseiros possuíam uma condição inferior comparado ao poder econômico e político das empresas colonizadoras e o Estado, estes acabavam lidando com a violência de uma forma desigual.

Não somente no município de Palotina, mas em todo o Oeste do Paraná ocorreram conflitos agrários. Desde o Brasil Colônia, as terras eram concedidas pelo Estado à terceiros. No Brasil Império essa prática se ampliou⁵⁰, e algumas destas cessões engendraram conflitos agrários. Com o surgimento da Lei de Terras, houve um estímulo pelas disputas em torno da terra, pois ela só poderia ser adquirida por meio da compra. Juntando-se a isto, temos o fato dos escravos alforriados que não tinham condições de adquirir um pedaço de terra mediante a compra, acabar fazendo parte da população posseira. Instituiu-se pois, a propriedade privada da terra.⁵¹

Estes conflitos agrários muitas vezes se desdobraram em confrontos pessoais diretos, ou em casos em que foi preciso acionar a justiça através de processos litigiosos, como é o caso da Sociedade Vicente Pallotti e o colono Sabino Pergentino Delai.

A proposta de Sabrina Brüne é justamente fazer um levantamento dos casos ocorridos no Oeste do Paraná, que resultaram em disputas agrárias, envolvendo o Paraná, a União, as empresas colonizadoras e colonos, posseiros e grileiros. Ocorreram conflitos em que a União solicitava a região para si, baseando-se na afirmação de que a guarda da fronteira era indispensável para a segurança nacional. Em decorrência disso, os títulos de propriedade que o Estado do Paraná emitia

⁴⁹ BRÜNE, Sabrina. Op. Cit., p. 02.

⁵⁰ “Um exemplo foi explicado por Crestani (2012): “(...) por volta de 1843, quando o juiz da Freguesia de Nossa Senhora do Belém, comarca do município de Guarapuava, teria emitido sentença concedendo as terras da localidade, designadas por Fazenda Santa Cruz, a Francisco Antônio dos Santos. Muito tempo depois, essa sentença serviu de base para a disputa entre a Sociedade Colonizadora União D’ Oeste Ltda. E o Governo do Estado do Paraná.” (CRESTANI, 2012, p. 64 apud BRÜNE, 2014, p. 03).

⁵¹ BRÜNE, Sabrina. Op. Cit., p. 03.

acabaram sendo anulados por decretos nacionais, apresentando como causas a tripla titulação de algumas áreas de terras.⁵²

Foi durante o governo de Moysés Lupion (1946-1950 e 1956-1960) que a área de fronteira do Oeste foi ocupada mais intensamente. Nesse contexto, os direitos dos colonos e posseiros que naquelas terras sobreviviam foram ameaçados. Os desdobramentos resultaram em disputas e conflitos. Segundo estudo financiando pelo IPARDES, Lupion foi responsável por vender terras às companhias colonizadoras sem nenhuma demarcação topográfica, o que acabou facilitando a sobreposição. De acordo com o estudo, a ocupação da terra foi estimulada durante os governos de Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Lupion, “passa a ser definida como prejudicial, não só pelo tipo de propriedade que gerou, mas também por ter deixado como herança inúmeras irregularidades.”⁵³

Os problemas fundiários que se engendraram em diversos municípios do Paraná, não poucas vezes, geraram conflitos como a Guerra de Porecatu em 1951, ocorrida no Norte do Paraná, a Revolta dos Posseiros em 1957, no Sudoeste do Paraná, e o Levante dos Posseiros de Três Barras, em 1964.

Antônio Myskiw aborda o “Levante dos posseiros de Três Barras”, que ocorreu entre os dias 6 e 8 de agosto no ano de 1964, este levante contou com aproximadamente 400 colonos e posseiros. “Mantiveram funcionários do DGTC (Departamento de Geografia, Terras e Colonização), empresários, topógrafos, agrimensores e picadeiros de mato em cárcere privado por dois dias”.⁵⁴

O interesse de Myskiw, em destacar que o levante mobilizou cerca de 400 colonos e posseiros, era procurar demonstrar o desfecho da revolta trazido pelo processo de Três Barras sem questionamentos referentes aos envolvidos na revolta, e também com relação aos colonos e posseiros que fugiram da região quando o conflito tomou uma proporção maior. Ele faz suas análises com base na documentação presente no auto criminal, com a intenção de recuperar a história deste levante baseando-se nos depoimentos que fazem parte do processo.

⁵² Ibidem, p. 03-04.

⁵³ IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo* / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – 2. Ed. – Curitiba, 2006, p. 96.

⁵⁴ MYSKIW, Antônio Marcos. Op. Cit., p. 87.

Durante os anos de 1957 e 1958, uma grande quantidade de lutas em torno da terra ocorreram. Os titulados pelo governo do Estado resolveram tentar reaver a posse das terras, nas quais os colonos residiam e trabalhavam. Tais terras haviam sido compradas da companhia que colonizou as terras de Palotina, a Companhia Pinho e Terras, juntamente com o auxílio dos padres palotinos, os quais eram representantes da Sociedade Vicente Pallotti. Sobre esse assunto, o livro de Reginato aponta:

Lamentavelmente, por volta de 1957/1958, a paz de Palotina foi quebrada. E aí a gente palotinense começou sua “via crucis”, enfrentada com galhardia e coragem, própria dos grandes homens. Nesta época, em fase negra de sua vida administrativa, o Governo do Estado do Paraná resolveu – sem respeitar a legítima propriedade de Ruy de Castro e de centenas e centenas de famílias de agricultores de Palotina, - expedir título de domínio pleno sobre terras de Palotina, em favor de terceiros, chamados de “agricultores do asfalto”, denominando parte do imóvel, sempre e historicamente conhecido como imóvel “Piquiri”, por falsas denominações toponímicas de “Colônia Rio Azul” e “Colônia Piquerobi”.⁵⁵

Vemos que a luta para garantir a posse da terra ocorreu até mesmo com aqueles que adquiriram terras de empresas colonizadoras, ou seja, para estes colonos a Pinho e Terras inspirava total confiança.

Os padres da SVP agenciavam colonos no Rio Grande do Sul recebendo por isso, além de também cuidarem da assistência religiosa da população.⁵⁶ A medida que os religiosos faziam esse papel, trazendo-os para Palotina a fim de efetuarem a compra, estes obtinham cada vez mais terras como forma de pagamento, aumentando cada vez mais o patrimônio da igreja.

O padre Pedro Reginato traz em sua obra “História de Palotina (1954-1979)”, alguns indícios sobre o litígio das terras da região localizada na margem esquerda do Rio Piquiri, incluindo Palotina. Segundo o memorialista, durante a década de 1940, os padres palotinos integraram-se ao projeto colonizador da empresa colonizadora Pinho e Terras, em uma expansão de caráter econômico e religioso. O

⁵⁵ REGINATO, Pedro. Op. Cit., p. 40.

⁵⁶ Para maiores informações, consultar: REGINATO, 1979, p. 106 à 108; MARIN, 1993, p. 171, e FREITAG, Liliane. 2001, p. 113 à 118).

referido trabalho nos permite compreender a forma pela qual os palotinos se estruturaram, respectivamente no Paraná e no Brasil. Já o estudo de Marin⁵⁷, é importante no que diz respeito ao projeto religioso deste grupo, desde a sua instalação no Brasil, em 1888.

Segundo Alaercio Freitag, os padres palotinos contaram com o apoio das Irmãs do Puríssimo Coração de Maria durante a congregação realizada no Rio Grande do Sul, tanto que a quantidade do número de paróquias foi relativamente grande. O bispo de Foz do Iguaçu, Dom Manoel Koenner, “aprovou a colonização e assistência religiosa proposta pela Sociedade Vicente Pallotti em dezembro de 1953 e, em junho de 1954, o Padre Rafael Pivetta chegou a vila como sacerdote destacado pela prelazia de Foz do Iguaçu”.⁵⁸ É o que se verifica no Livro Tombo:

Obtida a devida licença de D. Manoel, chegava em fins de Junho de mil novecentos e cinquenta e quatro em Palotina o Primeiro Sacerdote na pessoa do P. Rafael Pivetta da S.A.C., o contentamento daqueles primeiros imigrantes foi grande e não foi maior a sua surpresa, pois não podiam crer que fosse destacado um sacerdote para atender a eles quando havia muitos outros lugares com muito mais gente e mais antigas. Mas havia a promessa dos Superiores da S.A.C. de atender desde logo aos imigrantes de Palotina.⁵⁹

A partir deste trecho retirado do Livro Tombo, nos propomos a pensar qual era a noção de colono e de imigrante, ou seja, que condições eram essas que constituíam a imagem do sujeito como colono, o que nos remete ao processo de colonização.

Para o historiador Valdir Gregory, “o europeu e o euro-brasileiro se tornaram migrantes, cujos movimentos foram geralmente direcionados em função dos

⁵⁷ MARIN, Jerri Roberto. *ORA ET LABORA: O projeto de restauração católica na ex-colônia de Silveira Martins*. Porto Alegre, 1993. 250 p. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

⁵⁸ FREITAG, Alaercio da Costa. *Os padres palotinos, nas fronteiras do sagrado: poder político ou poder simbólico no extremo-oeste paranaense?* Monografia (Sociologia Política), UFPR– Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011, p. 22.

⁵⁹ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p.4, apud FREITAG, Alaercio, 2011, p.18.

interesses dos grupos hegemônicos”.⁶⁰ Através de sua análise sobre a colonização e desenvolvimento capitalista, Gregory afirma que,

Desenvolvimento capitalista tem muito a ver com migrações. No Brasil, poder-se-ia mostrar uma relação bastante estreita entre o processo migratório e seu direcionamento com a penetração das relações capitalistas de produção.⁶¹

O fato da terra passar a ser vista como mercadoria por meio da venda, fez com que ocorresse um grande progresso da colonização. Para o autor:

A localização e expansão dessas regiões coloniais obedeceram a critérios e interesses do próprio latifúndio e do sistema todo, que objetivavam o desbravamento, a inserção de novas áreas nas relações capitalistas de produção e a continuidade das migrações dos euro-brasileiros.⁶²

Referia-se a um projeto que buscava somente os descendentes de italianos e de alemães para a compra das terras. Essa seletividade possivelmente tinha relação com a presença de um vínculo de ordem econômica, representado pela empresa colonizadora Pinho e Terras, e religiosa, representada pelos padres palotinos. Pois, desde o início havia uma preferência de ambos os grupos pelas pessoas que viriam a ocupar esses espaços, que no caso eram os colonos vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

As chamadas colônias inseriram na história da região um novo sujeito social, denominado pela representação social de colono. Havia uma expectativa de que os colonos trariam o progresso para a agricultura pelo fato de serem considerados mais

⁶⁰ GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 53.

⁶¹ “O processo de formação da pequena propriedade a partir da forma como se configura a imigração alemã no Rio Grande do Sul aparece como um processo ambíguo, visto que se apresenta ao mesmo tempo como uma modificação nas relações de produção e como pressuposto do capitalismo no Rio Grande do Sul, na medida em que a terra passa a ser um equivalente de capital, como renda territorial capitalizada (...) a imigração estrangeira é fruto de uma crise que se manifesta na estrutura fundiária brasileira com o advento do capitalismo (...) A imigração, embora tenha possibilitado a formação da pequena propriedade rural, não se constitui no elemento gerador de tal processo”. (Lando e Barros, 1980, p. 46 apud, GREGORY, 2002, p. 53)

⁶² SANTOS, 1984, p. 5-6, apud GREGORY, 2002, p. 24.

avançados tecnologicamente e, sendo assim, foram vistos como instrumento do desenvolvimento econômico da região.⁶³ Para demonstrar a importância conferida a este colono, recorreremos a noção deste sujeito social, desenvolvida por Giralda Seyferth.

O termo colono foi apropriado do discurso oficial e igualmente usado para distinguir imigrantes e descendentes de outras categorias rurais. Empregado pelas autoridades para designar os imigrantes estabelecidos em núcleos coloniais, com o tempo tornou-se a categoria básica da identidade social camponesa, com forte componente étnico. No início englobava todos os participantes da fase denominada “pioneira”, inclusive comerciantes e trabalhadores estabelecidos no povoado previsto em cada núcleo colonial, que os alemães chamaram de Stadtplatz (lugar urbano). Na polarização rural-urbana posterior, porém, a categoria colono identifica o pequeno produtor agrícola familiar de origem europeia. Hoje, nas ocasiões festivas e comemorativas que proliferam no sul (evocando a imigração), existe uma apropriação simbólica do “colono pioneiro” para vincular cidadãos ao passado colonial e civilizador idealizado nas representações acerca do progresso através do trabalho duro de desbravamento.⁶⁴

De acordo com Reginato, a Sociedade Vicente Pallotti buscou auxílio no Instituto Secular Irmãs de Maria de Schoenstatt, no processo de conversão ao cristianismo das boas almas. As Irmãs chegaram em 1955, e em 1956 inauguram o colégio Mãe três Vezes Admirável, prosseguindo com os trabalhos até 1964. Contaram também com o auxílio das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição Bonlanden, na realização da formação intelectual e religiosa. Em 1962, os palotinos efetuaram o lançamento da pedra fundamental. Conforme os registros do Livro Tombo de Palotina,

No dia 28 de novembro de 1955 na casa paroquial compareceu o Sr. Prefeito do Município, o Sr. Domingos Francisco Zardo, diretores da Pinho e Terras e o Sr. Antônio Comassetto com a finalidade de falar como Pe. Rafael e as Irmãs sobre o futuro colégio de Palotina. Depois dos entendimentos havidos foram assumidos os seguintes compromissos;

⁶³ FINDLAY, Eleide. A. G. *Colonizadores, lavradores e colonos na formação da pequena propriedade no Nordeste catarinense*. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal –RN, 2013, p. 12.

⁶⁴ SEYFERTH, 2011, apud, FINDLAY, 2013, p. 12-13.

1º A firma Pinho e Terras se comprometia a entregar gratuitamente o colégio para a Ver. Irmãs de Maria prometido para o funcionamento.

2º A mesma firma responsabiliza pela matrícula de 100 almas, sendo a mensalidade de Cr 30,00 por cada.

3º A Prefeitura pagaria a mensalidade de Cr 4.000,00 correspondente a 2 professoras.

4º As Irmãs virão assumir a direção do colégio desde que fique pronto e manterão a (...) do mesmo que é a instrução das crianças de Palotina. O compromisso foi assinado em 2 cópias por ambas as partes interessadas.⁶⁵

O fragmento acima explicita como a comunidade palotinese ia aos poucos tomando forma, ou seja, o projeto empresarial da Pinho e Terras e seu compromisso de entregar o colégio para as Irmãs palotinas para que estas assumissem a direção do mesmo.

Esta atuação nos remete ao pensamento de Bourdieu, segundo o qual, as diversas instâncias religiosas e os indivíduos utilizam o capital religioso como meio para inculcar um *habitus* religioso, para fomentar percepções da vida social, da realidade, bem como práticas ajustadas “aos princípios de uma visão política do mundo social” que se mantenha duradoura. Isso requer a produção e a reprodução de representações e práticas sociais, como os serviços religiosos, e um “corpo de sacerdotes, e o mercado oferecido a estes bens”⁶⁶, a comunidade, os fiéis ou as pessoas possíveis de serem convertidas.

Neste sentido, “(...) os agentes detêm o poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo”. É o reconhecimento da autoridade “que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo”.⁶⁷

O trabalho para construir uma comunidade religiosa vinculada à opção pelos grupos étnicos que a deveriam constituir na perspectiva acima apontada, observamos na atuação da Sociedade Vicente Pallotti. Importante dizer que esta Sociedade se expandiu em pouco tempo para outras regiões do Paraná, e também

⁶⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 13-14, apud FREITAG, Alaercio, 2011, p. 22-23.

⁶⁶ BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 57-58.

⁶⁷ _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. p. 145.

para o Mato Grosso. Em Palotina, sua atuação se fez articulada em diversos aspectos junto com a empresa colonizadora Pinho e Terras.

De acordo com o Livro Tombo, em 29 de janeiro de 1954, chegaram na localidade de Palotina três padres da S.A.C. Eles seguiam para o Mato Grosso a fim de desenvolver o trabalho das missões. Consta que “A Província de N^a. S^a Conquistadora vai abrir um campo missionário em terras mato-grossenses. Os três primeiros missionários são Pe. Luiz Vendrusculo, Pe. Genésio Trevisan, Pe. José Stefanello”. E, ainda,

Aos quatro de fevereiro aposta novamente em Palotina o Pe. Hermogênio Borin. Trazia consigo os documentos da criação da Paróquia de Porto Guaíra abrangendo toda a extensão do município e a nomeação do primeiro vigário na pessoa do portador. Assim D. Manoel Koenner cumpria a promessa de entregar Guaíra à Sociedade do Apostolado Católico. Palotina ficava assim subordinada à Guaíra e o Pe. Rafael Pivetta ficava assim coadjutor da nova paróquia, mas com residência em Palotina. Até esta data Guaíra tinha sido atendida pelos padres do Verbo Divino.⁶⁸

Entretanto, não demorou para que os conflitos agrários se iniciassem. Os agentes que até então conviviam sem grandes conflitos, passaram a entrar em disputas pelas colônias de Rio Azul e Piqueruby. O processo de mediação foi efetuado pelo INCRA e os agricultores somente receberam os títulos de propriedade em 1974.

1.2 No cotidiano da colonização

Os tempos iniciais na colonização foram de estruturação, para receber os colonos, vender terras e promover o assentamento deles. A empresa colonizadora para abrigar os migrantes que chegavam, efetuou a construção de um barracão,

⁶⁸ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 16, apud: FREITAG, Alaercio, 2011, p. 23-24.

chamado de República. Já na sede da colonização, as famílias de colonos eram ali alojadas provisoriamente até que se instalassem em seu lote.

A partir deste subtítulo, faremos o uso das entrevistas realizadas por Reginato em seu livro “História de Palotina (1954-1979)”. Este livro foi produzido no ano de 1979, pelo Pe. Pedro Reginato, formado em Filosofia e Teologia, trabalhando também como professor de Ciências Naturais por mais de 20 anos. O fato do padre ter sido professor de Ciências explica o motivo do livro iniciar o primeiro capítulo falando sobre os rios, a geologia, o solo e as espécies de animais que faziam parte do município de Palotina.

Na sequência, o memorialista aborda assuntos relacionados aos povos primitivos passando pelas reduções jesuíticas e as Bandeiras até chegar ao período inicial da colonização de Palotina, dando destaque para as empresas colonizadoras que atuaram na região juntamente com os padres palotinos que estavam no município inicialmente, como o Pe. Rafael Pivetta. Nesta mesma linha, o livro apresenta algumas considerações jurídicas sobre a questão das terras adquiridas pelos colonos da empresa Pinho e Terras que não foram reconhecidas pelo Estado.

Além disso, o livro conta com um total de treze entrevistas realizadas com alguns colonizadores, onde estes narram as trajetórias de seus respectivos estados até chegarem em Palotina, as dificuldades na viagem e na chegada, as superações e os motivos que os fizeram permanecer.

Reginato destaca também a presença da religiosidade no município, a vinda dos padres para Palotina, a construção da primeira igreja, do seminário e do colégio das Irmãs palotinas. Da religião, o autor avança para a história política e administrativa de Palotina, dando destaque para os investimentos feitos na construção de escolas, prédios públicos, estabelecimentos bancários, entre outros. O autor finaliza os capítulos falando da mecanização da agricultura até chegar novamente ao assunto relacionado a ecologia.

Conforme relata, Reginato se propôs a contar “a história real do surgimento de uma cidade, desde suas primeiras origens, até o desequilíbrio ecológico, que a devastação provocou em troca de seu progresso. O administrador público, que vive

assoberbado pelos problemas do presente, para garantir o futuro, também necessita conhecer o passado, a fim de melhor avaliar o preço do sucesso de um povo”.⁶⁹

No relato, um dos colonizadores presentes na obra de Reginato chamado João Bortolozzo, vindo de Concórdia-SC, conta:

(...) Foi chamada de “República”, porque servia para muitas utilidades. Era moradia nossa, e loja de comércio; fornecia comida como restaurante, e no sótão servia de albergue aos visitantes. Foi utilizada como escola e eram celebradas missas na sala principal.⁷⁰

Logo abaixo, temos uma fotografia da República, inaugurada em 30 de dezembro de 1953, local que servia de moradia, hospedagem e prestava auxílio às pessoas que trabalhavam para a empresa colonizadora Pinho e Terras.



FIGURA 3. República de Palotina.

Fonte: <http://www.facebook.com/historiadepalotina/fotos>

⁶⁹ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 08.

⁷⁰ Ibidem, p. 97.



FIGURA 4. República de Palotina.

Fonte: REGINATO, Pedro, Pe. *Paróquia São Vicente Pallotti 50 anos Palotina – PRI* Santa Maria: Pallotti, 2008, p.15.

Segundo João Bortolozzo, ele juntamente com seu sogro, no dia 30 de dezembro de 1953, trouxeram suas mudanças para cá, pois haviam sido convidados para cuidar da primeira casa que seria abastecedora do pessoal de serviço da empresa colonizadora. No entanto, a República não se restringiu somente para hospedar os que lá chegavam, mas também funcionava como loja de comércio, escola, capela, e também como fornecedora de alimentos ao restaurante. Neste caso, o termo República⁷¹, aplica-se ao representar um determinado grupo de pessoas que convivem em uma mesma moradia, dividindo assim o mesmo espaço, celebrações religiosas, como as missas, entre outras práticas sociais. Isso nos leva a crer que havia uma certa sociabilidade, porém, não estava livre de desconfianças e desavenças.

A designação deste espaço social como República, nos remete aos sentidos conferidos ao termo. Segundo o Dicionário de Política, a noção de República designa:

⁷¹ “Assim, uma República, seja em um pequeno território, seja em um grande território, deve seguir, evidentemente, uma regra geral. Apesar disso, em cada República, deveria haver regras específicas, considerando as peculiaridades de cada país”. SANTOS, Rodison Roberto. *O conceito de República em Condorcet*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. São Paulo, 2013. 244 f. p.18.

Na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à Monarquia. Nesta, o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe de Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas). Contudo, o significado do termo República muda profundamente com o tempo (a censura ocorre na época da revolução democrática), adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceptual em que se insere.

(...)

É uma palavra nova para exprimir um conceito que corresponde, na cultura grega, a uma das muitas acepções do termo politeia (...). Com efeito, *respublica* quer pôr em relevo a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum, a comunidade (...)⁷²

Por sua vez, José Murilo de Carvalho⁷³, abordando a formação da República Brasileira, realiza um estudo sobre as possíveis construções da memória republicana, além de discutir sobre alguns símbolos utilizados pelos republicanos para poder compreender a visão de República, sociedade, história e também do ser humano.

José Murilo ainda discute as várias Proclamações da República e o impasse simbólico originário das lutas pela criação de um imaginário social manifestado nas figuras de Deodoro, Floriano Peixoto e Benjamim Constant. O autor ainda procura explorar a construção de um mito de origem da República brasileira, o Tiradentes e suas diversas apropriações através de diferentes grupos sociais, criando uma simbologia para a própria República que é capaz de aproximar o Estado e a Nação, República e Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho,

Um dos elementos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República. A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a Monarquia, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a República, a própria pátria. Da Primeira à Terceira

⁷² BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*, por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Trad. De João Ferreira, Carmem C. Varriale e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986, p. 1107.

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a República.⁷⁴

Deste modo, o processo histórico de construção da República enquanto memória é demonstrado através de um percurso de criações simbólicas do fato, dos símbolos oficiais e do mito. Neste caso, o conceito de República utilizado pelo autor difere do sentido de República para os migrantes moradores da casa descrita por João Bortolozzo na entrevista. Uma das diferenças, é que se trata de um espaço social privado, enquanto a noção de República designa o espaço público e o bem comum. Mas também aponta para aproximações, entre as quais, a partilha de um mesmo espaço geográfico e social por um conjunto de pessoas, perspectivas ou interesses semelhantes e outros diversos.

Severino Gênero, natural de Severiano de Almeida - RS, que fazia parte do grupo dos chamados “pioneiros”, em sua entrevista que se encontra presente no livro “História de Palotina (1954-1979)”, nos conta:

Nós saímos, minha esposa e eu, de Severiano de Almeida (RS) no dia 1º de março de 1955. (...) O motorista que nos trazia num Chevrolet –Tigre era Ludovico Riedi, que ali nos recomendou, a mim e ao Ernesto Riedi, que descêssemos e acompanhássemos o carro a pé, e carregando uma grossa pedra cada um, a fim de calçar o carro quando faltasse força na máquina, para não despencar tudo nas pirambeiras (...). Depois seguimos viagem mais tranquilamente, e alcançamos Toledo ainda no 3º dia. No anoitecer, chegamos em Palotina. Fui logo procurar o escritório da Companhia Pinho e Terras, e me disseram que o chefe não estava; era o Sr. Zardo. O substituto Egídio Clivatti me atendeu, e meu pedido era uma casa onde pousar. O Egídio falou claro: Temos uma casa, mas só faltam janelas e portas.⁷⁵

Neste caso, haviam laços de parentesco entre Ludovico e Ernesto Riedi, e também de amizade entre estes e Severino Gênero, pois todos eram moradores de Severiano de Almeida - RS. Embora Severino estivesse vindo morar alguns meses antes que Ludovico para Palotina, ele também já conhecia o trajeto, pois neste meio

⁷⁴ Ibidem, p. 75.

⁷⁵ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 89.

tempo estava construindo a casa em Palotina para mudar-se definitivamente com a família.

Severino não se instalou na República como grande parte das pessoas fazia. Ao saber da existência da casa onde pousar, que faltava apenas “janelas e portas”, ele aceitou e fixou moradia na casa oferecida que, posteriormente, serviu de local de trabalho,

Assim mesmo aceitamos a oferta e descarregamos nossa mudança, só queríamos descansar da viagem, em qualquer lugar que fosse. No dia seguinte fui procurar tábuas para tapar os buracos principais, e em seguida montei minha barbearia.⁷⁶

É importante que nesse contexto nos atentemos para a atuação da empresa colonizadora no atual município de Palotina. Para tal, é necessário mencionar que, a partir da suposição de Milton Santos, entendemos a área que alcança a nossa pesquisa como sendo um espaço de práticas sociais e individuais, ou seja, caracteriza-se por ser um lugar onde se produzem um ciclo de vivências, interesses, lógicas de trabalho e produção. E “(...) o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado no espaço (...)”.⁷⁷

Neste sentido, é importante considerar a atuação da empresa colonizadora Pinho e Terras. Fundada no ano de 1946, possuindo sua sede no município de Céu Azul – PR, tinha como principal objetivo se dedicar exclusivamente à compra e venda das terras, a extração, exportação, bem como o beneficiamento de madeiras.

Um dos acionistas da colonizadora, chamado Rui de Castro, comprou da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), uma extensão de terras designada Gleba Piquiri, no ano de 1953. Somente no ano seguinte é que a colonizadora Pinho e Terras obteve o direito de colonizar essa área que contava com 25.310 alqueires, e que foi o ponto de partida onde hoje se localiza o atual município de Palotina.⁷⁸

⁷⁶ Ibidem, p. 89.

⁷⁷ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1980, p. 138.

⁷⁸ FREITAG, Liliane. Op. Cit., p. 93-94.

A Pinho e Terras possuía um Relatório do Plano de Colonização, elaborado pela própria empresa. Este relatório possuía 75 páginas, abrangendo o período de 1946 a 1960. Nele estavam registradas informações como a data de fundação da Pinho e Terras, o objetivo da empresa, como, por exemplo: a medição e demarcação das pequenas propriedades, a aplicação de policultura e escoamento dos produtos agrícolas e industrializados, além de prestar assistência técnica, hospitalar, espiritual e social para aqueles que se dedicavam a agricultura.⁷⁹

O relatório se divide em quatro secções. A SECÇÃO CÉU AZUL, a SECÇÃO PIQUIRI, a SECÇÃO PORTO MENDES e a SECÇÃO LOPEI. Em cada uma dessas secções, o relatório apresenta informações da situação de cada gleba. Como, por exemplo, a Piquiri, colonizada pela Pinho e Terras, a partir do ano de 1954. Nesta gleba se localizava o atual município de Palotina. Neste sentido, o documento nos fornece dados juntamente com algumas imagens, como: as divisas e a situação geográfica da gleba, a área, um breve relato sobre o início da abertura das picadas em Palotina, a construção do município, a venda das terras, a contabilidade, as assistências em geral como, a construção de casas, hospital e hotel.

Além disso, o plano nos fornece informações a respeito da agricultura e pecuária desenvolvida na gleba, o movimento econômico, o investimento em estradas, transportes e comunicações, e ainda, fornece um panorama geral do número de habitantes, nome dos primeiros moradores, número de votos no período eleitoral e a quantidade de estabelecimentos (igrejas, estabelecimentos de ensino, hospital, farmácia, cinema, clube recreativo, clube esportivo, usina elétrica, serrarias, casas comerciais, oficinas mecânicas, postos de gasolina, olaria, marcenarias, sapataria, alfaiatarias, açougues, hotéis, bares, churrascarias, destilarias, casa de artigos elétricos, moinhos, depósito de bebidas e engarrafamento de água mineral).

Além da divisão das quatro secções, há no plano de colonização tabelas com os seguintes títulos: “Quadro geral dos habitantes”, com o número de habitantes em cada gleba, a descendência (italiana, alemã, entre outras) e o número de eleitores. É importante ressaltar que, na secção Piquiri, onde se localiza o atual município de Palotina, havia 5.000 habitantes, sendo 2.500 de origem italiana, 2.000 de origem

⁷⁹ BRECHT, Lotário. *Relatório da Pinho e Terras Ltda.* (Plano de Ação 1946-1960). Toledo: s.n., 1961, p. 01.

alemã e 500 habitantes de outras origens que o relatório não especificou. Nota-se pelo número de habitantes italianos e alemães, que este era o tipo pretendido pela empresa colonizadora Pinho e Terras.

Há também a tabela “Quadro geral da assistência, médico-hospitalar”, que fornece o número de hospitais, farmácias, médicos, dentistas e parteiras em cada gleba. A tabela “Quadro geral da assistência religiosa e educacional”, com o número de igrejas, sacerdotes, religiosos, escolas, professores e os tipos de religiões (católicas, evangélicas, entre outras) de cada gleba. Com relação a secção Piquiri, 80% da população era católica, 15% era evangélica e 5% da população eram de outras religiões.

É importante analisar que, juntamente com a preferência da Pinho e Terras por migrantes de descendência europeia, havia também uma preferência pela religião católica, pois grande parte dos habitantes eram católicos. E deste modo se deu a colonização do município de Palotina, através da atuação da colonizadora e dos padres palotinos, empenhados na compra e venda de terras para os futuros colonizadores.

E ainda, o “Quadro geral das principais indústrias”, com o número de serrarias, malharias, frigoríficos, laminadora, moinhos, cerâmicas, beneficiadora de madeira, marcenaria e carpintaria de cada gleba. O “Quadro geral dos estabelecimentos comerciais”, como mecânicas, postos de abastecimento, hotéis, açougues, padarias, bares e cafés, sapatarias, alfaiatarias e ferrarias, e o “Quadro geral de suínos, bovinos e equinos” de cada gleba, como a quantidade de cabeças de animais e o número de suínos que eram exportados.

Nas últimas páginas do relatório, há uma tabela intitulada “Demonstrativo das rendas arrecadadas durante o exercício de 1960” referente as secções de Toledo, Foz do Iguaçu e Guaíra. A secção de Guaíra em que faz parte a gleba Piquiri, onde atualmente se localiza o município de Palotina, havia arrecadado Cr\$ 1.200.000, 00 de renda federal, Cr\$ 2.400.000,00 de renda estadual, e Cr\$ 3.200.000, 00 de renda municipal. Contando ainda com um mapa da situação geográfica de cada gleba colonizada pela Pinho e Terras, no Oeste do Paraná.

A empresa colonizadora tratou de iniciar o trabalho com relação a abertura de estradas através da retirada do mato já no ano de 1954. As pessoas que realizavam o trabalho braçal, como na derrubada das matas, não eram necessariamente descendentes de origem europeia, como alemães e italianos. Ao contrário, haviam trabalhadores de outras origens vindos de estados como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e alguns municípios da região Nordeste.

Conforme relata o Plano de Ação:

Ainda em 1954, a companhia resolveu abrir uma picada de reconhecimento do terreno; pois, até este momento, a gleba ainda não era explorada, não existiam estradas, era coberta de densas matas virgens.

Esta picada, que partia das proximidades da Vila Maripá, ia Rumo Norte e, se levou até as barrancas do Rio Piquiri. Esta expedição era composta de 25 homens, encabeçada e dirigida pelo primeiro administrador “Domingos Francisco Zardo”. A seguir, tomando por base esta picada de exploração e obedecendo ao traçado da mesma, se construiu a primeira estrada – embora provisória – mas já com uma largura de 4 metros, para facilitar o acesso ao interior completamente desconhecido. Foi então que se construiu o primeiro barraco, e se escolheu o local, onde veio, pouco tempo depois, surgir imigração (...)⁸⁰

Este “primeiro barraco”, local onde “pouco tempo depois veio surgir a imigração”, provavelmente tratava-se da República, local onde se hospedavam alguns dos colonos que chegavam até que suas moradias ficassem prontas, além de ser um local que servia de comércio, encontros para reuniões e celebração de missas.

Surgiu a necessidade da colonizadora Pinho e Terras ter que vender grandes áreas de terras para algumas madeireiras a fim de se obter um retorno financeiro mais rápido. Em vista da falta de documentações, ocorreu uma certa dificuldade para se chegar a um acerto de contas entre a colonizadora e os compradores, o que acabou envolvendo a Pinho e Terras em litígios.⁸¹

⁸⁰ BRECHT, Lotário. *Relatório da Pinho e Terras Ltda.* (Plano de Ação 1946-1960). Toledo: s.n., 1961, p. 2-3.

⁸¹ FREITAG, Liliâne. Op. Cit., p. 95.

As pessoas compravam as terras da Pinho e Terras, mas quando iam solicitar os documentos, viam que a propriedade não era legítima. Devido a este fator, muitos colonos e posseiros acabaram sendo expulsos de suas terras, outros ainda, pelo fato de não terem construído uma casa na propriedade, perdiam o seu direito de posse.⁸²

O padre Rafael Pivetta escreveu uma carta em 1955, destinada a colonizadora Pinho e Terras. Nesta carta, o padre reivindica a questão do não recebimento das escrituras que haviam sido prometidas. Dois meses após o envio da reivindicação, as primeiras escrituras passaram então a ser entregues.⁸³ Neste sentido, é possível notar a responsabilidade assumida pelo padre ao escrever a carta, a sua preocupação em resolver os problemas pendentes, como o recebimento destas escrituras. Ao mesmo tempo, podemos inferir que o clérigo possuía certa influência no meio político.

De acordo com Alaercio, a convivência diária entre os padres palotinos e os moradores corroborou com a liderança exercida pelos mesmos. Mas, eles também enfrentaram alguns problemas no tocante a vida social da vila de Palotina, pois pessoas resistiram e organizaram festas sem nenhuma autorização, neste caso as que não eram de cunho religioso. A narrativa do fragmento contida no Livro Tombo abaixo, de 1956, é nesse sentido, significativa:

Nos meses de setembro e outubro houve uma tendência de festejar-se ruidosamente os aniversários, foguetórios, jantar teve a penca. Contra tais abusos o Pe. Rafael fez séria pregação, o povo compreendeu que o sacerdote tinha razão e o abuso cessou, graças à Deus.⁸⁴

Durante o mês de outubro, consagrado a N. S. do Rosário, celebraram alguns aniversários com jantar, baquetes e bailes. O Pe. Rafael censurou tal proceder, tal modo de comemorar aniversários. Muitos ficaram agradecidos pelo sermão e tais comemorações pouco religiosas, graças à Deus, terminaram.⁸⁵

Com base nos fragmentos do Livro Tombo, nota-se que havia uma tentativa de manutenção da ordem por parte dos padres sobre a população até nos momentos

⁸² Ibidem, p. 95-96.

⁸³ FREITAG, Alaercio da Costa. Op. Cit., 2011, p. 24.

⁸⁴ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 10, apud FREITAG, Alaercio, 2011, p. 24.

⁸⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 24, apud, FREITAG, Alaercio, 2011, p. 24.

de lazer. Mas, as narrativas do Livro Tombo demonstram que em certos momentos, a situação também saía do controle.

16 de fev.

Os amigos do momo quiseram festejar o (...) de carnaval com um grande baile no Cine Real. Eram 4h da madrugada do dia 16 de janeiro, quando se dissiparam os últimos grupos do barulho. Lá pelas 5 hs. Foi constatado um grande incêndio na serraria. Deu-se o alarme (...) muitos mas o incêndio não pode ser dominado. Os prejuízos montam a cifra de CzR.1.500.000,00. Foi este um duro golpe para Palotina. Mais tarde viriam muitos outros piores.⁸⁶

Por mais que tivessem enfrentado certas dificuldades, Alberto e Luiz Dalcanale e Alfredo Ruaro, que foram os fundadores da Pinho e Terras, alcançaram um resultado satisfatório em seu projeto. O que contribuiu para que esse resultado ocorresse, foi porque já haviam tido experiência por terem atuado na colonização de outras regiões como, por exemplo, São Miguel do Oeste - SC e Concórdia - SC.⁸⁷

Para se ter um rápido retorno de investimento, a colonizadora organizou algumas formas de exploração. “Logo após a demarcação de uma parte da sede “Palotina”, a firma iniciou com as construções de várias dependências, para instalação de escritório, armazéns, casa de imigração, escola, hotel, capela provisória, etc.⁸⁸

Tendo a PINHO E TERRAS LTDA., os seus interesses voltados para o “Oeste do Paraná”, e, por ali se encontrarem terras muito férteis, e, pelo clima reinante nesse pedaço do Brasil; ela, a firma, achou conveniente em dirigir a agricultura para a policultura. Qualquer alteração repentina no clima local ou, doenças e pestes, ou ainda, a constante instabilidade nos mercados podem ser fatais, se aplicado somente a monocultura.⁸⁹

Outro fator importante destacado pela empresa, com o intuito de incentivar a compra de terras, foi “a instalação de serrarias, para fornecer a “matéria essencial”,

⁸⁶ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 28, apud: FREITAG, Alaercio, 2011, p. 25.

⁸⁷ FREITAG, Liliane. Op. Cit., p. 96.

⁸⁸ BRECHT, Lotário. Op. Cit., p. 07-08.

⁸⁹ Ibidem, p. 03.

às construções que não poderiam deixar de serem feitas”.⁹⁰ Com base nestas evidências, podemos deduzir que o investimento de capital dessa colonizadora procurou instalar este modelo de infraestrutura, porque viu nele mais uma expectativa de um possível acúmulo de capital.

Todavia, observamos que quando os colonos foram atraídos pela empresa colonizadora e pelos padres palotinos para comprarem terras, depois da compra, eles se deparam com outra realidade. As terras eram férteis, mas era preciso derrubar a mata e plantar. Além disso, os colonos deveriam seguir a sua crença religiosa, ou seja, uma vida voltada para o catolicismo.

Mesmo proporcionando toda essa estrutura para receber os colonos, o acesso à terra era precário. Com relação a isso, um antigo colonizador chamado Bernardino Borin Filho, vindo da cidade de Santa Maria - RS, em entrevista concedida para o livro “História de Palotina (1954-1979)”, comenta:

(...) Para andar a pé era até boa a estrada, mas o arvoredo que crescia dos lados quase a cobria toda, fora a fora. O que mais me preocupava na estrada eram os bichos que me podiam enfrentar, onde só eu passava e mais ninguém, porque eu era o único morador que estava trabalhando por estes lados. (...) ⁹¹

Através deste trecho selecionado da entrevista, percebemos a real existência das dificuldades enfrentadas nas estradas de acesso, tão propagandeadas pela colonizadora. Essas e outras dificuldades, provenientes das distâncias a serem percorridas, até a chegada do seu local de trabalho, apontando inclusive o contato com animais selvagens e peçonhentos. Esse quadro se agravava em decorrência da falta de assistência hospitalar. Com relação a isso, Dona Desolina que veio da cidade de Seara - SC, relata:

(...) Não existia médico logo no começo. Só farmacêutico, que fornecia os remédios que sabia que pudessem ajudar. Quando eu precisei de médico, por ocasião do nascimento prematuro de um filho, e o Abel estava procurando condução para me levar a Toledo,

⁹⁰ Ibidem, p. 03.

⁹¹ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., 67-68.

então chegou o primeiro médico que me atendeu logo. E para chegar até a cidade, só a cavalo. (...) ⁹²

A partir da fala de D. Desolina, bem como por meio de outras entrevistas, sabemos que quando ocorria algum caso de doença, as mulheres geralmente recorriam à sabedoria popular, como os chás e entre outros remédios feitos à base de plantas e ervas medicinais. Recorriam a isso, justamente, primeiro, pela falta de médicos e, segundo, devido à dificuldade de enfrentar longas horas de estrada se deslocando até Toledo. E, apesar da intensa propaganda das terras e do trabalho da colonizadora, a realidade era completamente diferente. Mas, mesmo assim, sobrava tempo para os migrantes sonharem, como se estivessem destinados a permanecer neste mesmo local.

Além das responsabilidades previstas para o bom funcionamento da colonização, os administradores e os colonos deveriam ter um bom relacionamento uns com os outros. O bom convívio entre a Pinho e Terras e as famílias era de extrema importância para superar às dificuldades iniciais e as adversidades jurídicas com relação a legalidade das terras. Mas, isso não necessariamente queria dizer que não ocorriam problemas entre a empresa e os colonos.

Para James Scott, a aceitação da ordem dominante e do respeito pelas normas do discurso público, “deve ser vista como um teatro em que se encena a submissão e a partilha das normas e regras das elites dominantes, não só com o objetivo de salvaguardar e proteger os dominados, mas também como formas da retórica com que estes tentam obter vantagens decorrentes da invocação das normas que permeiam o discurso oficial, em particular do paternalismo invocado pelos grupos dominantes”. ⁹³

Como vimos nos trechos extraídos do Livro Tombo, essa harmonia em torno da vila de Palotina não se sustentou por muito tempo. Os padres da paróquia tentaram manter o controle da comunidade através de sermões e proibindo festas que não fossem com fins religiosos, e mesmo assim, ocorreu um incêndio na madrugada do dia 16 de fevereiro em uma festa de carnaval. O que percebemos é

⁹² Ibidem, p. 65.

⁹³ SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*. 1ª Edição. Livraria Letra Livre, 2013, p. 08.

que, embora uma parte dos moradores acatassem as normas solicitadas pelos padres, havia um determinado grupo que quebrava estas normas.

Neste sentido, a contestação à dominação pode assumir uma variedade de disfarces. “Eles vão do murmúrio ao rumor e à ameaça anônima, da ação também anônima”, ou aquilo que James Scott chama, as “formas elaboradas de disfarce”, que integram a cultura popular. É neles que, de acordo com o autor, perpassa todo o universo que designa por “infrapolítica popular”.⁹⁴

É importante deixar claro, que para o autor infrapolítica representa a “luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias e que está, como os raios infravermelhos, para lá da parte visível”. Ela também poder ser compreendida como “cimento da ação política mais elaborada através da qual “os de baixo” vão pondo constantemente à prova os limites da dominação e desafiando as suas fronteiras, travando, deste modo, uma luta de posições próxima da guerra de guerrilha”.⁹⁵

A colonizadora Pinho e Terras traçou os parâmetros étnicos e culturais para dar continuidade ao seu projeto, e procurou atrair famílias de colonos de descendência europeia, dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, de preferência católicos, para efetuarem a compra das propriedades de terras. É notório que esse processo da vinda de compradores de terras para cá foi um processo excludente desde o princípio, pois havia uma seleção de pessoas pretendidas pela empresa.

Mesmo com essa “seletividade” pretendida por parte da colonizadora, houve também a presença de pessoas vindas do Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e demais regiões, interessadas em comprar terras, como evidencia o relatório do Plano de Colonização da Pinho e Terras,

Foram feitas as medições e demarcações de lotes rurais (colônias), obedecendo ao mesmo critério e sistema, o que se vinha empregando em todas as outras colonizações da Pinho e Terras Ltda.

⁹⁴ Ibidem, p. 09.

⁹⁵ Ibidem, p. 09.

Não tardou em aparecer interessados na compra de terras, de todas as partes, tanto dos estados do Sul como São Paulo e Minas.⁹⁶

O jornal que circulava no interior gaúcho, chamado Correio Riograndense, de 1º de setembro de 1954, publicou uma página com uma propaganda sobre a história palotinese:

CIDADE DE PALOTINA, fundada em 1953 já é uma realidade em marcha (...) Convidados que fomos para uma visita ao famoso vale do Rio Piquiri, não hesitamos em aceitar o convite a fim de constatar de perto as veracidades que tantas vezes ouvíamos contar. Empreendemos viagem por uma excelente rodovia, e quanto mais nos aproximávamos de nosso objetivo mais víamos confirmadas as alegações que nos tinham sido feitas. Realmente, as terras do Piquiri são as melhores, as mais férteis e as mais completas do Brasil (...)⁹⁷

As conotações como, por exemplo, “as melhores terras”, as “mais férteis”, estimularam a compra de terras e criaram em torno desta área a expectativa de um ambiente de esperança. Muitos argumentos, através de reportagens em jornais e correspondências, foram utilizados como táticas de marketing. Mas, essas não foram as únicas formas encontradas para vender as terras. O interesse dos colonos na vinda para Palotina também se deu devido à forte presença dos religiosos.

Um exemplo da presença dos religiosos na cidade, fica evidente no relato do Pe. Hermogênio Borin, que também pode ser encontrado no livro “História de Palotina (1954-1979)”, onde ele afirma:

Logo mandei imprimir cinco mil folhetos de propaganda, convidei o Pe. Rafael Pivetta para que me ajudasse nessa iniciativa. E assim foi que, depois de diversas explicações ao povo, no dia 2 de janeiro, conseguimos formar a primeira caravana de colonos.⁹⁸

A partir deste relato, evidencia-se o papel de agenciador dos padres, pois estes convenciam, por meio de folhetos com propagandas os colonos que viviam no

⁹⁶ BRECHT, Lotário. Op. Cit., p. 04-05.

⁹⁷ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p.37.

⁹⁸ Ibidem, p. 62.

Sul do Brasil. O amplo aparato de propaganda montado pela colonizadora fez com que centenas de colonos com as suas famílias deixassem seus antigos lares em busca de uma nova terra, acompanhados de religiosos.

Muitos dos colonos que objetivavam encontrar um possível “novo mundo”, ao chegarem em Palotina, depararam-se com outra realidade, marcada por inúmeras dificuldades e nada parecida com a que sonhavam. Passaram a fazer parte de uma engrenagem econômica de pessoas interessadas na comercialização de terras.

O Sr. Ludovico e sua esposa D. Ida Riedi, vindos de Severiano de Almeida - RS, que também fizeram parte do grupo dos chamados pioneiros de Palotina, fazem referência à sua migração. No livro “História de Palotina (1954-1979)”, eles nos contam:

Pe. Pedro - Como foi vossa primeira impressão, gostaram logo de primeira vista?

Sr. Ludovico - Eu já havia estado uns meses antes, para construir nossa moradia, mas então eu disse para Ida: Olha bem e me diz logo, se não gostar e quiser voltar, então nem descarregamos os caminhões com a mudança.

Pe. Pedro – E a Sra. gostou logo?

D. Ida – Não gostei muito não, mas, me conformei em ficar.⁹⁹

Neste caso, a entrevistada aponta o motivo pelo qual se conformou em ficar, talvez pelo fato de que seu marido já havia estado na região antes, construindo assim uma casa antecipadamente. Mas, os motivos que a fizeram não gostar do local eram visíveis na fala do casal como, por exemplo, a dificuldade de acesso às estradas de terra, que quando chovia, mal dava para andar e nem sequer tinham garantia de que chegariam onde pretendiam. Além disso, havia uma grande quantidade de mosquitos e carrapatos que apareciam quando estavam roçando o mato, e, para se livrar deles era preciso passar a faca na pele para tirá-los mais rápido.

A adaptação ao novo lugar aparece, não poucas vezes, na fala dos migrantes como difícil, ou que a decisão de ficar foi motivada por outras questões que não se resumiam à fertilidade da terra e a possibilidade de posse e titularidade dela. O lugar que deixaram, as novas relações sociais que tiveram que construir, o sentimento em

⁹⁹ Ibidem, p. 75.

relação aos familiares, parentes e vizinhos que deixaram de onde vieram, são elementos que surgem entremeados nas linhas de suas narrativas. A questão das terras e a cidade no geral ser mais “atrativa”, está presente na fala de Dona Égide, esposa de Santo Galante, que chegaram em Palotina em 1955, juntamente com seus sete filhos, todos menores de idade:

Quando chegamos aqui, tirei só as coisas mais necessárias, e o resto deixei tudo encaixotado, com esperança de voltar a Concórdia. Mas, um dia, vi o Pe. Rafael queimar uma rocinha aqui do lado, e depois comer uma espiga de milho, muito tranquilo. (...) Deu-me alguma coragem (...) mas o que me decidiu ficar definitivamente, foi depois de uma viagem que fiz aos meus parentes em Concórdia, lá achei as coisas tão diferentes, sem graça...e voltando, nunca mais eu quis sair daqui.¹⁰⁰

Segundo D. Égide comparando com Concórdia - SC, foi difícil para ela aceitar a terra vermelha, uma vez que era acostumada a viver em uma cidade limpa. Outro fator que gerou um certo descontentamento foi o medo que tinha do mato que trazia mosquitos, não tendo como se defender. Tanto que, passado um tempo, quatro filhos do casal contraíram a doença da malária, e segundo D. Égide, nem o médico não soube diagnosticar, o que fez com que procurassem um especialista em Guaíra.

Diante de todas estas circunstâncias, a família sofreu uma certa “pressão” por parte da empresa colonizadora. Pois estes alegaram à família que se não viessem logo, iriam colocar outras pessoas na casa que estaria reservada para eles, o que fez com que tivessem que decidir imediatamente. Chegando em Palotina, se deparam com uma infinidade de problemas, mas que mesmo assim acabaram por encorajar a família a ficar definitivamente. Desta maneira, os colonizadores passaram a projetar seus espaços, suas necessidades, seu trabalho e seu imaginário.

Vale ressaltar que nos anos iniciais essas colonizadoras não obtiveram maiores lucros com a venda dos lotes. Os lucros iriam surgir através da extração e do beneficiamento da madeira. No ato de obtenção da gleba, antiga *obrage*¹⁰¹, a área

¹⁰⁰ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 79.

¹⁰¹ *Obrage* é um termo regional, onde no estado do Paraná, caracteriza-se por ser um lugar junto à margem de um rio onde se corta e prepara a madeira destinada a descer pela água.

florestal não entrava como variável no preço da transação. Ou seja, a madeira que seria extraída pelas colonizadoras não tivera custo algum, proporcionando o aumento dos lucros das empresas colonizadoras. Diante disso, constata-se que o uso da terra se apresentou como uma grande possibilidade de acumular capitais para as empresas colonizadoras, e isso fez com que a região se integrasse na economia de mercado.

A maneira pela qual foi traçada a nova ordem espacial para aquela área, deu-se através da experiência nacionalista, a qual abriu novas fronteiras do espaço regional, tendo como parâmetro a atuação do capital privado. Nesta proposta de ocupação territorial, público e privado se unem, tendo presente neste último também os interesses dos padres palotinos.

Esse item será discutido nos parágrafos que se seguem, para tentar analisar os interesses destes padres palotinos na colonização desta área, ou seja, quais eram as suas relações com os interesses econômicos da empresa colonizadora Pinho e Terras. Havia interesses de ordem econômica e religiosa, mas cabe analisar também sobre os novos agentes sociais que delinearam novas dimensões socioculturais e econômicas para essa área de fronteira.

A colonizadora Pinho e Terras investiu na construção de uma infraestrutura local, com escolas, hospitais, igrejas, entre outros. Além disso, houve a necessidade da empresa selecionar um grupo de agentes de negócios, mais conhecidos como “corretores”, para atuarem na colonização do município de Palotina. Os selecionados foram os religiosos da Congregação Palotina, ou seja, os padres que faziam parte da Sociedade Vicente Pallotti. Ocorreu então uma cooperação entre os interesses econômicos do grupo empresarial, ligado à colonização e aos objetivos dos palotinos, como já foi mencionado no caso da atuação dos padres no agenciamento junto aos colonos, bem como no plano de ação da empresa colonizadora Pinho e Terras.

1.3 A atuação da Congregação dos Palotinos no Oeste do Paraná

A Congregação dos Palotinos se fixou no Brasil na segunda metade do século XIX. Segundo Liliane Freitag¹⁰², “Os padres da Pia Sociedade das Missões, os palotinos, instalaram-se inicialmente em Vale Vêneto – RS, entre os anos de 1884 à 1886.” O intuito dos padres palotinos era prestar atendimento aos chamados imigrantes ensinando-lhes tudo sobre o catolicismo, ou seja, a catequização. No ano de 1900, já se notava um grande número de paróquias localizadas no Rio Grande do Sul. Mas, a partir de 1919, já havia uma divisão entre os palotinos, classificados em dois grupos: alemães e ítalo-brasileiros.

A Congregação ampliou-se com facilidade. Houve um aumento significativo de acumulação de patrimônio adquirido através do trabalho com as pastorais e dos missionários religiosos, e também por meio doações de seus fiéis, através do dízimo, entre outros meios. Os palotinos estavam bem estruturados em 1940, e propagavam amplamente seu apostolado católico quando resolveram se associar ao projeto da colonizadora Pinho e Terras. “Segundo as orientações diocesanas, as colônias que se encontravam sob a responsabilidade dos palotinos deveriam ser convertidas em focos de vida religiosa”.¹⁰³ Ou seja, era preciso expandir o trabalho missionário feito pelos padres com as famílias que migravam para a região.

Para os padres, o estilo de vida agrário além de ser considerado mais saudável, era totalmente recomendado pelo catolicismo. A migração da população fez com que houvesse uma rápida expansão das tarefas missionárias dos palotinos. Ou seja, o objetivo dos sacerdotes era conseguir trazer migrantes para as áreas em que estes atuavam e para as novas regiões de colonização no Paraná e em Santa Catarina. Para os missionários palotinos, somente por meio da compra das terras é que se poderia chegar a homogeneidade do grupo.¹⁰⁴ Para que isso acontecesse, era preciso realizar campanhas voltadas para a migração, convocar reuniões, ou até

¹⁰² FREITAG, Liliane. Op. Cit., p. 114.

¹⁰³ Ibidem, p. 115.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 116.

mesmo conversas informais com o intuito de chamar a atenção de possíveis compradores de terras.

Para os autores Pedro Reginato, Jerri Roberto Marin e Liliane da Costa Freitag, os padres palotinos recebiam uma comissão de acordo com o número de colonos que comprassem as terras. Pelo fato dos padres “se responsabilizarem pela assistência religiosa dos colonos, acabaram tornando-se um atrativo às migrações no estado do Rio Grande do Sul, montando caravanas com os possíveis compradores e os trazendo para conhecer a área da colonizadora Pinho e Terras, no Oeste do Paraná”.¹⁰⁵

As narrativas presentes no Livro Tombo evidenciam a relação entre os padres palotinos e os diretores da colonizadora Pinho e Terras:

Que os diretores da Pinho e Terras em dezembro de 1953 entram em entendimentos com os sacerdotes P. Hermogenio Borin e P. José Daniel da Sociedade Apostolado Católico (S.A.C), mais conhecidos com o nome de “Padres Palotinos”, sobre uma possível cooperação consistia principalmente em encaminhar boas famílias de colonos para a região e principalmente assistência religiosa. Os ditos sacerdotes nesta ocasião sobrevoaram a região ainda com sua floresta virgem.

Na mesma ocasião do encontro com os supra mencionados sacerdotes com os componentes da firma colonizadora, entram em discussão o nome que se deveria dar à sede da nova colonização. O padre Hermogênio Borin sugere o nome de Palotina, em homenagem ao fundador da S.A.C., o beato São Vicente Palotti. A sugestão foi aceita com alegria e a nova sede foi registrada com o nome de Palotina.

Os padres Palotinos apresentaram a ideia de cooperação religiosa da S.A.C. a D. Manoel Koenner, Bispo da Prelazia de Foz do Iguaçu, a nova colonização, o bondoso bispo ouviu com interesse e aprovou com alegria esta assistência religiosa que a S.A.C. se propunha a dar aos imigrantes. Assim os sacerdotes Palotinos estiveram presentes na formação deste núcleo colonial desde, os seus primórdios.¹⁰⁶

De acordo com as narrativas, percebemos o tipo ideal de colono pretendido tanto pela empresa colonizadora quanto pelos padres “em encaminhar boas famílias de colonos para a região” para que fosse efetuada a “assistência religiosa” e a venda

¹⁰⁵ FREITAG, Alaercio. *Os padres palotinos nas fronteiras do sagrado*. Op. Cit., p. 17.

¹⁰⁶ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 02-03, apud: FREITAG, Alaercio, 2011, p.18.

de terras. Estas “boas famílias”, eram formadas por colonos com descendência europeia, e, preferencialmente católicos.

É possível perceber que, embora houvesse uma parceria entre padres palotinos e a colonizadora Pinho e Terras nesta dupla expansão religiosa e econômica, a comunidade católica possuía um projeto próprio, pois ela adquiria as terras para que pudessem ser revendidas aos colonos. A medida que os padres faziam esse papel de trazer os colonos, a fim de efetuarem a compra, estes obtinham cada vez mais terras como forma de pagamento, aumentando assim o patrimônio da Igreja Católica.

No Oeste do Paraná, os palotinos arregimentaram colonos sulistas, determinando os seus padrões comportamentais e seus códigos de honra e de fé. O padre Hermogênio Borin, um dos principais responsáveis pelo trabalho da colonização, em entrevista para o livro “História de Palotina”, relatou que:

Eu aproveitei a única oferta que Dom Manoel me deixou: permitindo que trouxéssemos colonos do Sul (...) O Sr. Alfredo Ruaro fez uma proposta aos Palotinos, que foi levada por mim ao Superior Provincial, Pe. Casemiro Tronco. E recebi licença de trabalhar por três meses na colonização. No mês de junho, havendo escrito ao provincial, muitas cartas pedindo a vinda do Pe. Rafael Pivetta, vê finalmente chegar o almejado que passa quieto por Toledo e se instala na colonização, para cuidar das terras da Congregação.¹⁰⁷

O trecho da citação anterior nos leva a acreditar que era do interesse destes padres comercializar o maior número de colônias possíveis, haja vista que, como foi dito anteriormente, quanto mais comercializassem, maior seria a comissão recebida. Desta forma, os padres palotinos e a Pinho e Terras associaram-se em um trabalho de comércio de terras. Por outro lado, o Plano de Colonização da Pinho e Terras evidencia essa relação. O Plano dedica uma parte de seu texto (4 páginas), intitulado “Assistências em Geral”, no qual explana as ações em andamento e a situação de cada uma delas, entre as quais, a construção da Igreja Matriz de Palotina.¹⁰⁸

¹⁰⁷ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 62.

¹⁰⁸ BRECHT, Lotário. Op. Cit., p. 12-16.

Como se lê no seu Plano de Ação, a colonizadora Pinho e Terras:

Foi fundada em 1946 e registrada na junta M. M. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ, sob nº 15.698, em data de 10 de outubro de 1946, com objetivo principal, de se dedicar à colonização – compra e venda de terras, - extração e beneficiamento e exportação de madeiras.

E, para se obter um êxito satisfatório, era necessário traçar um PLANO DE AÇÃO.

Depois de muitos estudos, entre outros os dirigentes da nova firma, resolveu-se tomar por base os seguintes pontos:

- a) – Medição e demarcação de pequenas propriedades;
- b) – Aplicação da policultura e escoamento dos produtos agrícolas e industrializados;
- c) – Assistência técnica, hospitalar, espiritual e social, principalmente aos que se dedicarem à agricultura.¹⁰⁹

No terceiro item entra o projeto empresarial da Pinho e Terras em fornecer assistência técnica, hospitalar e social, como a criação das escolas que foram conduzidas pelas Irmãs palotinas. Já os padres palotinos, entram com o seu projeto próprio de prestarem assistência religiosa, formando assim uma comunidade católica com colonos descendentes de italianos e alemães.

O projeto de colonização do município de Palotina estava voltado a atender um grupo colonial católico composto por migrantes descendentes de italianos e alemães, e também, ao mesmo tempo, voltado para a potencialização dos lucros. A situação pela qual passa o padre Borin, “a passagem de ônibus ida e volta custou aos bolsos do Pe. Borin, vinte contos de réis (20.000,00)”¹¹⁰, indica as estratégias utilizadas para que seus objetivos fossem alcançados.

A orientação dada através dos padres fazia parte de todos os momentos da vida das pessoas daquele núcleo de colonização, seja na família, na igreja, na escola, no trabalho, no horário de lazer, e nas relações políticas e sociais. A comunidade estava incumbida da vigilância do local, ajudando a preservar as regras e os valores da Igreja Católica. Neste caso, vemos que o planejamento dos padres palotinos e da colonizadora Pinho e Terras conseguiu avançar em todos os níveis da

¹⁰⁹ Ibidem, p. 01.

¹¹⁰ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 62.

sociedade, em uma relação de interdependência, em que um depende do outro dentro de um processo.

Segundo Liliane Freitag, “a integração proposta da Marcha para o Oeste, a instrumentalização de um terreno cultural orientado e preparado pela atuação dos padres palotinos e o empreendimento realizado pela Companhia Pinho e Terras, constituem três faces, as quais visualizamos no município de Palotina o resultado da integração destas três proposições”.¹¹¹ Deste modo, vemos que o atual município de Palotina apresenta como característica principal a combinação dessas três instâncias interligadas.

Conforme já foi visto, a Pinho e Terras estabeleceu critérios étnicos e culturais considerados importantes para o projeto, os quais foram mencionados em parágrafos anteriores, com relação à preferência por um determinado grupo de colonos vindos do Sul, principalmente católicos. Essa preferência não era só da Pinho e Terras, mas sim dos padres palotinos. A intenção era formar uma comunidade com características específicas mas que, aos poucos, foi deixando de existir, pois com a chegada de trabalhadores de outras regiões para trabalhar na produção da hortelã, essa homogeneidade pretendida foi dando lugar à uma diversidade de origens étnicas.

Na obra de Reginato, há um relato de uma carta escrita pelo Pe. Rafael para o Pe. Vitorino, em Santa Maria – RS, onde se falavam sobre famílias que chegavam em Palotina, mas não encontravam mais lugar para trabalhar, conforme a obra:

Vinham de Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Bahia, etc. Sem previsão de trabalho, trazidos por “gatos”, em pau de arara, sem orientação nenhuma, formavam magotes de gente precisada de tudo, pareciam fugitivos de alguma calamidade. (...) Muitos deles conseguiram colocação temporária, no forte da derrubada das matas e no plantio da hortelã. (...) Mas esta cultura era feita num sistema primaríssimo. (...) Deste modo, a ilusão da hortelã se apagou depressa em todo o Oeste. Com a destoca das derrubadas e coivaras, a mecanização agrícola foi uma decorrência lógica e necessária. (...) A maioria da gente migrou para “tocar” hortelã, migrou para seguir a mesma cultura, onde achasse mata para derrubar. (...)

¹¹¹ FREITAG, Liliane. Op. Cit., p. 124.

Foram procurar as matas do Paraguai e do Mato Grosso, onde alguns continuam vagantes à procura de terra.¹¹²

A partir deste relato, vemos que tratavam-se de trabalhadores temporários, que vieram no período inicial da colonização, dos estados do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, para “derrubada das matas e no plantio da hortelã”. O padre ressalta as condições de sofrimento vivenciadas por estes trabalhadores no trajeto da viagem “trazidos por “gatos”, em pau de arara” como se fossem “fugitivos de alguma calamidade”. Ou seja, podemos afirmar que já estavam vindo para Palotina devido ao fato das condições em que viviam na região em que se encontravam anteriormente, ou ainda, estavam vindo para cá, pois no antigo local em que estavam não encontraram trabalho. Tratava-se da busca pela sobrevivência.

Mas, o tempo de trabalho durou pouco, pois o processo de extração da madeira ainda era muito precário e, “deste modo a ilusão do chamado ciclo da hortelã se apagou depressa em todo o Oeste”. Sobre o trabalho com a produção da hortelã, há o trabalho de Gilson Backes intitulado “As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes”, onde o autor analisa através da memória dos trabalhadores quais eram as relações de trabalho e as experiências vivenciadas por eles nas lavouras de hortelã no município de Mercedes.¹¹³

Em seguida, surge então a necessidade de se investir em maquinários agrícolas em função da agricultura praticada pelos colonos que chegaram no município de Palotina. A religião católica, uma das preferências da Pinho e Terras, conforme foi visto no relatório do Plano de Ação da empresa. Ela se comprometia a fornecer ao núcleo de colonização, assistência educacional e religiosa.

Por isso a importância de se fazer uma análise de atuação da Congregação dos padres palotinos, pois, como vimos no relatório da Pinho e Terras, 80% da população era católica, sendo que os padres também trabalharam em conjunto com a colonizadora, a fim de agenciar colonos. Os padres palotinos serviram de atrativo

¹¹² REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 55-56.

¹¹³ Sobre este assunto ver: BACKES, Gilson. *As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes* (Oeste do Paraná 1960-2009). 2009. 157 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

às migrações, em uma dupla política de expansão do cristianismo, e também em busca de vantagens econômicas que visassem aumentar seu patrimônio. Foram eles os principais incentivadores da colonização da área que compreende atualmente o município de Palotina.

Entretanto, este processo não se fez sem conflitos como evidencia, não obstante adote uma narrativa que privilegia a dimensão ufanista e harmônica da colonização, a obra “História de Palotina (1954-1979)”, do padre Pedro Reginato, bem como o confronto judicial por uma área envolvendo a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai. A referida obra e a disputa judicial serão abordadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

NARRATIVAS, COLONIZAÇÃO E DISPUTA JUDICIAL PELA TERRA

Neste capítulo nos dedicaremos a analisar o conteúdo das narrativas presentes na obra memorialista “História de Palotina (1954-1979)”, do padre Pedro Reginato, procurando evidenciar que estas, apesar da abordagem harmônica acerca da colonização, nos fornecem indícios de conflitos pela terra na área em estudo.

Na sequência, em contraposição à visão harmônica da colonização, abordaremos uma disputa judicial por uma área de terras localizada no atual município de Terra Roxa, mais especificamente em uma área chamada Gleba Maracaju, a partir de um processo de judicial. Esse processo envolveu a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai. Neste período do conflito, o município de Terra Roxa e o atual município de Palotina eram vilas que pertenciam para Guaíra. Embora a área se localizasse em Terra Roxa, a SVP se localizava na vila de Palotina, e os padres atuavam também em Guaíra, por isso o envolvimento destes três municípios.

2.1. A obra memorialista de Pe. Reginato

O padre Reginato traz em sua obra alguns apontamentos sobre o litígio das terras na região localizada na margem esquerda do Rio Piquiri, incluindo Palotina, embora estes apareçam em apenas alguns parágrafos. Ele conta que a empresa colonizadora Pinho e Terras iniciou seus trabalhos de colonização, dividindo lotes urbanos e rurais, e instalando a infraestrutura para que fosse possível receber os futuros compradores. Logo após, os primeiros colonos chegaram à Palotina, em sua maioria descendentes de italianos e alemães, para darem início aos trabalhos com suas propriedades dedicadas à policultura. Entretanto,

Lamentavelmente, por volta de 1957/1958, a paz de Palotina foi quebrada. E aí a gente palotinese começou sua “via crucis”, enfrentada com galhardia e coragem, própria dos grandes homens.¹¹⁴

Este fragmento evidencia uma narrativa histórica sobre ocupação da terra no processo de colonização, que teria afrontado a tranquilidade, supostamente, inerente à ação colonizadora e aos colonos. Os colonos como portadores do moderno, da qualidade de trabalho e de serem afeitos a paz, à promoção da tranquilidade. Iniciava-se então, de acordo com Reginato a “fase negra” do município de Palotina. Observamos portanto, que a expressão “negra” remete a um sentido negativo, que é ou pertence ao mal, e que precisa ser superada.

Cabe observarmos que, se por um lado podemos inferir que o autor buscava/entendia que estava produzindo um conhecimento histórico, de fato estava elaborando uma obra memorialística. Ao mesmo tempo, a opção do autor diz “respeito ao lugar político estabelecido por essa memória histórica”¹¹⁵ nas relações sociais no processo de colonização.

De acordo com o referido autor, o governo do Estado do Paraná decidiu que as terras de Ruy de Castro que haviam sido confiadas à Pinho e Terras eram ilegítimas. Deste modo, resolveu enviar títulos de domínio sobre as terras de Palotina em benefício de terceiros, conhecidos como “agricultores do asfalto”.¹¹⁶ Muitos destes chamados “agricultores do asfalto” jamais haviam, segundo ele, estado nessas terras mas, mesmo assim, ao receberem os títulos, apareceram importunando os colonos e solicitando a sua posse.

O caso só foi solucionado em 1963, com o Sr. Ney Braga como governador do Estado, que acabou desapropriando as terras que haviam sido tituladas, transferindo a questão do litígio para o Poder Judiciário. Desta forma, os colonos de Palotina puderam voltar a trabalhar em suas colônias.¹¹⁷

¹¹⁴ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 40.

¹¹⁵ Paráfrase de CONRADI, Carla Cristina Nacke *“Memórias do sótão”*: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Curitiba: UFPR, 2015. p. 18.

¹¹⁶ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p.40.

¹¹⁷ Ibidem, p. 41.

De acordo com o livro “O Paraná reinventado: política e governo”¹¹⁸ lançado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1930, as companhias colonizadoras privadas mantinham o controle sobre a colonização, e muitas tiveram que ser responsabilizadas por abusos contra os colonos com relação às terras, como ocorreu no município de Palotina, comentado anteriormente. Na tentativa de cessar estes acontecimentos contra os colonos e também em defesa da população, os governadores aos poucos foram assumindo para si essas responsabilidades.

Para solucionar os problemas, foi criada a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração em 1947, e o Departamento Administrativo do Oeste, em 1948. O objetivo da criação destes órgãos, era que por meio deles, o governo passaria a ter chances de organizar uma colonização planejada, investindo em uma infraestrutura básica para trazer melhorias para toda a população.¹¹⁹

Quando o migrante é analisado pelos agentes do governo, ele acaba sendo julgado a partir de diferentes considerações. “Da necessidade do migrante, dos benefícios resultantes de sua chegada, soma-se a outro que se refere aos problemas causados por uma massa de indivíduos pouco qualificada ao trabalho, responsável pela “quebra” do padrão de vida local”.¹²⁰ Começa então a “quebra” da homogeneidade imaginada e pretendida de uma comunidade formada por migrantes italianos e alemães.

Trata-se de trabalhadores oriundos dos estados do Mato Grosso, de Minas Gerais e alguns estados da região Nordeste, que eram vistos como trabalhadores temporários, pois permaneceram na região no período da derrubada das matas no processo da colonização e no período do ciclo da hortelã, nas décadas de 1960 e 1970, mas que são pouco mencionados na formação da história agrária local.

Este fato é perceptível com relação ao período de colonização do município de Palotina, pois tanto a empresa colonizadora quanto os padres palotinos tinham preferência pelas famílias vindas do Sul, de descendência italiana ou alemã, e, preferencialmente católica. Mas como foi afirmado, essa preferência não se

¹¹⁸ IPARDES. *O Paraná reinventado*. Op. Cit., p. 63.

¹¹⁹ Ibidem, p. 63-64.

¹²⁰ Ibidem, p. 64.

sustentou por muito tempo, pois começaram a chegar os trabalhadores temporários, mencionados anteriormente, que vinham com o intuito de trabalhar no desmatamento e na agricultura, partindo depois para outras localidades.

Além disso, é possível identificar nas narrativas do livro de Reginato “História de Palotina (1954-1979)”, que de fato ele não nega a existência de conflitos agrários em Palotina, mas seu livro diz muito pouco sobre eles. Seja qual for o motivo, o autor preferiu não abordar à fundo sobre o assunto. A obra nos fornece pistas que acabam por nos possibilitar desvendar outros possíveis conflitos em torno da terra não somente em Palotina, mas em todo o Oeste, como no caso do litígio da Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai.

Sobre a existência de tais conflitos, o autor afirma:

Deixando estas coisas erradas que aconteceram para outros que melhor as possam contar e julgar, voltemos ao entusiasmo do povo, que de começo adquiriu suas propriedades.¹²¹

Estas omissões se devem talvez pelo fato de ser uma obra que contou com o apoio do prefeito municipal da época, Aloísio Valérius (1979), para ser lançada. Diante disso, o contexto da produção da obra em si, vem no sentido de se propor contar uma história vista como real ou oficial do surgimento de Palotina.

Mesmo se tratando de uma obra que, além de exaltar a figura do chamado pioneiro, também procura centralizar a Igreja Católica como uma das principais responsáveis juntamente com a colonizadora Pinho e Terras pelo desenvolvimento do município, é possível observar que o livro foi feito não somente para o público católico, mas sim para todos os leitores palotinenses, envolvendo também instituições públicas e privadas, como no caso das escolas, que veem na figura do memorialista a referência ideal para buscarem respostas quando o assunto é a colonização da cidade.

Neste sentido, o trabalho nos permite discutir relações que ultrapassam o clima harmonioso. Quando aparecem os conflitos, estes são colocados como algo à

¹²¹ REGINATO, Pe. Pedro. Op. Cit., p. 42.

parte, que acaba por ficar como curiosidade para quem tiver contato com a obra do memorialista.

Já em seu segundo livro intitulado “Paróquia São Vicente Pallotti 50 anos (1958-2008)”, nota-se uma diferença com relação a abordagem dos conflitos de terras.

Infelizmente, pouco tempo depois a região toda foi invadida por péssimas notícias:
O governador do Estado não reconhecia a legitimidade desta colonização...
E o Departamento de Terras do Estado do Paraná emitiu títulos sobre toda Gleba Piquiri, em março de 1958.
Uma Comissão de palotinenses foi ao Palácio do Governador o qual prometeu que respeitaria os títulos dados pela Colonizadora Pinho e Terras Ltda.
O povo passou por muita incerteza e preocupação, e mais ainda o seu Vigário que fez o possível para conseguir uma solução justa e certa.
No livro do Tombo há várias páginas narrando esses acontecimentos desagradáveis e tristes, onde se cometeram muitas injustiças e apropriação indébita de terras que haviam sido compradas em boa fé...
(...) Neste entretempo o Governo Federal dispunha de um órgão que estava encarregado de definir os problemas jurídicos de posses e documentos de terra. Era o INCRA. E este departamento Federal, mediante uma taxa, concedeu documento definitivo para quem estava morando por estas paragens do Paraná.¹²²

A partir deste trecho retirado do livro do memorialista, podemos perceber que este nos apresenta indícios maiores do conflito vivenciado pelos colonos que adquiriram suas terras por meio da colonizadora Pinho e Terras, “há várias páginas narrando esses acontecimentos desagradáveis e tristes, onde se cometeram muitas injustiças e apropriação indébita de terras que haviam sido compradas em boa fé”, informando que, para quem quisesse saber mais detalhadamente sobre o conflito, as narrativas estariam presentes no Livro Tombo.

Mas, em contrapartida, o memorialista demonstra que apesar destes eventuais acontecimentos, tudo acabou bem, como nos mostra a passagem do livro:

¹²² REGINATO, Pedro, Pe. *Paróquia São Vicente Pallotti 50 anos Palotina – PR*/ Santa Maria: Pallotti, 2008. 344 p. p. 24-25.

Depois de muita expectativa foi realizada a terceira Festa da Soja. (2º L.T. f.35).

Em frente à Prefeitura estava localizado o palanque oficial à espera das autoridades.

A nota mais importante daquela hora foi a entrega oficial pelo presidente do INCRA (Instituto Nacional de Cultura e Reforma Agrária) dos primeiros títulos legais de terra aos colonos de Palotina. Nesta oportunidade o padre Rafael Pivetta foi homenageado com um crucifixo e uma placa pelo seu empenho em favor do povo de Palotina.¹²³

Como a narrativa do livro nos mostra, o padre Rafael Pivetta estava sempre intermediando, procurando uma maneira de regularizar a situação dos colonos. Um exemplo, são as figuras a seguir onde na primeira, o padre Rafael é homenageado com uma cruz, e na segunda, os agricultores recebem o documento de regularização das terras do INCRA. As duas figuras ocorreram na Festa da Soja em Palotina, em 1 de junho de 1975.



FIGURA 5. Festa da Soja em Palotina, 01/06/1975.

Fonte: REGINATO, Pedro, Pe. *Paróquia São Vicente Pallotti 50 anos Palotina – PRI* Santa Maria: Pallotti, 2008. p.87.

A produção tanto do primeiro livro “História de Palotina (1954-1979)” escrito por Reginato, quanto de seu segundo livro intitulado “Paróquia São Vicente Pallotti

¹²³ Ibidem, p. 87-88.

50 anos (1958-2008)”, vem no sentido de apresentar para os leitores a história dita como “oficial” da cidade de Palotina, desde os primórdios de sua colonização, passando pela fixação e posse legal das terras, até chegar os eventos de nossos dias atuais. Além disso, a obra procura sempre reforçar que os sacerdotes palotinos foram os personagens de primeira importância para configurar os valores de cidadania no município.

A obra também atribui uma importância muito grande aos chamados pioneiros, relatando o sofrimento da vinda para o Paraná, a esperança depositada em um novo território, as apreensões e os trabalhos realizados por aqueles que como o próprio livro afirma, fizeram parte deste chão inóspito e selvagem. Esses elementos encontram-se presentes no quarto capítulo, intitulado “*Testemunhos dos pioneiros*”, que é composto de um relato do Pe. Hermogênio Borin que foi um dos padres palotinos de maior importância, pois fez parte do processo de colonização do município. O capítulo possui no total treze entrevistas, realizadas pelo Pe. Pedro Reginato com os chamados pioneiros do município, em que eles relatam fatos da vinda, as resistências que tiveram de enfrentar, e os motivos pelos quais os fizeram ficar.

Esta memória em torno do pioneirismo não faz parte somente desta área de estudo em específico. Ela encontra-se presente também ao longo da área de crescimento da fronteira agrícola, indo da região Sul do país até as regiões mais distantes. De uma certa forma, construiu-se sobre a região uma memória triunfante, que transformou os projetos idealizados em uma história local, vista como oficial.

Neste sentido, temos o segundo capítulo intitulado “*Os Homens*”, que procura discutir sobre o município de Palotina e o colonizador brasileiro, dando destaque para a vinda dos migrantes e das companhias colonizadoras Maripá e Pinho e Terras, além de nos dar pistas sobre os possíveis problemas com a terra travados entre os colonos e o Estado. Neste capítulo também estão disponíveis imagens e recortes de fontes do jornal Correio Riograndense, além de fazer uma análise dos aspectos jurídicos que envolveram os colonos que compraram terras, em 1954.

Nesta linha que discute a vinda do colonizador dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, elencamos o terceiro capítulo chamado “*Migrações*”, que procura definir o significado da palavra “migrar”, além de discutir o motivo das

migrações destes colonos para o Oeste do Paraná. Neste capítulo, Reginato conta com o auxílio de fontes tais como, fotografias, mapas e um trecho de uma carta escrita pelo Pe. Rafael, que esteve presente no período da colonização.

Neste sentido, pode-se afirmar que essa obra escrita por Reginato é uma obra que trata especificamente da trajetória do município de Palotina, desde o princípio de sua colonização até meados de 1979, ou seja, uma história particular do município, destinada ao público palotinense, seja ele católico ou não. Pelo fato de ser uma obra vista como referência, quando se trata da história da cidade, até mesmo pessoas de outras religiões tem acesso, por ser um autor muito citado em eventos de comemoração do aniversário de Palotina, além de projetos escolares voltados para o município.

Por meio de leituras de revistas, jornais locais e outros meios de comunicação, é possível perceber os sentidos das expressões de discurso regional adotadas pela imprensa. Discursos estes que divulgavam ideais de progresso, a fertilidade das terras, a bravura do migrante, entre outros.

As representações discursivas como a “nova Canaã onde correm leite e mel”, que podemos encontrar nas falas da imprensa, preocupa-se em valorizar o mito da terra prometida, trabalhada por Mezzomo¹²⁴, ou conforme Bourdieu o “que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é a da competência das palavras.”¹²⁵ Nesse sentido, a propaganda e agenciamento feito pelos padres palotinos contribuiu não apenas para a vinda de colonos, mas para a estruturação da comunidade local e o próprio sucesso do empreendimento empresarial da Pinho e Terras. A atuação deles se fez em Palotina, Terra Roxa e Guaíra.

As reportagens veiculadas pela imprensa tinham como objetivo tratar sobre questões relacionadas a qualidade das terras e sua alta fertilidade, como é o caso

¹²⁴ MEZZOMO, Frank Antônio. *A religião e a colonização do oeste do Paraná* (Toledo 1940-1970). 1999. 50 p. Trabalho acadêmico (TCC) – História Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico, memória e sociedade*. Op. Cit., p.35.

do jornal que circulava no interior gaúcho, chamado Correio Riograndense, conforme já foi mencionado.

As propagandas utilizadas pela colonizadora Pinho e Terras e pelos padres palotinos eram o principal meio de atrair os colonos para a compra. Essas propagandas eram publicadas em jornais, folhetos e também se faziam através de conversas informais com os vizinhos, parentes ou conhecidos. Elas corroboram a visão do jornal Correio Riograndense, citado pelo Pe. Reginato, que significa uma cidade em movimento, “em marcha”, atribuído à localidade de Palotina como lugar onde se teriam “as melhores terras”, as “mais férteis” e as mais completas do Brasil. Tal imagem possui grande poder mobilizador, pois traz consigo uma visão de prosperidade que os colonos almejavam para suas famílias.

Mesmo diante das propagandas “tentadoras”, houve pessoas que chegando em Palotina para conhecer a região e as terras, acabaram não efetuando a compra, como é o caso em que o entrevistado Bernardino Borin Filho, comenta:

Chegamos na tarde do dia cinco de janeiro, e no dia seis, logo depois das duas missas rezadas pelo Pe. Rafael e Pe. Hermogênio, um depois do outro, todos os visitantes saímos, para ver como eram as terras, as árvores, as picadas do início da demarcação, onde se poderia comprar melhor a terra. Todos gostamos, de tal modo que, dos 21 passageiros, só um não comprou, por medo de mosquitos.¹²⁶

Conforme observamos, os discursos harmoniosos em torno da colonização acabam silenciando ou até mesmo ocultando a existência dos conflitos agrários, enaltecendo assim o imigrante trabalhador, construindo uma certa visão acerca da colonização de Palotina, como se ela tivesse ocorrido sem nenhum tipo de conflito.

Mas, ao lidar com as fontes, como no caso da obra de Reginato “História de Palotina (1954-1979)”, percebemos que por mais que o livro procurasse evidenciar uma visão harmoniosa acerca da colonização, ao mesmo tempo nos oferece pistas de que houve conflitos.

¹²⁶ Ibidem, p. 67.

Isso se torna claro, quando Pe. Pedro Reginato na entrevista pergunta a Dona Desolina, se ninguém os havia incomodado por causa das terras, e essa na entrevista comenta:

Ninguém nos molestou, mas vimos brigas de outros. Uma noite, quando estávamos ainda alojados na República, eu vi um paraguaio que vinha entrando com a faca toda ensanguentada, e nervoso dizia pros que estavam por ali: “Hoje matei três cachorros, na cidade.”¹²⁷

Segundo a conclusão de Reginato e a entrevistada, o termo “três cachorros” utilizado pelo paraguaio significava que ele havia matado três pessoas naquele dia.

A partir do conteúdo dessas memórias de pessoas entrevistadas por Reginato, temos indícios de que essa harmonia em torno da terra não se sustenta, como a própria Dona Desolina afirma em sua fala. Nas terras do Oeste do Paraná, o interesse econômico das colonizadoras se sobrepôs numa articulação com o poder político, de modo que o governo do Estado do Paraná emitiu títulos duvidosos aos colonos que compravam as terras. Junto a esses problemas, somou-se a demora da justiça em resolver as pendências dos colonos que haviam perdido suas terras.

Para a autora Márcia Motta,¹²⁸ as pessoas recorrem para a decisão de abertura de um processo pelo fato de se sentirem impotentes diante daquele que as esbulham, ou seja, daqueles que retiram um bem considerado legítimo pela lei. “Desta forma, o autor de um processo pretende registrá-lo em sua forma legal, traduzi-lo para as normas presentes no arsenal jurídico existente”.¹²⁹

Segundo a referida autora, o fato da pessoa estar impossibilitada de fazer uso do seu direito faz com que ela escolha um advogado que a ajude reaver o bem que perdeu, diminuindo assim a sensação de injustiça. Por isso a importância de se escolher um bom advogado.¹³⁰

Devido ao fato do processo em análise encontrar-se datilografado, existem algumas partes de frases que estão um pouco apagadas, o que acabou dificultando

¹²⁷ Ibidem, p. 66.

¹²⁸ MOTTA, Márcia. Op. Cit., p. 97.

¹²⁹ Ibidem, p. 97.

¹³⁰ Ibidem, p. 97.

um pouco a análise. O autor Alaercio Freitag, utilizou o mesmo processo em sua pesquisa “Dai a César o que é de César...”: um caso de litígio pela terra em Terra Roxa - PR (1953-1962)”, e trabalhou com alguns trechos, facilitando o entendimento do processo. Diante disso, com base na análise da petição que se encontra no conjunto do processo de Manutenção de Posse que a Sociedade Vicente Pallotti instaurou contra Sabino Pergentino Delai, observa-se que o advogado da SVP começou a trabalhar na hipótese de que o réu Sabino praticou a turbação de posse, com o objetivo de apoderar-se das terras da Autora impedindo a mesma de utilizá-la.¹³¹

Neste sentido, Sabino era visto como um posseiro pelo fato de apossar-se de terras que não eram dele. Para Márcia Motta, a ideia de que os posseiros agiam de má fé, implicava não serem reconhecidos pela lei como tendo direito à posse da terra. De uma maneira geral, o que acontecia em casos de conflitos pela terra, era que o possuidor “era senhor dela enquanto não se provasse o contrário, os fazendeiros conseguiam expulsar os pequenos posseiros dentro das normas exigidas pelo Direito. Eles abriam um processo, conseguiam um auto de embargo a partir do depoimento de suas testemunhas e livravam-se da incômoda presença dos invasores”.¹³²

Neste caso em específico, o possuidor das terras não era um fazendeiro, mas sim a SVP, composta por padres palotinos que no período da chamada colonização de Palotina, estavam envolvidos no processo da venda de terras em parceria com a empresa colonizadora Pinho e Terras. O fato é que as provas testemunhais eram favoráveis à Sociedade, e o juiz finaliza dando ganho de causa a ela, pois a mesma tinha o domínio do imóvel. Sendo assim, pelo entendimento dos tribunais, não se poderia julgar a posse à favor daquele a quem não pertence o domínio.

A exemplo do que verificou em seu estudo Márcia Motta, o direito dos pequenos posseiros não era entendido como um direito. No âmbito jurídico, os argumentos dos advogados dos fazendeiros (neste caso, da SVP) não eram ilegais,

¹³¹ FREITAG, Alaercio. “Dai a César o que é de César...” Op. Cit., p. 37.

¹³² MOTTA, Márcia. Op. Cit., p. 101.

porém de uma certa forma, acabava por excluir os que já estavam se sentindo injustiçados, como foi o caso de Sabino.¹³³ Diante disso:

Nada é menos natural do que a “necessidade jurídica”, ou, o que significa o mesmo, o sentimento de injustiça que pode levar a recorrer aos serviços de um profissional: é sabido, com efeito, que a sensibilidade à injustiça não está uniformemente espalhada e que depende estreitamente da posição ocupada no espaço social.¹³⁴

O fato dos fazendeiros praticarem a posse da terra, fazia com que os demais também reconhecessem que de fato poderiam exercer o seu direito sobre a terra através da ocupação, ou seja, um “direito vivido”.¹³⁵

Neste sentido, tendo como referência as reflexões da autora¹³⁶, a existência do sentimento de injustiça sofrida por Sabino e pelos posseiros de uma maneira geral, não era nenhuma abstração em relação ao seu direito sobre a terra. Para eles, o direito à terra fazia parte da sua luta pela sobrevivência, do seu dia a dia, do empenho dedicado a derrubada da mata, construção da casa e demais infraestruturas para a produção, quando ainda não havia moradia fixada. Classificá-los como invasores que agiam de má fé, era uma forma de terem os seus direitos negados, permanecendo sempre abaixo dos fazendeiros, ou, nesse caso, abaixo da Sociedade Vicente Pallotti.

Os pequenos posseiros representavam uma ameaça às supostas terras dos fazendeiros. No caso específico de Sabino Pergentino Delai, este significava uma ameaça aos limites de área à Sociedade Vicente Pallotti, o que impunha um esforço dela para impedir que os posseiros, assim como Sabino, viessem, de fato e de direito, a ocupar uma pequena parcela da terra. Assim, a recorrência a Justiça se tornou um meio para buscar a solução do problema fundiário.

A área em disputa localiza-se no atual município de Terra Roxa, local onde havia a ocupação de uma área que recebia o nome de Gleba Maracaju. A atividade

¹³³ Ibidem, p.101.

¹³⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico, memória e sociedade*. Op. Cit., p. 231-232.

¹³⁵ MOTTA, Márcia. Op. Cit., p. 102.

¹³⁶ Ibidem, p.110-111.

econômica de região era a extração da madeira e erva-mate. Com o tempo, a prática desta atividade foi entrando em declínio, por causa do aumento da produção da erva-mate que estava sendo produzida na Argentina, bem como a cobrança de impostos sobre o produto brasileiro nos períodos de 1920 e 1930, assunto este trabalhado por Wachowicz.¹³⁷

Para Colodel, nos anos iniciais da colonização a vida econômica da região baseava-se no eixo fluvial exercido no Rio Paraná. Isto ocorreu devido à ausência de transporte terrestre. A extração de madeira passa então a se consolidar devido a queda da erva-mate. Desta forma, a madeira passou a ser considerada a principal atividade econômica, tendo como destino Rosário, em território argentino ou para São Paulo.¹³⁸

A Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural – CODAL, através dessa via, transportava equipamentos que mais tarde seriam utilizados na colonização da Gleba Maracaju, no atual município de Terra Roxa. Muitas firmas se instalaram fazendo a parte de instalação, armazenamento e embarcação de madeira ao longo do rio Paraná por meio de jangadas em direção à Argentina.¹³⁹

A colonização almejada perspectivava a recriação dos modos de viver dos agricultores que viveram nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com a vinda desses migrantes, o desmatamento já era uma realidade crescente pela retirada da madeira nas áreas que eram vendidas para os colonos.¹⁴⁰ A indústria madeireira pertencia às próprias colonizadoras e eram elas que realizavam a extração da madeira.

No Paraná¹⁴¹ na década de 1950, somente havia o município de Foz do Iguaçu, do qual faziam parte os núcleos urbanos de Cascavel, Catanduvas, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Medianeira e Matelândia. Havia ainda as vilas de Céu Azul, Corbélia, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Palotina, São Miguel

¹³⁷ WACHOWICZ, 1987, p. 157-159, apud, FREITAG, Alaercio, 2007, p. 25.

¹³⁸ COLODEL, José Augusto. *Matelândia & história e contexto*. Cascavel: Editora Assoest, 1992, p. 260.

¹³⁹ FREITAG, Alaercio. *“Dai a César o que é de César...”* Op. Cit., p. 25-26.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 26.

¹⁴¹ Ibidem, p. 27.

do Iguaçu e Terra Roxa que, ao longo da década de 1960 iriam alcançar a autonomia municipal.

A seguir, temos uma figura ilustrativa ampliada das mesorregiões geográficas, mais especificamente da região Oeste do Paraná. Nesta ilustração, temos a área total do município de Guaíra, com destaque para as linhas de divisa dos municípios emancipados, entre eles Terra Roxa e Palotina, área em que ocorre o estudo de caso do litígio das terras entre a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai.



FIGURA 6. Município de Guaíra.

Fonte: www.ipardes.gov.br - Mesorregiões Geográficas (IBGE) – Paraná.

Como a pesquisa tem relação com o município de Guaíra, pelo fato de possuir duas vilas que também fizeram parte do processo (atual município de Palotina e Terra Roxa), achamos importante dar algumas informações a respeito da sua formação inicial. O município de Guaíra foi criado na primeira metade do século XX. Pertenceu por volta de 50 anos, à Companhia Mate Laranjeiras. A atual cidade, constituiu-se através da Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951. A população do município era de aproximadamente 2.400 habitantes e contava com três aglomerados urbanos ou vilas, como Nova Maripá, Palotina e Terra Roxa do Oeste.

Sobre as terras localizadas no Oeste do Paraná, Sabrina Brüne¹⁴² afirma que os colonos adquiriram terras onde os títulos de propriedade não eram confiáveis estando até mesmo sobrepostos. Isto se deu devido ao único interesse das colonizadoras e do Estado em apenas visar a lucratividade. O resultado disso, é que depois de comprada a terra, os colonos tiveram que lidar com a violência e viver sobre constantes ameaças tanto de perderem suas terras, quanto de morte. Os assassinatos fizeram parte deste processo de disputas pela terra nesta área de fronteira.

Além disso, somam-se a estes problemas a falta da aplicação de leis, juntamente com a corrupção de funcionários do próprio Estado do Paraná, resultando em um cenário de coerção dos pequenos em favorecimento dos mais poderosos.¹⁴³ Com relação ao município de Palotina, pode-se perceber que mesmo que os conflitos agrários se fizessem presentes na história do município, os escritores do período, como no caso do memorialista Pe. Pedro Reginato, preferiram não dar visibilidade para os relatos de violência em torno da terra.

Um dos motivos é que se tratava de um livro que tinha como interesse contar a história da cidade, dando ênfase aos aspectos da vinda do colono, de suas dificuldades, que ao longo do tempo foram sendo superadas. Ou seja, não era do interesse do memorialista mergulhar a fundo nas histórias marcadas pelos momentos de insegurança vividos pelos colonos palotinenses.

Não se pode negar que o livro de Reginato nos forneceu pistas de que houve confrontos em torno da terra, e sem dúvidas, as disputas pela posse da terra e os problemas litigiosos interferiram não apenas no desenvolvimento econômico e no mapa do município e da região, mas também moldaram a vida da população que vivenciou os confrontos.

Quando se recorre a violência para resolver os problemas em relação à terra, é possível notar as diferentes relações sociais que permeiam os conflitos agrários. Márcia Motta em seu livro intitulado “Nas fronteiras do poder”, aborda o processo de expropriação da terra, procurando narrar as experiências dos sujeitos no período

¹⁴² BRÜNE, Sabrina. Op. Cit., p. 13-14.

¹⁴³ Ibidem, p. 14.

Imperial. A autora analisa um conflito de terras ocorrido em Paraíba do Sul no ano de 1837, envolvendo um fazendeiro e três posseiros. Para isso, ela utiliza o processo judicial, além de registros paroquiais de terras.

Para ela, os atos de violência evidenciam que, geralmente, são conflitos antigos que se arrastam por muitos anos, e que já se buscaram outras formas de se resolver que não fosse apenas por meio da violência física ou da justiça. Muitos destes conflitos se tornavam públicos, ou seja, a redondeza ou até mesmo a cidade tomava conhecimento de tal situação, pois os envolvidos estavam sempre em constantes provocações e ameaças¹⁴⁴, é o que verificamos na disputa entre a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai, a qual nos deteremos na segunda parte deste capítulo.

No tocante aos conflitos na região de Palotina, envolvendo os agricultores titulados e o governo, é preciso observar que no ano de 1958 formou-se uma comissão que juntamente com o Governador tentou mediar uma negociação entre as partes para se chegar a um acordo:

Integrada pelo Sr. Prefeito de Guaíra, Pe. Vigário, Sr. Helmuth Grulich, Waldemar Empinotti e mais 3 vereadores vão à Curitiba para entrar em entendimento como o Exmo. Governador pelas 11:30 hs. Do dia 1º de abril. Além do Sr. Governador, estavam presentes o Diretor do Departamento de Terras do Estado, Sr. Hugo Vieira. Principal responsável dos enguiços de terras, Dr. Ruy Gandara, Deputado Lustosa, Rafael Resende.¹⁴⁵

A citação anterior utiliza o termo “enguiços de terras” para se referir ao obstáculo vivenciado pelos agricultores que não estavam tendo seus títulos reconhecidos pelo Estado. Neste caso, o responsável por resolver esses “enguiços” seria o Dr. Ruy Gandara.

Na reunião feita para mediar a situação, o governo faz a afirmação de que a colonizadora de fato tomou posse das terras devolutas. Diante disso, o governo se

¹⁴⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, 1998.

¹⁴⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 26, apud FREITAG, Alaercio, 2011, p. 26.

propôs a reconhecer os contratos lançados de forma indevida pela colonizadora Pinho e Terras. Além disso, prometeram que fariam a doação de uma área de 10 alqueires para as famílias necessitadas, promessa esta que não se cumpriu, aumentando ainda mais a desconfiança da população.¹⁴⁶

Vemos que o Livro Tombo nos revela os conflitos que ocorreram entre os titulados e o governo, conflitos estes que foram fornecidos em forma de pistas no livro do memorialista Pe. Pedro Reginato. O memorialista não negou que de fato houve conflitos em torno da terra, ao contrário, afirmou a existência de tais conflitos, mas esta não era sua intenção ao escrever o livro, e sim, contar uma história do município com a intenção de evidenciar certos aspectos da colonização.

Dando continuidade ao conflito, no dia 05 de julho de 1955, cerca de 80 agentes da polícia militar efetuaram a prisão dos guardas florestais no município de Palotina. No total foram 11 presos e muitas pessoas mortas e feridas. Como o trecho do Livro Tombo nos informa:

Desde os primeiros dias da entrada da força policial, os titulados do governo protegidos pelos policiais já queriam medir suas terras. Curioso! Recebiam os títulos, como se tivessem posse e as terras demarcadas agora querem contornar a situação e tapear as leis. Mas (...) infeliz Paraná em questões de terras tudo é possível. Está implantado em Palotina a grande batalha: Entre o Direito e a força bruta! Não poderá prevalecer o direito da força, mas é muito de temer de que por algum tempo isto aconteça para nossa maior vergonha.¹⁴⁷

Temos ainda outros exemplos de violência que se passaram em Palotina, mas que foi do conhecimento de poucas pessoas, talvez somente daquelas que vivenciaram o momento. A violência ainda permaneceu por parte dos jagunços, a mando dos titulados pelo governo do Estado. Os jagunços cercaram a família do Sr. Ângelo Bilibio, ofertando a eles o prazo de 24 horas para que saíssem do local. Mas o Sr. Ângelo consegue se comunicar com o comandante do exército de Guaíra que rapidamente atendeu o pedido chegando ao local e desarmando todos os jagunços que estavam ameaçando a família. Mesmo assim, por conta das ameaças que ainda

¹⁴⁶ FREITAG, Alaercio. *Os padres palotinos nas fronteiras do sagrado*. Op. Cit., p. 26.

¹⁴⁷ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 32, apud FREITAG, Alaercio, 2011, p. 27.

continuaram, a família acabou se retirando do local.¹⁴⁸ Neste caso, vemos que por mais que o conflito foi “acalmado” de imediato, ele não teve uma resolução, pois a família ainda sofria constantes ameaças, e o medo a impediu de permanecer no mesmo lugar.

Neste sentido, vemos que casos como esses eram comuns desde o período de 1816. Márcia Motta traz um relato sobre uma viagem de Saint Hilaire pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas, entre 1816 à 1822, onde ele registra um processo de ocupação de terras em Paraíba do Sul. De acordo com o viajante:

Para evitar os incômodos das passagens contínuas, esses proprietários se fixam a alguma distância do caminho; fazem vender o milho por homens de poucos recursos, e, embora não possam cultivar senão uma porção de terrenos infinitamente pequena, dificilmente toleram que outros aí se venham estabelecer. Já tem sucedido que gente pobre e sem asilo levante choupanas sobre terras incultas e que pareciam desprezadas pelos proprietários; esses, porém, destroem essas miseráveis moradas. Às vezes, é verdade, eles permitem a um protegido, um compadre, fixar-se à margem da estrada, e não exigem nenhuma retribuição. Se, entretanto, o agregado, é o nome que se dá ao colono a quem é permitido estabelecer-se por esse modo, nas terras de outro; se o agregado, digo, não presta ao proprietário todas as homenagens que este exige, corre o risco de ser expulso, e proprietários houve que mandaram atear fogo à casa de seus agregados.¹⁴⁹

Neste caso, temos um exemplo de posseiros que ocupam uma determinada área de terras que aparentemente parecia estar desprezada pelo proprietário, e estes, ao saberem do ocorrido vão até o local ocupado e destruindo qualquer vestígio de moradia e/ou plantação. Já, no caso envolvendo o litígio de terras entre a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai, se aproxima do relato de Márcia Motta, pois Sabino tomou posse de uma área que parecia estar “desprezada”, mas que de fato era pertencente a Sociedade dos padres.

Ainda sobre o caso da violência exercida nos conflitos agrários, ocorreu uma tentativa de assassinato de um médico chamado Osvaldo Silveira, líder da população. Seu amigo chamado Percival M. de Lima, intervêm e o amigo acaba

¹⁴⁸ FREITAG, Alaercio. *Os padres palotinos nas fronteiras do sagrado*. Op. Cit., p. 27.

¹⁴⁹ MOTTA, Márcia. Op. Cit., p. 39.

sendo salvo, mas o mesmo acaba morrendo em confronto contra dois jagunços. Diante destes confrontos, o Pe. Rafael Pivetta e a população realizam um abaixo assinado. A carta abaixo é escrita pelo vigário que diz:

Dr. Lustosa de Oliveira 22-6-1959

Como prova da angustiante situação de Palotina é a carta que o Pe. Vigário escreveu em data de 22 de junho de 1955 ao Dr. Lustosa de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça do Paraná.

“Exmo. Sr. Dr. Lustosa de Oliveira. Os. Secretário do Interior e Justiça.”

Curitiba - Pr L.J.

Antes de mais nada quero congratular-me com V. Excia. pelo alto e importantíssimo cargo com que foi designado.

O censo de retidão e de responsabilidade que foi sempre o apanágio de sua pessoa será a garantia de que fará um grande bem no posto que ocupa.

Na certeza pois, que o ilustre amigo se interessará por Palotina, como já deu sobejas provas no passado é que mais uma vez venho apelar aos nobres sentimentos de V. Excia.

Esta alternativa de esperanças e desenganos, como uma espécie de guerra fria, que por mais de um ano estamos sofrendo, estaria já no seu tempo de terminar. Bem sabe V. Excia., que nisto tudo os colonos não tem culpa alguma; eles adquiriram as terras de boa fé; com muito sacrifício e muita economia. Esbulhá-los do que lhes custou tanto seria um dos pecados que (...) contra o céu. Apesar de tudo a consideração que merece uma autoridade legitimamente constituída, contudo forçoso é reconhecer que este ato do governo de emitir títulos de propriedade sem os requisitos legais como sejam; Posse e demarcação sobre áreas já compromissadas e em pleno desenvolvimento foi um erro muito grave. Este erro deve ser sanado o quanto antes, para que volte a Palotina aquela tranquilidade de que precisa e que merece. Errar diz Sto. Agostinho, é humano; perseverar no erro é diabólico.”

V. Excia., por certo, não ignora de que os portadores de Títulos do D.G.T.C. teimam por todos os meios lícitos e ilícitos, tomar conta das terras que são dos colonos, e isto é tanto mais grave, quanto a própria polícia militar se presta para este fim ignóbil.

Para Palotina existe uma única solução justa; é aquela que o próprio governador do Estado admitiu perante comissão que esteve no Palácio em 1º de abril de 1958 e que depois proclamou publicamente, de quando de sua visita inesperada aqui, que o Sr. Ruy Gandara mais vezes confirmou, e que V. Excia. mesmo reconheceu ser a única e justa, isto é que seriam respeitados os contratos de todos os compradores de boa fé.

Por esta solução justa e humana é que venho apelar ao seu elevado espírito patriótico e ao seu amor sincero e leal ao Paraná.

Pedindo a Deus lugar para V. Excia. no seu elevado, espinhoso e importantíssimo cargo, desde agora lhe fico muito grato por tudo o que fez e que ainda fará por nós.

Atenciosamente.

Pe. Rafael Pivetta. S.A.C.

Vigário de Palotina.¹⁵⁰

Nota-se a preocupação de Pe. Rafael em resolver a situação dos colonos que tiveram problemas com a titulação das terras, e que segundo ele estava sofrendo devido às incertezas “esta alternativa de esperanças e desenganos, como uma espécie de guerra fria, que por mais de um ano estamos sofrendo, estaria já no seu tempo de terminar”. Reforça, ainda na carta, o erro cometido pelo governo ao emitir os títulos de propriedade “posse e demarcação sobre áreas já compromissadas e em pleno desenvolvimento foi um erro muito grave”, exigindo que o erro deveria ser reparado com urgência.

Embora o assunto trabalhado até aqui partisse de uma área em litígio entre agricultores que adquiriram a propriedade via colonizadora e o governo do Estado do Paraná no município de Palotina, sentiu-se a necessidade de mostrar que tanto na região de Palotina quanto em outras localidades do Oeste, ou mais especificamente, a gleba 06 da Serra Maracaju, gleba pertencente ao atual município de Terra Roxa que será o assunto abordado a seguir, ocorreu algum tipo de disputa pela terra.

A disputa ocorrida analisada nesta pesquisa, se deu no atual município de Terra Roxa e envolveu a Sociedade Vicente Pallotti, a qual os padres faziam parte, sendo que os mesmos eram moradores da vila de Palotina. Além dos religiosos, a disputa pela terra envolveu um morador de Guaíra, chamado Sabino Pergentino Delai, que como veremos mais adiante, ocupou parte das terras que os padres palotinos diziam ser os donos.

¹⁵⁰ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, p. 43, apud FREITAG, Alaercio, 2011, p. 27-28.

2.2 O conflito entre a Sociedade Vicente Pallotti e Sabino Pergentino Delai

Na sequência, faremos o uso do processo judicial envolvendo os padres palotinos e Sabino Pergentino Delai. Para conseguirmos ter acesso ao processo, a informação era de que este estaria no DNP (Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa) de Toledo. Mas ao chegar ao local, constatamos que o mesmo não se encontrava mais lá. Como este processo era uma das fontes essenciais para dar andamento à pesquisa, entramos em contato com Alaercio da Costa Freitag que nos forneceu uma cópia do mesmo, pois já havia trabalhado com o processo em um de seus trabalhos acadêmicos.

O processo judicial instaurado pela Sociedade Vicente Pallotti contra Sabino Pergentino Delai iniciou-se em 28 de março de 1956. Este processo é composto por uma petição, elaborada por Pécimo Chiareto, advogado da Sociedade. Na petição encontram-se informações do histórico dominial efetuado na área que foi ocupada por Sabino, além de conter documentos para a comprovação de posse da SVP.

O documento conta ainda com os depoimentos das testemunhas de ambas as partes: o prefeito de Guaíra Sr. Celino Rocha de Araújo, o funcionário público Walter Machado Barbosa e o carpinteiro Arnaldo Dalla Costa. Percebe-se o grau de importância de uma das testemunhas em favor da Sociedade dos padres que também tinham grande peso no processo pelo fato de serem religiosos.

De outro lado temos em defesa de Sabino o advogado Odilon Reinhardt, que efetua uma contestação contra a Sociedade dos padres, trazendo argumentos que comprovassem a antiga posse de Sabino na área. Há também, em defesa de Sabino Pergentino Delai, o depoimento das testemunhas: o comerciante Arnaldo Back, o lavrador José Jorge Leite, e o também comerciante Domingos De Nadai.

Na composição do processo, há um apontamento que acreditamos ser importante ressaltar com relação ao advogado, que atuava em defesa de Sabino:

É fato público e notório, tanto na Comarca de Cascavel, como nesta Comarca, que o Bacharel, ressalte-se Bacharel ODILON DAMASO CORREIA REINHARDT, não está devidamente inscrito na Seção da

União, da Ordem dos Advogados do Brasil, uma vez que de tempos deixou de entrar com petições na Comarca, vizinha, de Cascavel, por ter conhecimento o MM. Juiz de sua situação irregular. No caso em foco, teve o atrevimento de substabelecer a procuração que lhe foi outorgada, a um BACHAREL DEVIDAMENTE INSCRITO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.¹⁵¹

Vemos que o advogado Odilon não estava inscrito na OAB, surgindo então a necessidade de Sabino ter que mudar de defensor. Neste sentido, quem assume a causa é José Geraldo de Andrade. A Sociedade Vicente Pallotti por meio de seu advogado faz uma contestação, trazendo vários elementos, mas, por conter partes longas, achamos necessário contemplar apenas alguns trechos:

A SOCIEDADE VICENTE PALLOTTI por seu procurador e advogado vem em cumprimento ao respeitável despacho de V. Exc. (...) que move contra PERGENTO DELAI, ou PARIGENTO DELAI, ou ainda PERGENTINO DELLAI, e atualmente SABINO PERGENTINO DELAI, impugnar dentro de um prazo legal, a contestação do mesmo, no que passa a expor, para no final requerer o que segue:

Quanto a procuração de fls. 31 e seu mandatário.

É fato público e notório, que o mandatário da procuração constante de fls. 31, dos Autos, não está devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (...). Segundo os mais rígidos princípios de nossas leis, são nulos de pleno direito e portanto insuscetíveis de ratificação ao atos praticados por alguém que não esteja legalmente habilitado para a prática de atos forenses.

(...)

Quanto à rasura nos documentos de fls. 12, 20 e 21.

Num requinte de maldade, má fé e desrespeito tiveram o réu a ousadia de “rasurar”, o mapa entranhado nos Autos pela Autora, bem como, mostrando ainda maior desrespeito à máxima autoridade da Comarca, atreveu-se a “rabiscar” com berrantes traços vermelhos os depoimentos das testemunhas que se veem as fls. 20 e 21 dos Autos.

(...)

Das infantis, graciosas, ridículas e pueris alegações ali expostas, não conseguiu o Réu, nem sequer provar que de fato se chama SABINO PERGENTINO DELAI, pois que, em três vezes que afirmou seu nome nos Autos, as três vezes o fez de modo diferente, ora Pergento, ora Pergentino e ora Sabino Pergentino.¹⁵²

(...)

Que sejam declarados nulos os atos praticados pelo Réu no presente processo, em virtude de o mandatário da procuração de fls. 31 como faz o incluso documento incontestável não está legalmente habilitado

¹⁵¹ AUTOS de Manutenção de Posse reg. A fls 1 do livro nº 2 sob o nº 43/60, autuação dia 28 de março de 1956, p. 61.

para procurar em juízo, e, não poderá este exhibir a prova exigida pelos artigos 20 e 21, do Decreto 20.784, de 14 de dezembro de 1931.

Note-se ainda que a inscrição por ele alegada NÚMERO SETECENTOS E OITENTA E TRÊS (783), da secção do Paraná é fria, pois de a muito caducou. Que a contestação por ser nula de pleno direito seja desentranhada dos autos mediante recibo do Réu.¹⁵³

Por meio da análise deste trecho da contestação, feita por Pércimo Chiaretto, advogado da Sociedade, vemos que ele tentou desqualificar tanto Sabino quanto seu advogado Odilon Reinhardt, alegando que o Réu “não conseguira nem sequer provar que de fato se chama SABINO PERGENTINO DELAI”. Somando-se a isso, temos outros dois elementos utilizados pelo advogado dos padres, como o fato de Odilon não estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil e o fato do mesmo ter rasurado o mapa, além de “rabiscar com berrantes traços vermelhos os depoimentos das testemunhas”.

O estudo de caso deste processo judicial vem no sentido de contrapor o discurso regional que relata uma ocupação harmoniosa e progressista, e acaba por construir um discurso regional que silencia o conflito pela terra e enaltece o imigrante trabalhador. Isto faz com que se construa uma certa visão acerca da colonização, como se ela tivesse ocorrido sem nenhum tipo de conflito. Os processos judiciais são fontes importantes para o conhecimento do passado. Eles nos revelam, entre outras questões,

(...) sobre os dados e informações a respeito do que os homens e mulheres fizeram ou deixaram de fazer, sobre a história e as transformações ocorridas ao longo do tempo. A documentação torna-se, nesta medida, um patrimônio público insubstituível porque são fontes originais das ações político-administrativo, antropológico-culturais, sociais, econômicas e mentais de uma sociedade. Os processos são registros de práticas adotadas. Permitem a desconstrução do passado, o reconhecimento das diferenças que o passado acaba por revelar, as normas e os valores sociais instituídos em seus diferentes contextos, as relações cotidianas estabelecidas entre os gêneros, às normas e regras de conduta social, assim como o seu contrário.¹⁵⁴

¹⁵³ Ibidem, p. 36 à 53.

¹⁵⁴ CAMPOS. Paulo Fernandes de Souza. *A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário*. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, v. 4, n. 1, 2001. p. 42-43. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 16 fev. 2018. (2001, p. 42-43).

Neste sentido, este capítulo analisa um caso de conflito pela posse da terra que, como já foi comentado em outros parágrafos, ocorreu no atual município de Terra Roxa, localizado na região Oeste do Paraná, durante a colonização dirigida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI). A área em questão trata-se de uma ocupação chamada Gleba Maracaju. Este processo ocorreu entre a Sociedade Vicente Pallotti, da qual faziam parte os padres palotinos, e Sabino Pergentino Delai, colono que conforme os padres afirmaram, tomou posse de parte das terras pertencentes a eles. Consta que desde o início do mês de fevereiro de 1956,

(...), por estas bandas o Pe. Hilário Cervo foi encarregado pelos superiores para solucionar o caso do assim chamado “grilo” do Pe. Borin. É uma gleba de 100 alqueires que até hoje não pode ser legalizada. Aproveitando-se desta circunstância um tal Pergento Delai abriu uma posse. Sendo impossível a retirada do intruso por meios normais, recorreu-se a justiça. Assim, a 2 de abril de 1960. Houve o despejo judicial do Sr. Pergento Delai. Mas o mesmo está querendo mover ação de reintegração de posse. Vamos esperar o que vai dar o célebre “grilo” do Pe. Hermogênio.¹⁵⁵

Conforme o trecho acima, a abertura do processo se deu devido a possível dificuldade encontrada pelos padres de “retirada do intruso por meios normais”, devido à isso, a SVP resolve abrir um processo contra Sabino. O Pe. Hermogênio Borin, foi um dos principais padres responsáveis pelo auxílio no processo de colonização, responsável por trazer para Palotina os futuros compradores de terras. Ele também foi representante da Sociedade Vicente Pallotti no referido conflito.

O caso da grilagem foi corriqueiro no processo de ocupação da terras no Oeste do Paraná. A grilagem desdobrava-se, não raras vezes, em diversas disputas e diferentes formas de violência, nas quais figuram como conflitantes o posseiro e as companhias colonizadoras e seu aparato, como a contratação de jagunços, e geralmente, com a conivência ou apoio de esferas do poder público.

O termo grilagem foi elaborado no sentido de expressar a utilização de uma técnica que consistia em colocar os documentos em uma caixa ou gaveta com grilos. Estes, passados alguns dias, soltavam uma substância que deixavam os papéis com

¹⁵⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954-1970, p. 67-68, apud: FREITAG, Alaercio, 2007, p. 08.

uma coloração amarelada, o que dava a entender que os documentos eram de fato muito antigos. Esta era a forma empregada para a falsificação dos documentos.

Para se fazer uma análise deste litígio, optamos por citações extensas que elencam passagens do processo, com a finalidade de abordar as argumentações jurídicas apresentadas pelos advogados de ambas as partes. Com relação ao processo, como já foi dito, é importante lembrar que por se tratar de uma fonte escrita com máquina de escrever, o mesmo encontrava-se com alguns trechos quase totalmente apagados por conta do tempo. O mesmo vale para as imagens contidas no processo. Neste caso, mesmo tendo acesso ao processo, encontramos trechos do mesmo descrito na monografia já citada de Alaercio da Costa Freitag¹⁵⁶, que utiliza em sua pesquisa o mesmo processo litigioso.

Como apontamos em outros parágrafos, conforme Marin, a Sociedade Vicente Pallotti, chega ao Brasil por meio de um pedido da comunidade do Vale Vêneto, no Rio Grande do Sul:

Comunidade em Vale Vêneto, em conjunto com lideranças em 1884 envia representantes a Roma para que trouxessem novos padres. De 1884 a 1886, ano que chegaram os padres da Pia Sociedade das Missões (palotinos), se prontifica a enviar sacerdotes de acordo com as instruções da Santa Sé de atendimento religioso aos emigrantes e de romanizar o catolicismo no Brasil. (...) Em 24 de julho de 1886, chegaram em Vale Vêneto os padres palotinos de origem alemã, Jacob Pfanendler e Francisco Xavier Schuster erigindo a missão brasileira. (...) Em 1919, por ocasião do capítulo geral em Roma da Congregação, houve a divisão entre ambos.¹⁵⁷

A atuação dos palotinos não se deu apenas no campo religioso, mas também na compra e venda de terras. Estes recebiam uma comissão da colonizadora Pinho e Terras Ltda., que era proporcional ao número de colonos que traziam para a compra de terras. Mas, também compraram terras para expandir sua atuação religiosa, com a construção de seminários e paróquias. Nesta direção, a Sociedade

¹⁵⁶ FREITAG, Alaercio da Costa. *"Dai a César o que é de César..."*: um caso de litígio pela terra em Terra Roxa-PR (1953-1962). Marechal Cândido Rondon, 2007. 84 p.

¹⁵⁷ MARIN, 1993, p. 129-131, apud FREITAG, Alaercio, 2007, p. 32.

Vicente Pallotti conseguiu, por meio de doação de Ruy de Castro, duas áreas, totalizando em 782,29 hectares.

Esta assistência espiritual foi um dos maiores motivos de venda e lucratividade com a terra, como nos mostra o Livro Tombo:

Obtida a devida licença de D. Manoel, chegava em fins de junho de mil novecentos e cinquenta e quatro em Palotina o Primeiro Sacerdote na pessoa do Pe. Rafael Pivetta da S.A.C., o contentamento daqueles primeiros imigrantes foi grande e não foi maior a sua surpresa, pois não podiam crer que fosse destacado um sacerdote para atender a eles quando havia muitos outros lugares com muito mais gente e mais antigas. Mas havia a promessa dos Superiores da S.A.C. de atender desde logo aos imigrantes de Palotina.¹⁵⁸

As três vilas como Palotina, Terra Roxa e Nova Maripá, começaram a receber muitas famílias nesta área, o que aumentou o número de colonos na região. E é nesta condição de representação política e religiosa que a Sociedade Vicente Pallotti possuía regionalmente, que se tem início o litígio contra Sabino Pergentino Delai, em 28 de março de 1956.

2.3 Discursos dos advogados e testemunhas

A instauração do processo de manutenção de posse ocorreu por iniciativa da Sociedade Vicente Pallotti. O trecho abaixo trata da petição inicial feita pelo advogado da SVP, Pércimo Chiaretto. Para se ter um melhor entendimento, achamos necessário citar a petição que foi encaminhada para o juiz da Comarca de Toledo:

I – Que há muito OFÉLIA MONTEIRO, HERCULANO MONTEIRO DE SARACURA E JOSÉ SILVEIRA BUENO, vinham em nome da petionária, exercendo posse mansa e pacífica dos lotes números quarenta e seis, cinquenta e seis e sessenta e um da gleba número

¹⁵⁸ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954-1970, p. 08, apud FREITAG, Alaercio, 2007, p. 34.

seis, da colônia “C” Serra de Maracaju, município de Guayra, desta comarca;

II – Que em data de treze de janeiro do ano de um mil novecentos e cinquenta e oito, os citados OFÉLIA MONTEIRO, HERCULANO MONTEIRO SARACURA e JOSÉ SILVEIRA BUENO para evitar futuros contratempos, cederam e transferiram seus direitos possessórias à petionária, pois em nome desta exerciam efetivamente a posse, sendo do lote número quarenta e seis, 17,6 hectares, do lote número cinquenta e seis, 110,10 hectares, isto é a totalidade, e do lote número sessenta e um (Nº 61), a área de 114,30 hectares, também a totalidade; (doc.2).

III – Que também, em data de vinte e oito (28) de fevereiro de um mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), a petionária solicitou ao Serviço De Patrimônio da União, o aforamento dos lotes acima mencionados, cujo requerimento foi protocolado sob nº 254, na Delegacia do Estado do Paraná; (doc. 03).

IV – Que, posteriormente, em data de vinte (20) de setembro do ano um mil novecentos e cinquenta e cinco (1955) a Petionária, como nessa época se divulgasse que as terras da chamada Serra de Maracaju fossem de propriedade da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a esta solicitou a cessão gratuita da área inerente aos lotes supra citados, cuja petição, na mesma data, foi protocolada sob nº 941/55; (doc).

V – Que sempre teve a petionária posse mansa, pacífica e incontestada na área de terras supra mencionada, procurando por todos os meios legaliza-la, afim de que consiga o título de propriedade, ou aforamento, como provam os inclusos documentos;

VI – Que como as terras situadas na “Serra de Maracaju”, são férteis e ótimas para cultura, sempre há quem a elas volte seus olhos, cheios de cobiça, procurando um meio para tornar-se proprietário;

VII – Que talvez levado por essa cobiça e pela má fé da qual é possuidor PERIGENTO DELAI resolveu intrusar parte do lote número cinquenta e seis (56), da colônia “C”, da 6ª parte, da Serra de Maracaju, justamente onde a petionária mantém posse há longo tempo, e, aí efetuou derrubadas, bem como, procurou a todo custo cultivá-la, o que em parte conseguiu;

VIII – Quer a turbação praticada pelo referido PERIGENTO DELAI iniciou-se em meados do mês de julho (7) do ano próximo passado, tendo destarte se apossado de parte do lote número cinquenta e seis (56) e parte do lote número sessenta e um (61), acima referidos, contra a vontade da petionária, e desde então o Réu aí continua, impedindo a autora o gozo de seus direitos;

IX – Que este intrusamento já se tornou fato público e notório, tendo sido inclusive constatado pelo Sr. Delegado de Polícia de Guayra. Que “in loco” verificou que efetivamente o Suplicado “efetuou cultura de milho e anteriormente derrubada.” (doc. 7). Não poderia de forma alguma, o réu ter intrusado a posse da suplicante, sob qualquer pretexto.

Assim turbando sua posse, o Suplicado trouxe a Autora sérios e graves prejuízos.¹⁵⁹

¹⁵⁹ AUTOS de Manutenção de Posse reg. A fls 1 do livro nº 2 sob o nº 43/60, autuação dia 28 de março de 1956, p. 02 a 04.

Através desta citação, vemos que o advogado da Sociedade afirma que o réu Sabino Pergentino Delai praticou a turbação de posse de uma área que a SVP comprou de Ofélia Monteiro, Herculano H. Monteiro e José S. Bueno. No fragmento é possível observar, o reconhecimento que de fato Sabino tentou tomar posse da terra, pois “este intrusamento já se tornou fato público e notório” e ainda, que o “suplicado efetuou cultura de milho e anteriormente derrubada”.

Neste sentido, a Sociedade Vicente Pallotti ressalta que “já teria solicitado no Serviço de Patrimônio da União e posteriormente à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração a doação da área em questão, afirmando que possuía a posse mansa e pacífica incontestada”.¹⁶⁰

O argumento central da SVP é que Sabino abriu posse porque “as terras situadas na “Serra de Maracaju”, são férteis e ótimas para cultura” e, por isso ele as teria ocupado. O fato de serem férteis seria motivo suficiente para a prática da ocupação e por isso: “sempre há quem a elas volte seus olhos, cheios de cobiça, procurando um meio para tornar-se proprietário”. Além disso, é preciso salientar que há no argumento um elemento de desqualificação, sobretudo no uso do termo “cobiça”. Ou seja, o sujeito que é movido pela cobiça, quer se apossar de algo que é de outro, portanto, usurpador. Assim, a representação de ser um homem que cobiça, desqualifica desde logo Sabino como homem de bem, e de descumpridor das leis e, portanto, da propriedade privada.

Na mesma direção, tem-se o argumento da intrusão. O termo designa aquele que entra e ocupa sem ter permissão e direito. Portanto, desrespeitando a propriedade alheia. Segundo Westphalen, a intrusão é uma forma “ilícita de ocupação e posse da terra”. E, complementa, “sobretudo no povoamento do Oeste paranaense, são frequentemente encontrados intrusos, ilegalmente empossados em terras, de antigas concessões inexploradas”.¹⁶¹

Este termo atribui o sentido, no linguajar comum, de passar por cima das leis. Portanto, tratam-se, no seu conjunto, de representações desqualificadoras dos

¹⁶⁰ FREITAG, Alaercio. “*Dai a César o que é de César...*” Op. Cit., p. 37.

¹⁶¹ WESTPHALEN, Cecília. Op. Cit., p. 23.

sujeitos, neste caso de Sabino, que visam deslegitimar sua ação de ocupação e, ao mesmo tempo, garantir a posse da propriedade privada pela requerente.

Neste sentido, observamos a elaboração de representações da diferença, sua diferenciação com o outro, como uma forma de legitimação.¹⁶² Quem fala é o advogado alicerçado pela escolha de representações pejorativas e pela escolha cuidadosa dos depoentes, além do que, fala em nome da SVP. Segundo Márcia Menendes Motta, a presença dos adjetivos, que ferem a integridade moral nas petições iniciais, possuía um sentido jurídico que estava ligado à ideia do possuidor de má fé.

Se o possuidor sabe ou deve saber que o seu título é nulo ou incapaz de lhe dar a propriedade da coisa, é possuidor de má fé, bem como quando não tem título algum para possuir. A Lei presume possuidor de má fé aquele que tem em seu poder um instrumento repugnante à sua posse. A ignorância de direito não aproveita ao possuidor para colocar de boa fé a sua posse.¹⁶³

Não havendo a possibilidade em negar que o réu, no caso Sabino Pergentino Delai, era um posseiro, “só restava encaminhar os argumentos no sentido de provar que ele era de fato um possuidor de má fé, portanto, um possuidor cujo ato de ter a posse de algo feria os princípios básicos do Direito.” Neste caso, era comum encontrar nos processos “afirmações de que o pequeno posseiro era um invasor, um intruso nas terras de outrem”. O fato de ter “a derrubada de matas virgens, o cultivo de cereais e/ou a construção de uma pequena casa”, que foi o caso de Sabino, “os atos comprovadores do apossamento eram relegados a segundo plano, pois eles haviam sido feitos contra a própria noção da posse de boa fé, aquela que é feita mansa e pacificamente, ou seja, sem turbulência ou contestação de terceiros”.¹⁶⁴

Entretanto, verificamos nos argumentos do advogado da Sociedade Vicente Pallotti, na citação imediatamente anterior à acima, mais uma vez, o reconhecimento de que a ocupação, negativamente designada pela representação de “intrusamento”, seria de conhecimento “público e notório (...) tendo sido inclusive constatado pelo Sr.

¹⁶² Cf. CHAGAS, Mayara. Op. Cit., p. 22.

¹⁶³ Côrrea Telles, 1853, p. 91-92, apud MOTTA, Márcia, 1998, p. 100-101.

¹⁶⁴ MOTTA, Márcia. Op. Cit., p.101.

Delegado de Polícia de Guayra”. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que o Delegado “in loco” verificou que efetivamente o Suplicado “efetuou cultura de milho e anteriormente derrubada”. Mesmo assim, procura invalidar este fato, pois, em suas palavras, “não poderia de forma alguma, o réu ter intrusado a posse da suplicante, sob qualquer pretexto”. O que fica mais evidente ainda, em outra parte da argumentação do advogado.

O advogado informa que a turbação ocorreu em julho do ano anterior. Apesar da turbação, a SVP mantinha a área desde 1954. Abaixo o advogado da Sociedade procura defender que se trata de turbação, mas também se evidencia em seus argumentos, que houve efetivo cultivo na área.

Turbação e não esbulho é o que se constata no caso dos autos, eis que o autor não foi destituído da posse do imóvel, mas de parte dele (...) a privação parcial da posse constituirá turbação e não esbulho, porque esta supõe a completa impossibilidade do exercício da posse, a qual não se verifica quando a privação é total (...) Parece-me mais prático daí se concluir tudo quando não se constitua despojamento completo, isto é, impossibilidade total de dispor da coisa conforme essa determinação, mas apenas limitativo, coator, violento, ameaçador, que apenas inquieta a vontade do possuidor ou impossibilita o exercício do réu, digo, direito, é sempre turbação direta ou indireta, positiva ou negativa. A ideia de reintegrar pressupõe a perda do que se teve ou a ação correspondente ao interdito romano “recuperandae possessionis.

(...) Por aí, claramente pode-se verificar que a ação correspondente ao caso presente é de manutenção de posse, uma vez que não houve perda total da mesma. (...) Houve a turbação efetuada pelo réu, uma vez que invadiu uma área de terras de posse da petionária, aí fez derrubadas e plantação. (...) Tão somente o simples fato de ter o réu feito derrubadas e plantação em posse alheia implica a turbação, e, portanto contra ele cabe perfeitamente a presente ação com a expedição de mandado de manutenção liminarmente.

Cremos também que ficou suficientemente provada a posse da Autora, pois que ela aí se fixou no ano de um mil novecentos e cinquenta e quatro, bem como aí mantém posse apesar de turbada. É a própria lei, bem como a jurisprudência uniforme de nossos tribunais, quem diz que aquele que for turbado de sua posse tem o direito de nela ser restituído (...), posto que turbação tem data de menos de ano e dia.

(...) Feita a manutenção e lavrados os autos de estilo, seja, o turbador intimado da referida manutenção ao mesmo tempo citado para responder ao termos da presente ação possessória, conjuntamente com sua mulher, se casado for, até final julgamento e sentença, ficando cientes de que o prazo para a contestação é dez dias, que

correrão em cartório, a contar da restituição deste mandato devidamente cumprido (...) ¹⁶⁵

As representações sociais utilizadas, a saber, de “turbação” e “invasão” afrontam o direito de propriedade privada. Elas são utilizadas pelo advogado com o intuito de desmontar o fato, constatado in loco, de que houve plantação, cultivo, portanto morada, trabalho na terra e produção, o que poderia ensejar o direito sobre a terra. O advogado usa a expressão jurídica de turbação, procurando invalidar de parte, embora pequena da área, é “limitativo, coator, violento, ameaçador, que apenas inquieta a vontade do possuidor ou impossibilita o exercício do réu”.

Ora, o direito constatado, na argumentação passa a ser limitado pelas representações pejorativas e incriminatórias, a saber: “violento”, “ameaçador”. Em um dos trechos da argumentação do advogado da Sociedade Vicente Pallotti, este deixa claro que “seja, o turbador intimado da referida manutenção citado para responder aos termos da ação possessória, conjuntamente com sua mulher, se casado for, até final julgamento” comunicando que o réu tinha um prazo de 10 dias para contestar, “que correrão em cartório”.

Na composição do processo, o advogado da Sociedade também acrescentou um requerimento de compra e venda entre Osório Silveira Bueno e a SVP, como prova material documental de que a propriedade era da mesma, ainda requer à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração a doação dos lotes, como podemos ver abaixo:

OSÓRIO SILVEIRA BUENO, infra assinado, na qualidade de representante e procurador de OFÉLIA MONTEIRO, HERCULANO MONTEIRO SARACURA e JOSÉ SILVEIRA BUENO, compromissários compradores dos lotes nº 46, 56 e 61 da gleba 6 da Colônia “C” Serra Maracaju, tendo entrado em entendimento com o Padre Hermogênio Borin, procurador da Sociedade Vicente Pallotti, com sede em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, com relação a posse estabelecida em partes dos mencionados lotes, entendimentos esses aprovados pelo Reverendo Provincial dos Palotinos, vêm o primeiro dizer que abre mão de seus direitos de compromisso de compra e venda referente aqueles lotes, na seguinte forma:

Lote nº 46 --- 17,6 ha. Ofélia Monteiro

¹⁶⁵ AUTOS de Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 02 à 04.

“ “ 56 – 110,1 “ . Herculano M. Saracura

“ “ 61 – 114,3 “ . José S. Bueno.

2 – Por isso, requer a retificação dos respectivos compromissos de compra e venda e também da decorrente situação contábil quanto aos pagamentos dos aludidos lotes.

3 – Ao mesmo tempo, a Sociedade Vicente Pallotti por seu procurador, requer, uma vez livres aqueles lotes, a doação da mencionada área de 242.000,00 m², independente de quaisquer ônus.¹⁶⁶

A partir deste requerimento, o advogado da SVP evidencia o papel do Pe. Hermogênio Borin como sendo “procurador da Sociedade Vicente Pallotti”, onde este “requer, uma vez livres aqueles lotes, a doação da mencionada área”. Está claro que, o pároco era o representante do patrimônio da Sociedade, além de manter uma aliança com a empresa colonizadora Pinho e Terras no trabalho para trazer migrantes para Palotina.

Solicitado o requerimento, o Sr. Osório Silveira Bueno, juntamente com o Pe. Hermogênio Borin, assinam com o objetivo de tornar regular a compra dos direitos de posse perante a F.P.C.I (Fundação Paranaense de Colonização e Imigração). Foi solicitado ainda, outro requerimento para que fosse aprovada uma área de 10.000 ha de terras devolutas.¹⁶⁷ Como podemos ver no recibo do protocolo, na imagem abaixo, o mesmo foi enviado ao S.P.U (Serviço de Patrimônio da União), no dia 28 de fevereiro de 1955.

¹⁶⁶ AUTOS de Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 13.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 39-40.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
S. P. U.
Delegacia no Estado do Paraná
PROTOCOLO N. 254 14
28/2/55
Interressado: Sociedade Vicente
de Gallozzi
Assunto: Requerimento por aporamen-
to de um lote de terras de
reservas, com a área aproximada
de 70.000 ha, sito na Jui-
na de fronteira, conforme
anexo anexo.
P. M. R. ROSENBERG

FIGURA 7. Protocolo ao S.P.U.

Fonte: Autos do Processo 43/60, p. 14.

Na próxima imagem, temos o protocolo de número 941/55, com a data de entrada em 20 de setembro de 1955. Neste protocolo, temos a parte interessada em nome da S.V.P., representada pelo Pe. Borin. Este solicitava a sessão gratuita de 1.280 ha, na Colônia Serra Maracaju.

FUNDAÇÃO PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO	
PROTOCOLO N.º 941/55 <i>Doc. 5</i>	
Interessado PE. HERMOGENIO BORIN (Soc. Vicente Pallotti)	
Data da entrada 20.9.55	
MOVIMENTO	DESPACHO
Sol. a cessão gratuita de 1.280 ha. na zona de Col. "Serra de Maracajú".	16

FIGURA 8. Protocolo 941/55.

Fonte: Autos do Processo nº 43/60, p. 16.

A imagem que também é possível encontrar na composição do processo, trata-se de um comunicado do Serviço do Patrimônio da União de Curitiba, com a data de 02 de janeiro de 1957. Este comunicado é uma resposta para o Pe. Borin, onde João Maria Pimpão, que era o escriturário que assinou o documento, cita a carta com data de 10 de dezembro de 1956. João Maria comunica que o processo de interesse da Sociedade Vicente Pallotti havia sido devolvido para a Diretoria do Serviço do Patrimônio da União, pela remessa nº 1.¹⁶⁸

¹⁶⁸ FREITAG, Alaercio. "Dai a César o que é de César..." Op. Cit., p. 41.

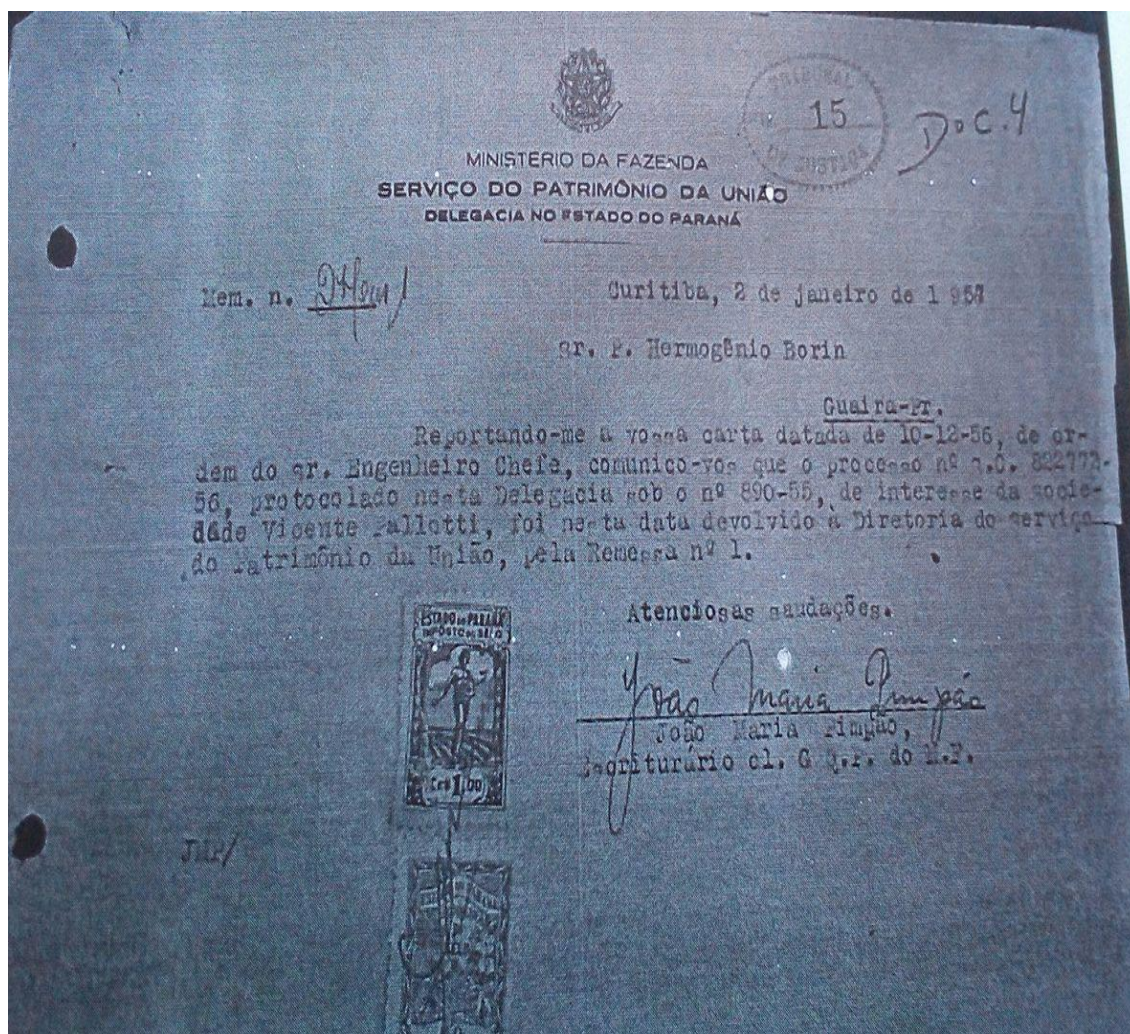


FIGURA 9. Memorando do S.P.U.
Fonte: Autos do Processo nº 43/60, p. 15.

Conforme já foi afirmado em outros parágrafos, vimos que a Sociedade Vicente Pallotti recebia sua comissão em terras, de acordo com a quantidade de colonos que os padres atraíam para a região. A SVP recebeu duas áreas onde hoje corresponde ao atual município de Palotina. Estas áreas possuíam um total de 782,29 ha.¹⁶⁹

Neste sentido, podemos compreender, que tanto a empresa colonizadora Pinho e Terras quanto a SVP saíam lucrando com a vinda destes colonos. Os padres, ao mesmo tempo em que faziam as propagandas para atrair migrantes, ofereciam assistência religiosa, e isso fazia com que o patrimônio da igreja

¹⁶⁹ Ibidem, p. 43.

aumentasse, pois de fato os colonos compravam as terras devido a esta dupla assistência, tanto da Pinho e Terras quanto dos padres palotinos.

O “problema” era que, ao chegarem nas terras, como vimos no primeiro capítulo nas narrativas de colonos, essas pessoas se deparavam com uma realidade diferente daquela que aparecia na propaganda. Mas, mesmo diante destes obstáculos, estas pessoas acabavam permanecendo, e um dos motivos foi a forte presença dos padres no dia a dia destas pessoas. Ao mesmo tempo em que a colonização se efetivava, nem todos procuravam, ou não tinham condições de comprar uma área de terras. Assim, buscavam ocupar como forma de viabilizar a sua vida material e cultural. No caso de Sabino, a ação resultou-se infrutífera, pois tendo a Sociedade Vicente Pallotti recorrido à Justiça, ele perdeu a ação, e a área foi titulada para a SVP, como mostra a escritura abaixo.

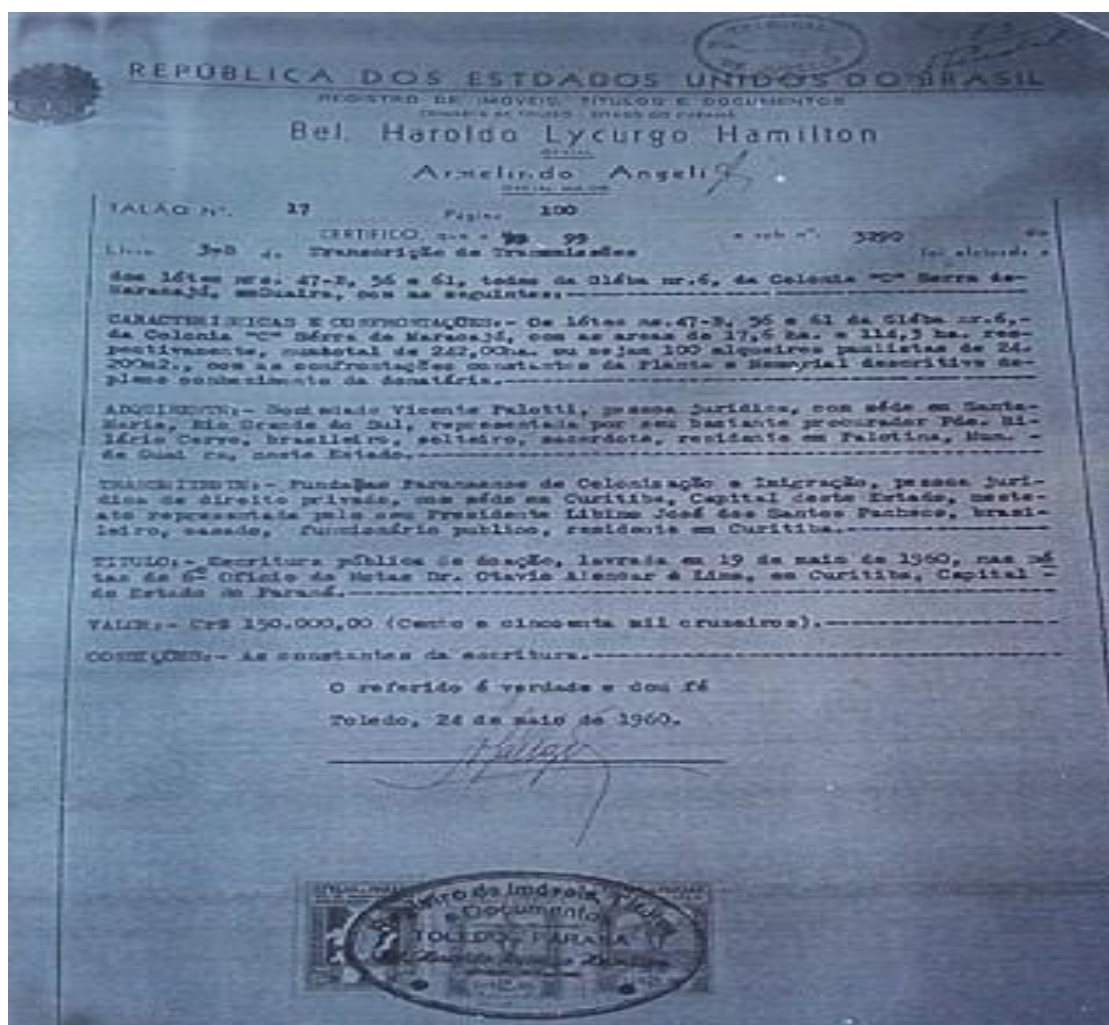


FIGURA 10. Escritura de doação da área do litígio.

Fonte: Autos do Processo 43/60, p. 83.

A escritura da área de doação da F.P.C.I, com data de 24 de maio de 1960, assinada à favor da Sociedade Vicente Pallotti, da qual os padres faziam parte, sob o registro no livro de nº 3-B, de transcrição de transmissões nas fls 99 sob nº 3290, do Talão de nº 17, página 100. Neste documento estão descritas as características da área turbada “Os lotes (...) da Gleba nº 6 da Colônia “C” Serra Maracaju, com as áreas (...), ou seja, 100 alqueires paulistas (...)”. Fornece também as informações sobre o adquirente, no caso a SVP, “Sociedade Vicente Pallotti, pessoa jurídica, com sede em Santa Maria, Rio Grande do Sul, representada por seu bastante procurador Pe. Hilário Cervo, brasileiro, solteiro, sacerdote, residente em Palotina, Mun. de Guaíba, neste Estado”.¹⁷⁰

Ao mesmo tempo em que a Sociedade prestava auxílio religioso para a comunidade em questão, ela também se beneficiava de certos favores. E neste caso, era como se houvesse uma troca de interesses. Ou seja, os padres se utilizavam de sua representação religiosa no município de Guaíba, do qual faziam parte Palotina e Terra Roxa, área do conflito em questão, para empregar a seu favor no processo. Isso se verifica, por exemplo, no envolvimento dos padres em apoio as candidaturas do poder público.

O prefeito do município de Guaíba, na época do conflito em questão, ocorrido na Gleba Maracaju, era o Sr. Celino Rocha de Araújo. O mesmo morava na vila de Palotina. Devido a esta circunstância, percebeu-se que havia um apoio em torno da candidatura do referido prefeito. Ou seja, a Sociedade Vicente Pallotti, representada pelos padres palotinos, favorecia-se disso nas solicitações junto ao poder municipal e junto ao governo do Estado, elevando assim o seu prestígio a nível estadual. Neste sentido, há evidências materiais, conforme a abaixo:

A 5 de agosto foi lançado publicamente a candidatura de Sr. Celino Rocha de Araújo para prefeito de Guaíba. É de se notar que o dito candidato é morador de Palotina. Por este acontecimento pode-se entender a importância e do progresso do nosso lugar, do nosso distrito. Conta-se como certa a vitória do P.S.D (...) desde meados de outubro até meados de novembro houve intensa campanha

¹⁷⁰ AUTOS De Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 83.

política em Palotina. O P.S.D. pela candidatura Celino Rocha de Araújo e, P.T.B. pelo Sr. Oliviano Monteiro.¹⁷¹

No que se refere ao processo judicial, observamos que no decorrer de seu andamento, foi anexado um documento de comprovação da turbação de posse exercida por Sabino Pergentino Delai, pelo advogado da Sociedade Vicente Pallotti. O documento determinava que o suplente Sr. Miguel Rolon, por meio de autorização do delegado de Guaíra, o Sr. Leopoldo Almeida Pinto, fosse juntamente com o Pe. Hilário Cervo até a área turbada por Sabino. Essa área caracterizava-se por ter sido feita uma plantação de milho e a derrubada na área em questão de lotes 61 e 56 da Gleba 6, da Colônia “C” Serra Maracaju.¹⁷²

Não obstante a comissão tivesse constatado cultivo da área, e era sabido que pelo menos por um determinado tempo Sabino morou na área, no dia 28 de março de 1960, a SVP ingressou com um mandato de reintegração de posse. E, então, uma das testemunhas em favor da Sociedade, o prefeito de Guaíra, que tinha recebido apoio político da mesma para se eleger, compareceu em juízo, em apoio a versão dos padres. Além do prefeito, foram chamadas outras testemunhas de nomes Walter Machado Barbosa e Arnaldo Dalla Costa.

Em seguida, é expedido o mandato de reintegração de posse, que é então, assinado por Sabino, e assim se fez o seu despejo judicial. Mas logo seu advogado Odilon Reinhardt faz uma contestação, em 08 de abril de 1960. Achamos importante selecionar apenas algumas partes, pois a contestação trata-se de um documento extenso, composto por oito constatações.

Provará:

1º Que a ação de manutenção de posse, com o respectivo mandato liminar, proposta pela autora contra o réu o já concedida por V. Excia., é verdadeira trama urdia contra o réu não medindo a autora as consequências de seu ato que frente a justiça humana e mediante a justiça divina, pois com tal ato, praticado de maneira ardilosa, foi posto o réu na rua da amargura, deixando seus pertences assim como as roças por ele plantadas, ao bel prazer de pessoas

¹⁷¹ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954-1970, p. 16 e 18, apud FREITAG, Alaercio, 2007, p. 45.

¹⁷² FREITAG, Alaercio. “*Dai a César o que é de César...*” Op. Cit., p. 46.

desonestas e incapazes de aquilatar o sofrimento humano, pois se assim não fossem desta forma não iriam agir.

2º Que as alegações formuladas pela autora, sem qualquer temor à mentira, de que o réu praticou turbações no lote 56 da Colônia “C” – Serra de Maracaju, é a mais deslavada e pura mentira, é além do mais produto de má fé e cobiça desenfreada de negociastas de terras, pessoas que não possuem nenhum respeito à solidariedade humana.

3º - Que a autora conseguiu por meios fraudulentos e testemunhos facciosos o mandado liminar requerido na inicial dizemos facciosos pelo fato de que as testemunhas ouvidas na justificativa previa faltaram com a verdade dos fatos de maneira acintosa que constituem um desrespeito à V. Excia. e à própria justiça. (...) A testemunha Celino Rocha de Araújo, na qualidade de Prefeito Municipal de Guaíra, deveria em função do cargo que exerce, contar a verdade dos fatos, entretanto compareceu a juízo para prestar um testemunho falso e mentiroso. Afirma tal testemunha que o réu “só veio a ocupar a área ora reivindicada de oito meses para cá.” A testemunha Walter Machado Barbosa, outra que compareceu para apregoar mentiras diz “que o depoente pode afirmar que os suplicados nunca tiveram posse na área reclamada pelos suplicantes”, outra testemunha que faltou com a verdade é Arnaldo Dalla Costa, que diz “e que desde julho de 1959 os suplicados iniciaram a turbação.” A única testemunha que falou a verdade é a testemunha Leopoldo Almeida Pinto, isto porque não compareceu e não fez parte da trama preparada contra o réu.

4º Que dizemos e afirmamos que tais testemunhos são falhos, facciosos e ardilosamente preparados pelos autores, pois na ânsia incontida de apresentarem em juízo as suas provas afim de se apossarem da área de terras a longo tempo cultivada e habitada pelo réu, esqueceram de analisar os documentos por eles mesmos apresentados ao juízo, pois se assim não iriam juntar ao processo o documento de fls. 12 dos autos (mapa) em que se lê, perfeitamente visível, em arte do lote nº 56 e parte dos lotes nº 61 “Roça de Sabino Pergentino Delai” com mais ou menos DOIS alqueires no lote nº 56 e no lote 61 mais ou menos MEIO alqueire, isto conforme tal documento feito pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração no ano de 1957, 27 de março. Perguntamos onde se encontra verdade nas informações das testemunhas que afirmam categoricamente que o réu turbou ou esbulhou as terras da autora a mais ou menos 8 meses, quando o próprio mapa de medição e cadastrados efetuados pela Fundação, afirma que em 1957 o réu já se encontrava nas terras ora em litígio. Por essa razão é que afirmamos e repetimos que as testemunhas ou não conhecem as terras ou mentiram acintosamente.

5º Que a presente ação de manutenção de posse é verdadeiro engodo, visto que, conforme prova categoricamente o documento de fls 12, o réu em 1957 já possuía posse na área de terras ora em litígio e portanto a manutenção liminar concedida aos autores não se justifica pois a posse mantida pelo réu é posse velha, posterior a ano e dia e não posse nova, posse anterior ou igual a um ano e dia.¹⁷³

¹⁷³ AUTOS de Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 30 à 33.

O advogado de Sabino, ao montar a contestação, utiliza-se de algumas afirmações com o intuito de mostrar que a autora Sociedade Vicente Pallotti estava errada como, “é verdadeira trama urdia contra o réu não medindo a autora as consequências de seu ato”, e ainda, “com tal ato, praticado de maneira ardilosa, foi posto o réu na rua da amargura”, como se este não tivesse para onde ir, além de responsabilizar a Sociedade pela perda da área ocupada por Sabino, chamando os padres de “pessoas desonestas”, e “incapazes de aquilatar o sofrimento humano, pois se assim não fossem desta forma não iriam agir”, procurando demonstrar que os padres não estavam preocupados em saber qual seria o destino de Sabino, e se este teria ou não um lugar para morar.

Na contestação, o advogado Odilon Reinhardt com o intuito de defender seu cliente, julga a SVP como uma instituição preocupada somente em obter lucros, chamando-os de “negocistas de terras”, e “pessoas que não possuem nenhum respeito à solidariedade humana”, como se a Sociedade só estivesse interessada em proteger o patrimônio da Igreja. Ao mesmo tempo, argumentou que a SVP havia contratado um empregado para manter a área da qual se apresentava como proprietária, e que, Sabino, por sua vez, cultivava em sua área. O mapa inserido no processo pelo advogado indica que a área dos padres era uma, destacada na cor vermelha, e descrita como sob responsabilidade do empregado Secundino, e a de Sabino assinalada com um “X”. Também sustentou que a derrubada da mata e o cultivo teria sido feito por Sabino anteriormente à reivindicação do padres.

Sobre as testemunhas em favor da SVP, o advogado de Sabino reforça que todas elas faltaram com a verdade, a começar pelo prefeito da cidade de Guaíra que, “compareceu a juízo para prestar um testemunho falso e mentiroso”, e que devido a sua importância diante da população da cidade, este deveria “em função do cargo que exerce, contar a verdade dos fatos”. Tirando a responsabilidade somente de uma das testemunhas, pelo fato desta não ter comparecido no dia da audiência marcada, “a única testemunha que falou a verdade é a testemunha Leopoldo Almeida Pinto, isto porque não compareceu e não fez parte da trama preparada contra o réu”.

Contraditando, o advogado do réu afirma que desde “1957 o réu já se encontrava nas terras ora em litígio”, o que estaria devidamente comprovado com

documento material no processo e que, portanto, tratava-se de “verdadeiro engodo” e que “a manutenção liminar concedida aos autores” era injustificável juridicamente. A posse do réu na área era “posse velha, posterior a ano e dia e não posse nova, posse anterior ou igual a um ano e dia”.¹⁷⁴

Neste caso, a testemunha de peso em favor da Sociedade Vicente Pallotti, era o prefeito que tinha o apoio dos padres, aí entra a troca de favores mencionada em parágrafos anteriores. O depoimento do prefeito Celino Rocha de Araújo constituía uma testemunha de peso, e poderia vir a se tornar uma vantagem para uma das partes em relação a outra. Em contrapartida, isto não significava que o depoimento como testemunha pudesse garantir a vitória no processo judicial em andamento.

Ao mesmo tempo, os próprios padres eram atores de peso no processo, pois eram religiosos, reconhecidos como homens de fé e representantes de Deus atuantes na evangelização, além de terem relações e apoio político. Em outros termos, eram homens de poder.

O que é preciso ser esclarecido, é que, em um processo, a classe social da testemunha não significava ter uma relação direta da vitória da autora sobre o réu, por exemplo. O que estava em jogo, era que o juiz ficasse convencido diante dos fatos apresentados pelas respectivas testemunhas. O resultado disso, era que se um lado do processo não obteve a vitória, significava que o outro lado do processo apresentou uma melhor versão do ocorrido.¹⁷⁵

No que se refere as testemunhas de Sabino, a primeira a depor foi Arnaldo Back, comerciante, que sabia ler e escrever e que residia em Guaíra. Em seu depoimento afirma que:

Quanto aos costumes disse nada testemunha que prestou a promessa legal e sendo inquirido sobre os fatos constantes da inicial disse: - Que, o depoente nada sabe contar a respeito dos fatos descritos da inicial folhas 2 a 7; Que em 1953 ou 1954 o depoente tinha casa de comércio em Guaíra vendeu mercadorias para Pergentino Delai porque o mesmo estava abrindo uma posse,

¹⁷⁴ AUTOS de Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 30 à 33.

¹⁷⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, 1998.

ignorando porem o depoente onde estava ele se localizando; dada a palavra as partes pelos mesmos nada foi perguntado. E o que, para constar lavrei este termo que lido e achado conforme vai assinado.¹⁷⁶

Já a segunda testemunha, foi José Jorge Leite, brasileiro, casado, lavrador, sabendo ler e escrever, residente e domiciliado em Guaíra. Em seu depoimento, José afirma que:

O depoente sabe de conhecimento próprio que o réu Pergentino Delai abriu posse em 1953, sendo que o depoente ajudou a construir um rancho onde ele passou a morar; que onde o réu se localizou fica próximo uns quatrocentos metros do local onde os padres em 1955 também se localizaram com posse, sendo que um tio de Pergentino construiu o rancho dos religiosos; Que Pergentino plantou grama, uma roça de milho próxima a casa e tinha alguns porcos; Que inicialmente os padres estavam em harmonia com o réu, tendo o Pe. Hermogênio feito um acordo com Pergentino pelo qual uma faixa de mato teria a divisa das duas partes; Que com a saída de Pe. Hermogênio e a vinda do Pe. Hilário os padres começaram a desrespeitar o acordo e encrencar com o réu. Dada a palavra ao Dr. Procurador do réu pelo mesmo foi perguntado. P.Si. Essa posse aberta pelos padres em 1955 era mantida por um Paraguai. R. que até agora o referido Paraguai tem, digo, é encarregado daquela posse; P.Si. O réu sempre manteve a posse naquele lugar ou colocou alguma pessoa ou representante R. que ele pessoalmente sempre manteve posse; P.Si. O depoente ouviu falar em um cadastro de levantamento efetuado pela F.P.C.I sobre a referida posse de áreas circunvizinhas; R. que realmente a fundação procedeu esse levantamento em 1955; quando foi encontrado o réu na referida posse; P.Si O depoente conhece Arnaldo Dalla Costa. P.Si. Este mora naquelas bandas e a quanto tempo R. que mesmo mora na cidade de Guaíra e que lá já se encontrava em 1953 quando o depoente chegou; P. Quando o réu abriu a posse já existia vizinha a posse mantida pelo Paraguai. R. Que nas proximidades não existia nenhuma posse, sendo aberta a dos padres em 1955; Dada a palavra ao Dr Procurador do Autor pelo mesmo foram feitas as seguintes perguntas; P. Onde o réu abriu a derrubada para a roça referida pela testemunha em seu depoimento. R. Que esta derrubada foi aberta do lado esquerdo do rancho do réu, sendo que a derrubada feita pelo Paraguai feita pelo lado direito do rancho do réu; P.Si. O depoente é amigo do réu; R. que sim; Do que, para constar lavrei este termo que lido e achado conforme vai assinado.¹⁷⁷

¹⁷⁶ AUTOS de Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 109.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 110.

A terceira testemunha chamava-se Domingos De Nadai, também brasileiro, casado, exercia a profissão de comerciante, sabia ler e escrever, e era morador de Guaíra. Domingos em seu depoimento, afirma que:

Quanto aos costumes disse nada, a testemunha que prestou a promessa legal e sendo inquirida sobre os fatos constantes da inicial disse: Que o depoente nada sabe contar a respeito da posse objeto da presente lide, sabendo tão somente como comerciante que é que os Delai começaram a se fornecer de sua casa comercial em 1953; Que o depoente sabe que Delai nesta data abriu a posse, não sabendo onde se localiza; Que o depoente ignora que os Padres da Ordem Vicente Pallotti tem posse em qualquer lugar de Guaíra; Dada a palavra as partes pelos mesmos nada perguntou. Do que, para constar lavrei este termo que lido e achado conforme vai assinado.¹⁷⁸

Vemos que Arnaldo Back, a primeira testemunha, ignora o possível local onde Sabino estaria abrindo sua posse afirmando, “em 1953 ou 1954 o depoente tinha casa de comércio em Guaíra vendeu mercadorias para Pergentino Delai porque o mesmo estava abrindo uma posse”. Ou seja, o único contato entre o depoente e o réu, era de compra e venda, quando Sabino ia até o comércio de Arnaldo Back para fazer compras. Nota-se que Arnaldo dá o seu depoimento, mas, ao mesmo tempo, tenta não se comprometer com nada, pois não diz o local da posse do réu, “ignorando porém o depoente onde ele estava se localizando”.

O mesmo acontece com Domingos De Nadai, que também afirmou não saber o local e a data da posse, “o depoente nada sabe contar a respeito da posse”, sabendo somente o necessário, pois este fornecia produtos de sua casa comercial para Sabino, “o depoente sabe que Delai nesta data abriu a posse, não sabendo onde se localiza”. O fato é que os depoentes sabiam da existência da referida posse, mas não sabiam precisar ao certo o local, e nem se a posse foi em 1953 ou 1954. Talvez isto se deva ao fato de que ambas as testemunhas eram comerciantes e só tiveram contato com Sabino quando o mesmo aparecia em seus respectivos comércios.

Já a segunda testemunha, José Jorge Leite, que afirmou ser amigo de Sabino, forneceu mais informações com o intuito de ajudá-lo. A fala de José,

¹⁷⁸ Ibidem, p.110.

evidencia que “com a saída de Pe. Hermogênio e a vinda do Pe. Hilário os padres começaram a desrespeitar o acordo e encrascar com o réu”, com a troca dos padres é que se teve início o conflito. Mas que, o “depoente sabe de conhecimento próprio que o réu Pergentino Delai abriu posse em 1953, sendo que o depoente ajudou a construir um rancho onde ele passou a morar”. Vemos que havia uma amizade entre Sabino e o depoente, pois este ajudou na construção do local onde o réu iria morar, afirmando inclusive o ano de sua posse.

De um modo geral, vimos no relato de José Jorge Leite, que até então, quando se tratava do Pe. Hermogênio, o acordo firmado entre ele e o réu era de que a faixa de mato marcaria a divisão de ambas as partes. Mas situação se inverte com a vinda de Pe. Hilário. O problema surge quando os padres passam a descumprir o acordo, implicando com Sabino, com o objetivo de expulsá-lo para ficarem com a área.

Vemos a partir de Márcia Motta, a necessidade e a importância das testemunhas na tentativa de solucionar os problemas com o litígio da terra. Recorriam aos parentes e, na maioria dos casos, aos amigos, como é o caso de José Jorge Leite em favor de Sabino, e de Celino Rocha de Araújo em favor da Sociedade Vicente Pallotti. Para Motta, as testemunhas são atores centrais no andamento de um processo judicial e, portanto, a opção por uma ou outra é bem relevante.¹⁷⁹

A seguir, o mapa produzido pela F.P.C.I. anexado pela SVP, e utilizado pelo advogado do réu Sabino para comprovar de que este era posseiro e não havia praticado a turbação. Vale ressaltar que este mapa deveria constar nos Autos do processo, mas o mesmo não se encontrava na cópia disponibilizada, sendo necessário utilizar o mapa trabalhado por Alaercio Freitag em sua monografia “Dai a César o que é de César...”: um caso do litígio pela terra em Terra Roxa-PR (1953-1962)”.

¹⁷⁹ MOTTA, Márcia. Op. Cit., p. 65.

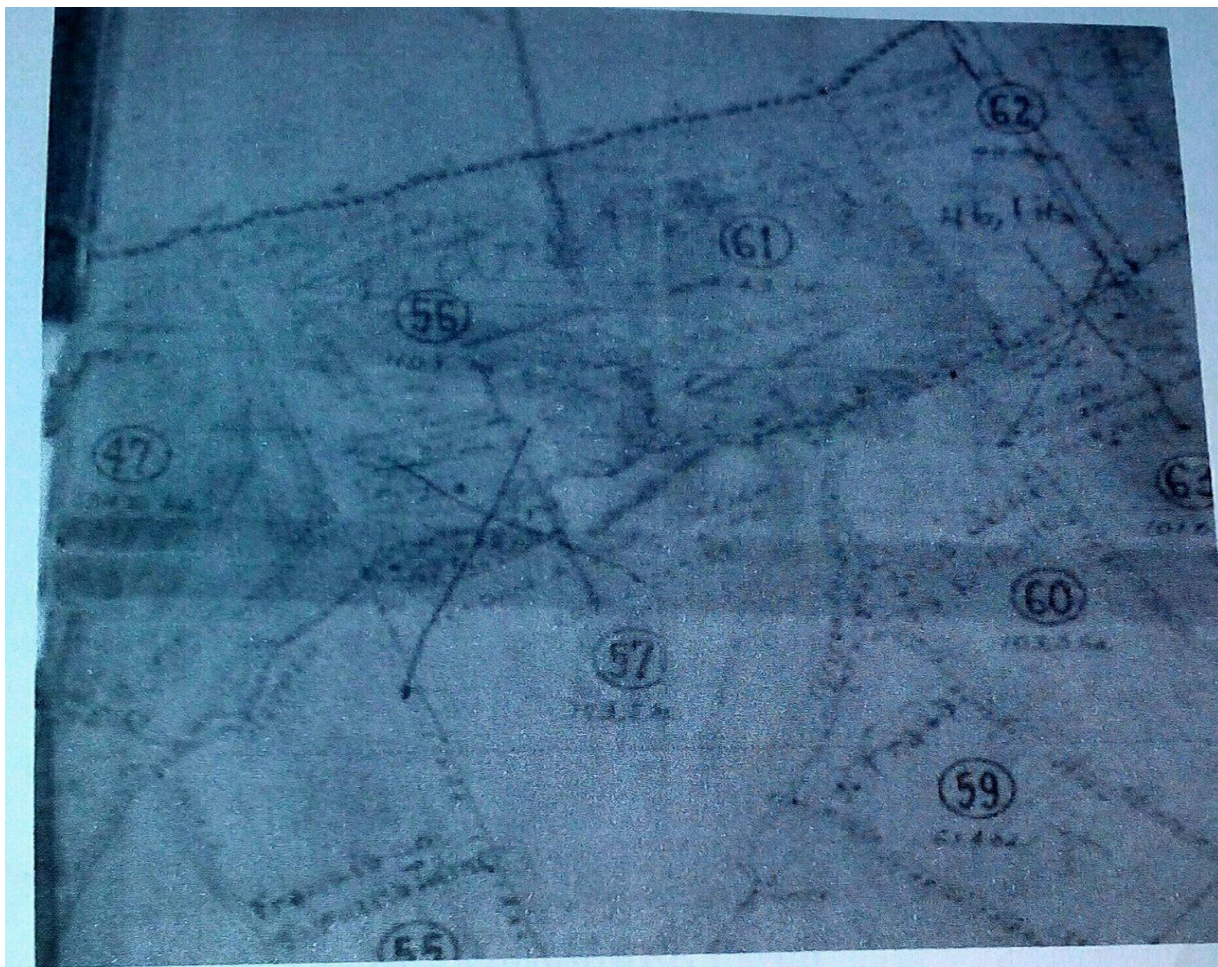


FIGURA 11. Área litigiosa.

Fonte: Autos do Processo nº 43/60.¹⁸⁰

Na figura, aparece a área do litígio que foi rasurada de vermelho pelo advogado de Sabino Pergentino Delai. A área turbada por Sabino encontra-se localizada sobre dois lotes nº 61, e ao lado com um "X" a posse da Sociedade. E com base neste mapa que foi produzido pela F.P.C.I. (Fundação Paranaense de Colonização e Imigração), que o advogado Odilon Reinhardt efetuou a defesa de Sabino.¹⁸¹

A seguir, extraímos dos autos do processo, partes da decisão do Sr. Juiz Vilson Balão:

O réu em sua defesa alega ter sido cadastrado em 1957, pela F.P.C.I., conforme consta no mapa de fls. 12 onde ele aparece como

¹⁸⁰ FREITAG, Alaercio. *"Dai a César o que é de César"*. Op. Cit., p. 52.

¹⁸¹ Ibidem, p. 52.

dono de uma “roça” de dois alqueires e meio. Apresenta ainda as respostas aos quesitos propostos na vistoria realizada no imóvel, além dos depoimentos de José Jorge Leite e de Emiliano Silvério, os quais fornecem elementos positivos à defesa do réu, como sejam, de que o réu tinha uma posse vizinha aquela posse do P. Borin, que era cuidada por Morinigo, que essa posse era de 1953. José Jorge Leite e Emiliano Silvério asseveram em seus depoimentos que o Réu, tinha um rancho em que morava, tendo José afirmado que ajudara na construção, isto em 1953. O depoimento de José Leite encontra ressonância nos laudos periciais, os quais se referem vestígios de um rancho construído a mais ou menos de quatro a seis meses.

Constatamos, assim que a presença de Sabino é assinalada com segurança, na área consignada no mapa de fls. 12, no período de 1953 a 1955, sendo que somente em 1959, o mesmo aparece novamente em Guairá, se estabelecendo com roças e plantações e com derrubadas, sem, contudo morar nas terras, mas sim em casa de seu tio Lourenço Delai.

Essa situação de Sabino, não morando nas terras, mas somente trabalhando na mesma é sinal evidente que a sua situação não era regular, pois se a F.P.C.I., realmente reconhecesse seus direitos de posseiro ou “roceiro”, teria lhe entregue um título de propriedade, como fez com a Autora. Não o fazendo, se presume que seus direitos perante a fundação eram inexistentes. Não se diga que a Fundação não o teria beneficiado com a escritura devida, pois aqueles posseiros que cederam os direitos ao padre Hermogênio Borin iam ser titulados ou escriturados e o teriam sido se não tivessem transferido seus direitos. (...)

O réu pretende, em todas as suas peças de defesa, que ele é o esbulhado, que foi concretizado através da concessão do mandado liminar de manutenção de posse dado ao autor. O réu no memorial exagerando o valor probatório do mapa de fls. 12, diz que o referido documento serve para provar a sua posse, morada efetiva, cultura habitual. São afirmações inverídicas, pois no mapa só consta existência de roça, com área de dois e meio alqueires. (...)

O interregno de 1955 a 1962, ou 1960 ocasião da manutenção liminar de posse, não foi justificada do emanada pelo réu, sobre possíveis atividades em suas posses, que deveriam ser suas, segundo alega.

Temos, ainda, em favor da Sociedade Vicente Pallotti que esta tem domínio sobre o imóvel.

Alegar-se-á que não se pode misturar posse com domínio, pois o posseiro é bem diverso do petitório.

Dizemos, nós, porém, que de forma nenhuma poderá se julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertence o domínio. Este tem sido o entendimento de nossos Tribunais.

A posse do réu no imóvel além de transitório, não teve autorização da União ou de quem quer que fosse, tem sido, pois, clandestina.

Perdas e danos não cabem na espécie, eis que a autora se beneficiara com as benfeitorias e pastos existentes naquelas áreas entre os lotes 56 e 61.

Isto posto.

Julgo procedente a presente ação, para confirmar manutenção de posse já efetivada, condenado o réu Sabino Pergentino Delai às

custas do processo e a honorários de advogado na base de (20%) sobre o valor dado à causa.¹⁸²

Conforme o parecer do juiz, “a presença de Sabino é assinalada com segurança, na área consignada no mapa de fls. 12, no período de 1953 a 1955”, pois a prova disto encontrava-se na fala do depoente José Leite que afirmava que “o réu tinha uma posse vizinha aquela posse do P. Borin, que era cuidada por Morinigo, e que essa posse era de 1953”. Além da prova da testemunha anterior, havia também os laudos periciais que indicavam “vestígios de um rancho construído a mais ou menos de quatro a seis meses”.

De acordo com a constatação do Sr. Juiz Vilson Balão, Sabino permaneceu na área dos padres por dois anos, efetuando plantações e morando no local. Contudo, ele acabou saindo da área, voltando somente quatro anos depois, em 1959. Mas, ao voltar para Guaíra, Sabino se estabelece “com roças e plantações e com derrubadas, sem morar nas terras, mas sim em casa de seu tio Lourenço Delai”. Para o juiz, Sabino não comprovou que entre “1955 a 1962 ou 1960” manteve moradia efetiva no local requerido e não cultivou as terras.

A partir destas evidências, o juiz chega à conclusão de que se tratava de uma situação de irregularidade, pois “se a F.P.C.I., realmente reconhecesse seus direitos de posseiro ou “roceiro”, teria lhe entregue um título de propriedade, como fez com a Autora”, pois Sabino já não estava mais morando no local, somente trabalhava na área turbada. Somando-se a isto, temos o fato de Sabino alegar que estava sendo “esbulhado”, ou seja, estaria sendo privado de usar uma área que ele afirmava ser sua. Diante disso, o juiz confirma que estas eram “afirmações inverídicas, pois no mapa só consta existência de roça, com área de dois e meio alqueires”.

Deste modo, o Sr. Juiz Vilson Balão afirmou que a Sociedade Vicente Pallotti era que tinha o domínio sobre a área turbada. Pois, se Sabino permaneceu nesta área, a sua posse no imóvel “além de transitório, não teve autorização da União ou de quem quer que fosse, tem sido, pois, clandestina”, ou seja, Sabino estava

¹⁸² AUTOS de Manutenção de Posse. Op. Cit., p. 140 á 142.

intrusando uma área privada sem nenhuma autorização, pois “não se pode misturar posse com domínio, pois o posseiro é bem diverso do petitorio”.

Somando-se à conclusão do juiz, analisamos que a presença de três elementos, já citados em outros momentos, de certa forma contribuíram para desqualificar Sabino e seu advogado Odilon. Primeiro, o fato do nome de Sabino constar nos Autos de maneiras diferentes (Pergento, Pergentino e Sabino Pergentino). Em segundo e terceiro lugar, talvez os elementos de maiores proporções, foram devido ao fato do advogado Odilon Reinhardt não estar com o registro da OAB regularizado e, além disso, ter efetuado algumas rasuras tanto no mapa quanto na fala das testemunhas.

A questão do reconhecimento da figura do posseiro, para alguns sempre agindo de má fé, para outros, o verdadeiro detentor da terra, posto que sempre a cultivar era difícil. Pois era complicado definir a forma pela qual se reconheceria o direito à terra nas variadas situações vivenciadas no campo, sem que com isto se beneficiasse, segundo alguns meros invasores e usurpadores da propriedade alheia. No entanto, Sabino cultivou e morou na terra por algum tempo, não considerado suficiente para ser reconhecido como morada habitual. A morada habitual e o cultivo da terra são condições e argumentos centrais para requerer a posse da terra, mesmo que não se tivesse o título da mesma.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa nos propusemos a analisar a existência de um significativo silêncio em torno das disputas pela terra no período que se refere a expansão da colonização do atual município de Palotina. Adotamos então um recorte temporal de 1954 a 1965, por ser este o período em que se inicia a colonização de Palotina e se inicia o processo da chamada modernização da agricultura, após o término do ciclo da hortelã, aproximadamente em 1960.

As análises feitas nesta pesquisa partem de alguém que sempre morou no município de Palotina, mas que pouco ouviu falar em conflitos agrários específicos envolvendo moradores da cidade. O que se sabia, por meio de leituras e conversas informais com pessoas que moraram há mais tempo no município, era que houve conflitos entre colonos que adquiriram terras, mas que não tiveram seus títulos de propriedade reconhecidos. Mas, estes conflitos não eram muito comentados pelas pessoas da época, permanecendo apenas no campo da memória.

Diante disso, resolvi investigar a colonização do município de Palotina que é vista pela história oficial da cidade, com uma certa “harmonia”, além da quase ausência de conflitos pela terra. Para isso, foi necessário analisar os sujeitos envolvidos no processo desta colonização, que tratava-se da figura dos padres palotinos, representados pela Sociedade Vicente Pallotti, a empresa colonizadora Pinho e Terras, empresa esta que formou uma parceria com os padres para iniciar o projeto de compra e venda das terras em Palotina.

Neste sentido, elegemos duas principais fontes, que nortearam o desenvolvimento da pesquisa, as quais nos referimos a seguir, e também de passagens do Livro Tombo, transcritos por Alaercio Freitag. A primeira delas é o livro do memorialista Pe. Pedro Reginato intitulado “História de Palotina (1954-1979)”. Selecionamos alguns trechos das entrevistas realizadas pelo padre com colonos que fizeram parte do período de colonização do município de Palotina, para, a partir das diversas narrativas destes colonos, efetuar uma análise do processo de construção histórica de uma colonização permeada pela elaboração das memórias.

A análise da obra do Pe. Reginato explicitou porque a colonização não só de Palotina, mas como da região Oeste do Paraná de uma maneira geral, é vista como um pressuposto homogêneo, ou seja, de uma região em que quase não houve conflitos agrários. Deste modo, os trechos das entrevistas demonstram, de uma certa forma, as experiências dos colonos em suas trajetórias de seus locais de origem até chegarem no município de Palotina. Falam de suas dificuldades, de seus anseios, e da esperança em construir uma vida em um local onde podiam contar com a assistência religiosa dos padres palotinos.

Desta forma, a trajetória da colonização de Palotina, foi marcada pela atuação dos padres palotinos, mais especificamente, pela figura do Pe. Hermogênio Borin, que foi um dos responsáveis por se deslocar até Santa Catarina e Rio Grande do Sul a fim de encontrar “boas famílias” para trazer para Palotina. Para isso, o padre necessitava de meios para convencer estes colonos sobre a fertilidade das terras palotinenses. Ele utilizava panfletos com propagandas das terras do município e, uma vez que conseguia convencer os colonos, formava uma caravana trazendo todos eles de ônibus para conhecer e, quem sabe efetuar a compra das terras.

De fato o padre conseguiu trazer muitos compradores de terras para Palotina. Mas ele não agiu sozinho, pois contou com o apoio da colonizadora Pinho e Terras, já que ambos haviam firmado um acordo com objetivos em comum: interesse comercial e religioso. Os padres entravam com os serviços religiosos, prestando auxílio para as famílias que chegavam, além de também serem compradores de terras com o objetivo de aumentarem o patrimônio da Igreja Católica através de construções como pastorais, capelas e até do Seminário São Vicente Pallotti, devido ao crescimento e a expansão do atual município de Palotina.

Já a empresa colonizadora Pinho e Terras, ficava responsável pela compra e venda das terras, extração, beneficiamento e exportação de madeiras, além de prestar assistência técnica, social, e hospitalar, com a construção de farmácias, escolas, igrejas, comércios e hotéis. Sendo que uma das principais construções, foi a República, que era o local em que se hospedavam temporariamente os colonos que haviam comprado suas terras, porém ainda não estavam com suas casas prontas. Além disso, a República também servia de comércio, restaurante, e local

onde eram celebradas as missas e reuniões com os padres e diretores da Pinho e Terras.

Nas narrativas oficiais ou em obras de memorialistas, observamos um discurso regional de colonização marcado por uma suposta harmonia e progresso. Para contrapor este discurso, analisamos um estudo de caso sobre um processo de litígio, que foi a segunda fonte utilizada na elaboração da pesquisa. Este processo sobre um conflito agrário envolveu duas partes: a Sociedade Vicente Pallotti, representada pelos padres palotinos, que fizeram parte da colonização do município de Palotina, na época pertencente à Guaíra. A outra parte envolvida no processo, era o réu Sabino Pergentino Delai, que abriu posse em uma área onde a Autora (SVP) afirmava ser proprietária. Esta área ocupada por Sabino, fazia parte da Gleba Maracaju, localizada no atual município de Terra Roxa, que também era uma vila pertencente ao município de Guaíra.

Através do estudo do processo, vemos que o conflito estabelecido, envolveu três municípios, ou seja, Palotina por ser a vila em que se localizava a SVP, Terra Roxa por ser a vila onde se localizava a área ocupada Gleba Maracaju, e Guaíra por ser o município do qual as vilas faziam parte, além de ser o local em que os padres também atuavam através da expansão da fé católica. Ou seja, de uma suposta colonização “harmônica”, caracterizada pela aliança entre os padres palotinos e a empresa colonizadora Pinho e Terras Ltda., ocorreu um conflito que abrangeu direta ou indiretamente mais dois municípios (Terra Roxa e Guaíra), nos levando a comprovar que a colonização não foi harmoniosa.

Podemos perceber ao dialogar com as fontes, a forte presença da igreja em todos os setores da sociedade, seja no meio econômico, social, espiritual e cultural. E, para além do desempenho dos padres palotinos, o processo de litígio o qual esta pesquisa se dedicou, nos permitiu analisar outras versões, outras histórias, e um dos diversos conflitos que existiram e que fizeram parte da história agrária do Oeste do Paraná.

Os colonos “se instalavam simplesmente em uma determinada área”. Este foi o caso de Sabino, que se instalou como posseiro em uma determinada área que já possuía dono. Através disso então, a SVP instaurou um processo de manutenção de posse para reaver a área turbada/ocupada. Movimentos como este do processo

analisado em questão, assim como outros conflitos agrários, fizeram parte de um contexto histórico que dificultou o acesso à terra por parte das pessoas que possuíam poucas condições financeiras, o que acabou favorecendo práticas como esta em que Sabino realizou no processo.

O processo analisado nesta pesquisa, pode ser pensado enquanto uma trajetória de resistência por parte de Sabino, pois segundo Schreiner:

Os posseiros e colonos lutavam pela propriedade privada da terra, mas como meio de produção e vida, e as empresas colonizadoras moviam esforços para apropriarem privadamente a terra e convertê-la em mercadoria.¹⁸³

De fato Sabino estava na terra considerada turbada, como um modo de produzir para sua subsistência. E neste caso, não só a SVP, mas também a colonizadora Pinho e Terras moveram de fato, como afirma Schreiner na citação acima, “esforços para apropriarem provadamente a terra e convertê-la em mercadoria”. Isto se aplica na reação de alguns compradores de terras do município de Palotina na época da colonização, pois mentalizavam uma situação que, chegando no local para conhecer, se davam conta que de fato a empresa colonizadora estava somente interessada em vender as terras, ou seja, interesses econômicos.

Diante disso, vemos que estas análises e reflexões feitas nesta pesquisa, foram importantes para que de uma maneira pudéssemos responder os questionamentos sobre a existência dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná, bem como perceber que a historiografia é composta não somente pela trajetória dos migrantes italianos e alemães, como também dos paulistas, mato-grossenses, nordestinos e até mesmo paraguaios.

Além disso, podemos afirmar que esta harmonia em torno da colonização do Oeste do Paraná não se sustenta, pois de fato houveram colonos vindos de várias regiões com a intenção de adquirir terras, tanto por meio da compra ou também ocupando-as como posseiros, como foi o caso de Sabino Pergentino Delai. E que o

¹⁸³ SCHREINER, Davi Félix. Op. Cit. p. 86.

diálogo com as fontes, neste caso o processo, nos permitiu contrapor esse discurso regional que relata uma ocupação progressista e harmoniosa um pouco presente no livro de Reginato, rompendo essa visão sobre a colonização da região Oeste do Paraná como se ela tivesse ocorrido sem nenhum tipo de conflito.

De um modo geral, as análises feitas nesta pesquisa foram importantes para que pudessem responder aos questionamentos sobre a existência de conflitos agrários na região Oeste. E também, através do diálogo com as fontes foi possível analisar a presença de diversos sujeitos e diversas formas de poder, principalmente o grande poder de influência exercido pelos padres palotinos e pela empresa Pinho e Terras.

Problematizando as narrativas das testemunhas, dos sujeitos envolvidos no processo, e das entrevistas do livro de Reginato, buscamos compreender que não se trata somente de uma fonte para analisar os conflitos agrários, mas ele mesmo se estabelece como uma forma material de conflitos, envolvendo diferentes sujeitos, narrativas e de poderes. Além disso, não se constitui como uma única narrativa possível de como constituiu-se a formação agrária no período da colonização do Oeste do Paraná, mas sim como um suporte de múltiplas versões sobre este período histórico em estudo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

AUTOS de Manutenção de Posse reg. A fls 1 do livro nº2 sob o nº43/60, autuação dia 28 de março de 1956.

BRASIL. Lei nº 6634, de 02/05/79.

BRASIL. Decreto nº 85.064, de 26/08/80.

REGINATO, Pe. Pedro. *História de Palotina (1954-1979)*. Santa Maria – RS, Editora Pallotti, 1979.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE PALOTINA, 1954, apud FREITAG, Alaercio, 2011. FREITAG, Alaercio da Costa. “*Dai a César o que é de César...*”: um caso de litígio pela terra em Terra Roxa – PR (1953-1962). Marechal Cândido Rondon, 2007. 84p.

BRECHT, Lotário. *Relatório da Pinho e Terras Ltda.* (Plano de Ação 1946-1960). Toledo: s.n. 1961.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986, 1328 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico, memória e sociedade*. Ed. Bertrand Brasil. S.A. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. - 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. 322 p.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.80.

BRÜNE, Sabrina. *Conflitos agrários no Oeste paranaense: o município de Palotina e suas terras litigiosas (1956-1976)*. In: 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Unioeste – Campus Toledo, 2014, 15 p.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. *Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re) criação da memória da revolta de Três Barras do Paraná, 1964-2014* / Mayara da Fontoura das Chagas. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015. 158p.

- COLODEL, José Augusto. *Matelândia e história e contexto*. Cascavel: Assoest, 1992.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*. Santa Helena. Editora Educativa. 1988. 380p.
- CAMPOS. Paulo Fernandes de Souza. *A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário*. In: *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR*, v. 4 n. 1, 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke *“Memórias do sótão”*: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Curitiba: UFPR, 2015. 267 p.
- FINDLAY, Eleide. A.G. *Colonizadores, lavradores e colonos na formação da pequena propriedade no Nordeste catarinense*. In: XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013. 16 p.
- FREITAG, Alaercio da Costa. *“Dai a César o que é de César...”*: um caso de litígio pela terra em Terra Roxa –PR (1953-1962) /Alaercio da Costa Freitag. Marechal Cândido Rondon, 2007. 84p.
- FREITAG, Alaercio da Costa. *Os padres palotinos, nas fronteiras do sagrado: poder político ou poder simbólico no extremo-oeste paranaense?* Monografia (Sociologia Política), UFPR – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011, 34 p.
- FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)* Cascavel: Edunioeste, 2001. 140 p.
- IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 2006.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização política*. 2. Ed. – Campinas: Papirus, 1986.
- MARIN, Jerri Roberto. *ORA ET LABORA: O projeto de restauração católica na Ex-Colônia de Silveira Martins*. Porto Alegre, 1993. Pag.250. p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MEZZOMO, Frank Antônio. *A religião e a colonização do oeste do Paraná (Toledo 1940-1970)*. 1999. 50p. Trabalho acadêmico (TCC) – História Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, nº14, São Paulo, 1997.
- REGINATO, Pedro, Pe. *Paróquia São Vicente Pallotti 50 anos*. Palotina – PR / Pe. Pedro Reginato – Santa Maria: Pallotti, 2008. 244p.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*. 1ª Edição, 1992.
- SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. Curitiba: Tetravento, 2002, 142p.

SCHREINER, Davi Felix: *Entre a exclusão e a utopia*: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná). Tese de Doutorado. SP, 2002.

SCHREINER, Davi F. *Imaginários sociais e produção do conhecimento histórico*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Lopes, Marcos Antonio (org) O Ensino e a Pesquisa em História na Unioeste: Realizações e Tendências.

STEIN, Marcos N. *O oitavo dia*: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios - PR. Guarapuava: Unicentro, 2011, 288 p.

SEYFERTH Giralda. Imigrantes Colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. Ind. NEVES, Delma Pessanha (org) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *A política de colonização no Brasil contemporâneo*. In: Reforma agrária, jan/fev/mar/abril, 1995. p. 19-24.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1981.

WACHOWICZ, Ruy, Christovam. *Obrageiros, mensus e colonos*; História do Oeste do Paranaense; 2ª Edição. Ed.Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, MACHADO, BALHANA. *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Bol. Univ. Fed. Pr. Depto. De História. nº 07. Curitiba: UFPR, 1968.